



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

ANA CAROLINE NEVES NASCIMENTO

UMA QUIMERA DO DESENVOLVIMENTO:
Análise das contradições do ProSAVANA em Moçambique

Recife - PE

2020

ANA CAROLINE NEVES NASCIMENTO

UMA QUIMERA DO DESENVOLVIMENTO:

Análise das contradições do ProSAVANA em Moçambique

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientador: Dr. Marco Antonio Mondaini de Souza.

RECIFE - PE
2020

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Maria Betânia de Santana da Silva, CRB4-1747

N244q	Nascimento, Ana Caroline Neves Uma quimera do desenvolvimento: Análise das contradições do ProSAVANA em Moçambique / Ana Caroline Neves Nascimento. - 2020. 157 folhas: il. 30 cm. Orientador: Dr. Marco Antonio Mondaini de Souza. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2020. Inclui referências. 1. Agroindústria – Nampula (Moçambique). 2. Relações econômicas internacionais. 3. Cooperação internacional – Aspectos sociais. I. Souza, Marco Antônio Mondaini de (Orientador). II. Título. 337.1 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2020 – 066)
-------	--

ANA CAROLINE NEVES NASCIMENTO

UMA QUIMERA DO DESENVOLVIMENTO:

Análise das contradições do ProSAVANA em Moçambique

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Aprovada em 28/02/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Antonio Mondaini de Souza (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof^a. Dra. Mônica Rodrigues Costa (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof^a. Dra. Valeria Nepomuceno Teles de Mendonça (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de muitas vivências, aprendizados e estímulos proporcionados por diversas pessoas. A todas aquelas que, direta ou indiretamente, percorreram comigo essa trajetória, aqui deixo meus sinceros e profundos agradecimentos.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de mestrado que garantiu as condições objetivas para a realização desta pesquisa.

Ao meu orientador Marco Mondaini, um divisor de águas na minha trajetória acadêmica e uma constante fonte de referência. Desde a graduação, por todos os ensinamentos nas aulas de direitos humanos e monitoria na disciplina, por me proporcionar a oportunidade de desenvolver os projetos de Iniciação Científica, que me abriram horizontes além mares para pensar a África. Agradeço também pelo incentivo intelectual, apoio à realização da pesquisa de campo em Moçambique e pela orientação imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos membros da banca: professora Mônica Rodrigues, por seus ensinamentos desde as aulas da graduação e da monitoria, que inspiraram meu interesse para os estudos sobre os movimentos sociais e por suas mediações sempre instigantes. À professora Valéria Nepomuceno, pelas interlocuções enriquecedoras ao longo da graduação e críticas construtivas. Por ambas terem aceitado o convite à participação na banca examinadora e pelas consistentes arguições e sugestões feitas. Agradeço, igualmente, à banca do exame de qualificação, composta pela professora Maria das Graças e professora Ana Cristina Fernandes, pelas significativas contribuições e indicações de caminhos. A Boaventura Monjane, pela leitura atenta e cuidadosa do projeto de qualificação e instigantes questionamentos.

Manifesto aqui meus respeitosos agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPE, à coordenação, aos membros da secretaria e, particularmente, às demais docentes do Programa: professoras Rosa Cortês, Angela Amaral, Juliane Peruzzo, Ana Elizabete Mota, Ana Vieira, Ana Cristina Arcoverde, Helena Chaves e Alexandra Mustafá, pelos saberes adquiridos durante o mestrado. À turma do mestrado (2018): Aline Souto, Amanda Menezes, Ana Virginia, Lohana Lemos, Rebeca Gomes, Geiziane Cotrim, Kellyane de Santana, Ana Emmanuela, Renata Alves, Jonathan Faria e Leandro Aguiar, por tantos momentos construtivos compartilhados.

Aproveitando o ensejo, agradeço a duas iniciativas também determinantes na minha formação: o Instituto de Estudos da Africa (IEAf) da UFPE e o Fábrica de Ideias – Curso Avançado em Estudos Étnicos e Africanos, realizado na UFBA, pela construção de importantes debates, articulações, trocas intelectuais e intensa experiência de integração de pesquisadores/as

de diversos países e áreas de conhecimento, preocupados/as com a investigação de temáticas relacionadas às múltiplas dimensões da realidade do continente africano e dos estudos étnicos e raciais. Agradeço pelas contribuições dos/as professores/as Lívio Sansone, Jamile Borges, Cláudio Furtado, Valdemir Zamparoni, Elísio Macamo, Patrícia Godinho, Fábio Baqueiro e Osmar Thomaz. Ao querido Diego Marques, pelo companheirismo de Rovuma a Maputo, de Salvador a Recife. Agradeço aos “fabricantes”, pelos diálogos inspiradores, principalmente, a Frantz Rousseau, Thais Tibira, Rubilson Delcano e João Pedro, pelas trocas fundamentais e amizade construída.

Na África do Sul, agradeço ao professor Colin Darch, que tão bem nos recebeu na Cidade do Cabo, por sua sapiência, paciência e infinita disposição em compartilhar conhecimento. Em Maputo, agradeço imensamente à professora Isabel Casimiro, pelo acolhimento e por seus ensinamentos sobre epistemologias feministas africanas. Em Nampula, agradeço a Edgar Bernardo, por todo o apoio desde o momento da chegada, por facilitar a pesquisa de campo e por seu intermédio ao contato de muitos/as entrevistados/as.

Agradeço a duas pessoas sem as quais a viagem seguramente não teria sido a mesma: à professora Ana Viera, qualquer palavra aqui não expressa o quanto lhe sou grata pelo acompanhamento sempre afetoso, pela sabedoria no compartilhamento da sua experiência e conhecimento, pelo seu compromisso, disponibilidade e incentivo. À professora Vivian Matias que tanto me ensinou nos últimos anos, pelo compartilhamento de ideais políticos, acadêmicos e pessoais, por seus preciosos conselhos e por sua amizade.

Não posso deixar de exaltar e agradecer aos/às ativistas moçambicanos/as: Jeremias Vunjanhe (ADECRU), Luís Muchanga (UNAC), Anabela Lemos (Justiça Ambiental), Clemente Ntauazi (Livanningo), Rita Zaninelli (CaJuPaNa), Augusto Basílio (PPOSC-N), Suizane Rafael (FONAGNI), Joaquim Muchanga (FONGZA) e António Mutoua (Solidariedade Moçambique), por terem dedicado tempo para compartilhar seus conhecimentos de valor inestimável.

Por fim, agradeço, em especial, àqueles que sempre me apoiam incondicionalmente e que certamente são os que mais compartilham da minha alegria: minha família. Obrigada a meus irmãos Ana Catherine - sempre disposta a ler todos os meus trabalhos, Júlio César e, sobretudo, minha mãe Valéria.

Nossa Voz

*Nossa voz ergueu-se consciente e bárbara
sobre o branco egoísmo dos homens
sobre a indiferença assassina de todos.
Nossa voz molhada das cacimbadas do sertão
nossa voz ardente como o sol das malangas
nossa voz atabaque chamando
nossa voz lança de Maguigwana
nossa voz, irmão,
nossa voz trespassou a atmosfera conformista da cidade
e revolucionou-a
arrastou-a como um ciclone de conhecimento.*

*E acordou remorsos de olhos amarelos de hiena
e fez escorrer suores frios de condenados
e acendeu luzes de esperança em almas sombrias de
desesperados...*

*Nossa voz, irmão!
nossa voz atabaque chamando.*

*Nossa voz lua cheia em noite escura de desesperança
nossa voz farol em mar de tempestade
nossa voz limando grades, grades seculares
nossa voz, irmão! nossa voz milhares,
nossa voz milhões de vozes clamando!*

*Nossa voz gemendo, sacudindo sacas imundas,
nossa voz gorda de miséria,
nossa voz arrastando grilhetas
nossa voz nostálgica de ímpis*

nossa voz África

[...]

*Nossa voz gritando sem cessar,
nossa voz apontando caminhos
nossa voz xipalapala
nossa voz atabaque chamando
nossa voz, irmão!
nossa voz milhões de vozes clamando, clamando,
clamando!*

(Noémia de Sousa, 1988)

RESUMO

Esta dissertação analisa as contradições da atuação dos megaprojetos contemporâneos no Corredor de Nacala, particularmente, do Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA). Considerado o maior megaprojeto de desenvolvimento agrícola em Moçambique, foi iniciado em 2011 como resultado de uma cooperação trilateral entre os governos do Japão, Brasil e Moçambique. Como recurso metodológico, lançou-se mão do estudo teórico-conceitual; pesquisa documental; e pesquisa de campo, que consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com representantes de organizações da sociedade civil. Aborda-se as contradições do desenvolvimento no contexto das estratégias geopolíticas de expansão dos megaprojetos, impulsionados pelas grandes empresas multinacionais que, para competirem no mercado internacional, promovem a exploração predatória das riquezas naturais e da abundante, barata e desprotegida força de trabalho africana. No caso de Moçambique, paralelamente ao fim do regime socialista de partido único, o país passou a adequar seu cenário jurídico-legal aos interesses dos investidores na década de 1980, introduzindo reformas neoliberais e abrindo as portas aos elevados fluxos de investimento externo na forma de megaprojetos. O ProSAVANA deve ser compreendido no contexto da crise global de alimentos que fomentou a intensificação da corrida pelas terras de países periféricos, sobretudo africanos, e da emergência de uma nova dinâmica nas relações político-econômicas “Sul-Sul”, com o protagonismo de países economicamente poderosos do Sul global, como o Brasil, que também impulsionaram a demanda pelas *commodities* para suprir as necessidades de consumo crescente. Nessa perspectiva, compreende-se que se trata de um megaprojeto de caráter exploratório, marcado pela submissão da agricultura familiar à agricultura comercial de larga escala que prioriza a exportação. Corrobora-se com os estudos recentes que têm apontado que, independentemente do contexto no qual os megaprojetos são implementados, há uma lógica similar de contradições que permeiam esses fenômenos, como o caráter transformacional dos megaprojetos, falta de transparência; falta de participação pública; falta de informação (e desinformação); violação de práticas estabelecidas de boa governança; manipulações; relações *top-down*; sociedade civil cética ou negativa, posicionando-se e mobilizando-se contra sua implementação; e processo de espoliação da terra e expulsão das comunidades locais, que gera o aprofundamento da vulnerabilidade dessas comunidades, desigualdades socioeconômicas e conflitualidades – que ganham um caráter mais violento nos países periféricos.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio. Cooperação Sul-Sul. Nampula.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the contradictions of contemporary megaprojects being carried out in the Nacala Corridor, particularly of Tripartite Cooperation Programme for the Agricultural Development of the Tropical Savannah in Mozambique (ProSAVANA). Considered the largest agricultural development megaproject in Mozambique, it was started in 2011 as a result of a trilateral cooperation amid the governments of Japan, Brazil, and Mozambique. As methodological resource, theoretical-conceptual study coupled with documentary research and field research were the chosen means to achieve the paper's goal. Field research consisted of conducting semi-structured interviews with representatives of civil society organizations. The paper discusses the contradictions of development in the context of geopolitical strategies for the extension of megaprojects. Said strategies are driven by large multinational companies that, in order to compete in the international market, promote the predatory exploitation of both the natural wealth and the abundant, cheap and unprotected African workforce. In the case of Mozambique, in parallel with the end of the single party socialist regime, the country began to adapt its legal scenario to the interests of investors in the 1980s, introducing neo-liberal reforms and trade opening to high flows of foreign investment in the form of megaprojects. ProSAVANA must be understood in the context of the global food crisis that fostered the intensification of the race for lands in peripheral countries, especially in Africa. The aforementioned fact, combined with the emergence of a new dynamic in the "South-South" political-economic relations; the protagonism of economically powerful countries in the global South, such as Brazil; and the demand for commodities to supply the growing consumption needs must be taken into consideration as well. In this perspective, it is understood that this is an exploratory megaproject characterized by the submission of family farming to large-scale commercial agriculture aimed at export. It corroborates with recent studies that have pointed out that regardless of the context in which megaprojects are implemented, there is a similar logic of contradictions that permeate these phenomena, such as the transformational character of megaprojects; lack of transparency; lack of public participation; lack of information; intentional misinformation; violation of established good governance practices; manipulations; top-down relationships; skeptical or negative civil society (a civil society that is standing its ground and mobilizing against its implementation); and the process of spoliation of the land coupled with the eviction of local communities. Said processes generate a deepening of the vulnerability of these communities, alongside with socioeconomic inequalities and conflicts - which take on a more violent character in peripheral countries.

KEYWORDS: Agribusiness. South-South Cooperation. Nampula.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Empresas (nacionais e internacionais) do agronegócio em Moçambique no âmbito da *New Alliance*

Figura 2 – Mapa do corredor de Nacala

Figura 3 – Mapa dos investimentos brasileiros nos setores de mineração, infraestrutura e agronegócio em Moçambique (atuais e planejados)

Figura 4 – Mapa do ProSAVANA

Figura 5 – Mapa de zoneamento da área do ProSAVANA

Figura 6 – Mapa dos conglomerados no Corredor de Nacala

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atuação das empresas registradas nacionalmente

Tabela 2 – Principais operações agrícolas de cooperação brasileira em Moçambique

Tabela 3 – Fases do ProSAVANA

Tabela 4 – Conglomerados agrícolas do ProSAVANA-PD

Tabela 5 – Empresas selecionadas no PDIF

Tabela 6 – Projetos de Rápido Impacto no setor privado

Tabela 7 – Principais Modelos de Desenvolvimento Agrícola propostos pelo ProSAVANA – PEM

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO E OS MEGAPROJETOS	
1.1. Uma espécie de vagão no trem do desenvolvimento	27
1.2. Caracterização dos megaprojetos em Moçambique	48
2. O AGRONEGÓCIO EM MOÇAMBIQUE E A PRESENÇA BRASILEIRA	
2.1. Ameaças globais do agronegócio em Moçambique	61
2.2. As intenções do Brasil do outro lado do Atlântico	77
2.3. A expansão de multinacionais brasileiras no território moçambicano	87
3. UMA APROXIMAÇÃO ÀS CONTRADIÇÕES DO PROSAVANA	
3.1. Caracterização do ProSAVANA	90
3.2. O Corredor de Nacala e a convergência de iniciativas na cadeia produtiva de <i>commodities</i> minerais e agrícolas	100
3.3. “Desenvolvimento para quem?”	111
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138

INTRODUÇÃO

A atividade agrícola tem sido, há muito tempo, essencial para acumulação e disputas de território, não só no continente africano, mas em grande parte do capitalismo periférico. No contexto de Moçambique, em que iremos nos deter no presente trabalho, a exploração dos recursos naturais acontecia a partir da exploração das comunidades e da expropriação de suas terras — e tal processo, é necessário afirmar, está no cerne de sua construção histórica enquanto nação.

O sociólogo moçambicano Carlos Serra pondera que a agricultura remonta ao período pré-colonial. Assim, a economia das primeiras sociedades moçambicanas era substancialmente ligada à agricultura e ao pastoreio, somando-se a isso a caça e a pesca. Essas atividades possibilitaram, por um lado, a sedentarização e, por outro, a expansão demográfica (SERRA, 2000). Com efeito, há cerca de 1700 anos, houve a migração de várias comunidades de um povoamento, processo conhecido como expansão Bantu, que, por meio do domínio da agricultura e da fabricação do ferro, se estabeleceram na região (SERRA, 2000). Em suas diferentes áreas de produção, estas comunidades já realizavam trocas entre os excedentes agrícolas e produções artesanais, marfim, peles e minério. Sobre a importância da atividade agrícola e da metalurgia do ferro, atesta o historiador Mário Maestri:

A metalurgia do ferro permitiu que os povos bantus assentassem suas civilizações sobre uma economia fundamentalmente agrícola, onde os instrumentos simples de ferro e a produção de cereais desempenhavam um papel essencial. Esta metalurgia ligeira, que supria as necessidades fundamentais da população, manteve-se sem maiores modificações até os tempos coloniais. As técnicas metalúrgicas africanas, importadas junto com os passageiros dos tumbeiros transatlânticos, foram, por muitos anos, a base da metalurgia do Brasil escravista (MAESTRI, 1988, p. 100).

Destarte, a atividade agrícola com base na metalurgia do ferro foi fundamental para o estabelecimento das primeiras sociedades sedentárias em Moçambique, assim como para o desenvolvimento comercial dos primeiros impérios e, na sequência, pelo estabelecimento dos invasores portugueses e o início do processo de colonização.

A inserção mercantil portuguesa em Moçambique foi constituída mediante o contato com as sociedades existentes, precipuamente motivada pela busca do ouro — que permitia a compra de especiarias asiáticas por meio do comércio, culminando no tráfico de escravos¹ e no processo de colonização de Moçambique por Portugal. Assim, inicialmente, os portugueses se

¹ Entre os séculos XVII e XIX, com a instauração de amplos entrepostos comerciais, além do ouro, Moçambique passou a ser um importante entreposto de tráfico de escravos.

estabeleceram em Moçambique — a começar pelo litoral, particularmente em Sofala (1505) e na ilha de Moçambique (1507) (SERRA, 2000, p. 55). Foi desta forma, portanto, que se iniciou, em território moçambicano, a violenta e desumanizante expropriação e exploração de terras e comunidades.

As fronteiras do Moçambique moderno foram fixadas a partir do acordo entre Portugal e Grã-Bretanha, em 1891 — quando o país foi formalmente separado de seus vizinhos Tanzânia, Malaui, Zâmbia, Zimbábue, Suazilândia e África do Sul —, com leves modificações realizadas após a Primeira Guerra Mundial (NEWITT, 2017). Ao final da guerra, Moçambique encontrava-se fragmentado — resultado da fragilidade de Portugal, que, ao longo do período colonial, não conseguiu centralizar o poder sobre todo o território. Isto levou à concessão de extensas porções de terra a companhias concessionárias estrangeiras em finais do século XIX — as chamadas Companhias Majestáticas.

De acordo com o historiador Marlyn Newitt (2017), o poder administrativo voltou a ser centralizado na metrópole no final da década de 1920, durante o governo de Salazar². Após as iniciativas da Grã-Bretanha e da França, ele iniciou uma grande reforma de intervenção política, administrativa e econômica³ para o “desenvolvimento” agrícola e industrial da colônia, incluindo projetos de infraestrutura financiados pelo governo de Moçambique, apoiados por empréstimos metropolitanos e com o investimento de capital privado no desenvolvimento de indústrias de consumo.

Não obstante, o senso de unidade nacional, que até então era pouco desenvolvido, só começou a ser formado a partir da constituição da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)⁴, na Tanzânia, em junho de 1962 — que, com o objetivo de conquistar a independência, travou uma guerra de dez anos (1964 a 1974) contra a metrópole portuguesa.

² Segundo Newitt (2017), em 1930, o Acto Colonial define o quadro jurídico-institucional de uma nova política colonial centralizadora, declarando Portugal e suas colônias estado único. Na propaganda do Estado Novo, Salazar exalta a função histórica a ser desempenhada pela Nação Portuguesa de “possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente” (Artigo 2º). Dessa forma, o objetivo final da política colonial seria a total assimilação de todas essas populações (NEWITT, 2017).

³ Destaca-se a preparação e a implementação de três planos de desenvolvimento (Planos de Fomento) focados na infraestrutura. O plano preliminar — elaborado antes da eclosão da guerra — alocava investimentos para projetos de infraestrutura, como o desenvolvimento do porto de Nacala, a construção de uma ferrovia para ligar o porto às fronteiras de Nyasaland e a construção de uma ferrovia da Rodésia do Sul para o porto de Lourenço Marques (Ibidem, 2017).

⁴ Levando em consideração o contexto regional da África Subsaariana, Marlyn Newitt (2017) assinala que, a partir da independência do Gana, em 1957, a descolonização da África prosseguiu mais rapidamente. Em 1960, a Bélgica retirou-se do Congo e, em 1961, o governo francês, dirigido pelo general Charles de Gaulle, concedeu independência a todas as colônias africanas francesas. Vários movimentos nacionalistas já haviam sido formados no exílio buscando a independência da Guiné e de Angola. Assim, esse processo foi considerado um pouco mais tardio no contexto moçambicano.

A crescente instabilidade de Portugal culminaria na deflagração da Revolução dos Cravos — conduzida pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) —, que, em abril de 1974, derrubou a mais antiga ditadura europeia (no poder desde 1933), sob o regime de Marcelo Caetano, sucessor de Salazar. A Revolução dos Cravos abriu, assim, caminho para a independência das então províncias ultramarinas.

Com vistas ao reestabelecimento da paz, as negociações entre a nova administração portuguesa, por meio do MFA e da FRELIMO, culminaram na assinatura do Acordo de Lusaka, em setembro de 1974, através do qual o Estado português reconhece o direito do povo de Moçambique à independência e aceita a transferência progressiva de poderes para as mãos da organização moçambicana. Em junho de 1975, a independência⁵ foi finalmente formalizada, e a FRELIMO assumiu o controle do Estado moçambicano, sob a liderança do presidente Samora Machel.

A partir de seu 3º Congresso, em 1977, a FRELIMO, gradualmente, migrou do campo comum nacionalista africano para assumir uma orientação marxista-leninista. Levando em consideração o contexto internacional da Guerra Fria na correlação de forças entre os poderes dos países ocidentais e do bloco socialista, é pertinente atentar para o posicionamento dos países ocidentais na convivência com a perpetuação do sistema colonial — expresso na recusa dos Estados Unidos e dos países europeus (parceiros da então potência colonizadora portuguesa na OTAN)⁶ ao apoio à luta pela libertação de Moçambique, sobretudo pelo não fornecimento de material bélico aos combatentes da libertação nacional e pela não aplicação de sanções econômicas ao regime colonialista de Portugal. Por outro lado, Moçambique encontrou o apoio do bloco socialista — principalmente da União Soviética⁷ —, que também forneceu ajuda às lutas de libertação nacionais de outros países. Assim, esse processo aproximou a FRELIMO dos países de orientação política socialista e, por outro lado, intensificou seu distanciamento dos países ocidentais (CABAÇO, 2007; OSMAN; SAÚTE, 2010).

⁵ É válido destacar, contudo, que, não obstante o processo de independência —, permaneceu a herança da colonização na estrutura política e econômica do país. Cabaço (2007) explica que o fim da tensão criada pela luta armada e da disciplina militar, a qual “[...] condicionava comportamentos e vivências[,] reduziria, de forma inquestionável, os vetores centrípetos. O autoritarismo com que se procurou substituí-los acendeu, por reação, dinâmicas de resistência, antigas e novas” (CABAÇO, 2007, p. 426). Nesse sentido, dezenas de milhares de Grupos Especiais (GEs) e Grupos Especiais Paraquedistas (GEPs), milícias e policiais treinados e organizados pelo colonialismo continuavam espalhados pelas províncias de Moçambique, e colonos mantiveram-se no país conservando privilégios e detendo postos importantes da economia e da administração (CABAÇO, 2007).

⁶ A Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN (North Atlantic Treaty Organization – NATO) é uma aliança militar intergovernamental assinada em abril de 1949.

⁷ A União Soviética reivindicava o direito dos povos à independência, ajudando os que se opunham ao sistema colonial. “Seus desígnios hegemônicos eram de natureza ideológica e passavam pelo anticolonialismo, coerente com os ideais que defendia, mas também opção estratégica para debilitar as economias capitalistas européias ainda ligadas às sortes de seus impérios.” (CABAÇO, 2007, p. 215)

A nova orientação político-ideológica resultou na promoção da nacionalização da terra e num projeto de desenvolvimento fundado na produção agrícola estatal⁸, visando à modernização por meio da criação de grandes empresas agrícolas estatais, concentrando os camponeses em aldeias comunais⁹ e cooperativas (NEWITT, 2017). Buscou-se, ainda, a adoção de medidas mais progressistas na expansão do Estado, no que diz respeito à implementação de programas voltados para o fornecimento de serviços de saúde e educação de massas, prezando pela estatização da economia, nacionalização das empresas e controle de quase todos os setores econômicos.

A conquista da independência e as orientações políticoeconômicas do novo governo revolucionário, sobretudo no apoio aos movimentos nacionalistas regionais — por exemplo, *African National Congress* (ANC), *South West Africa People's Organisation* (SWAPO) e *Zimbabwe African National Union – Patriotic Front* (ZANU–PF) —, não agradaram as potências ocidentais e afetaram os múltiplos interesses regionais que estavam em jogo no contexto de Guerra Fria, nomeadamente do regime sul-africano do *apartheid* e de seus dois grandes aliados na África Austral: o domínio branco da Namíbia e o regime rebelde de Ian Smith na Rodésia. Somando-se a isso, as pressões externas dos insatisfeitos com o governo fomentaram o surgimento da organização político-militar de oposição à FRELIMO: a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), que, segundo Darch (2018), teve origem na Rodésia na década de 1970, como uma “rebelião armada antimarxista”, estruturada com o patrocínio de vários pequenos grupos de dissidentes.

A RENAMO foi responsável por iniciar um conflito armado que durou de 1977 a 1992. Na fase inicial, dirigida pela Rodésia, empreendeu-se uma guerra de desestabilização¹⁰ contra as políticas do governo, por meio de uma campanha de terror e ataques às populações rurais,

⁸ Monjane e Bruna (2019) notavelmente ressaltam que algumas das políticas agrárias impostas pela FRELIMO ostentam características autoritárias e antidemocráticas, com raízes do período colonial. Como exemplo, indicam os autores, a partir de uma perspectiva histórica, a semelhança entre os aldeamentos comunais (vilagização) ou a política de vila comunal e os aldeamentos coloniais, uma vez que “[...] *the majority of communal villages were simply conversions of the old colonial village settlements*” (MONJANE; BRUNA, 2019, p. 6). Traduz-se que: “[...] a maioria das aldeias comunais eram simplesmente conversões dos antigos aldeamentos coloniais” (MONJANE; BRUNA, 2019, p. 6, tradução nossa).

⁹ No caso dos aldeamentos comunais da FRELIMO, além de buscarem organizar os camponeses dispersos em vilas, no entendimento de Monjane e Bruna, “[...] *was also understood as a measure taken to control the peasantry, preventing the population from gaining access to and receiving influence from the Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) [...]. Assuring FRELIMO to maintain hegemony over the peasantry*” (2019, p. 5-6). Traduz-se que: “também foi entendida como uma medida tomada para controlar o campesinato, evitando o acesso e o recebimento pela população da influência da Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) [...]. Garantindo à FRELIMO a manutenção da hegemonia sobre o campesinato” (MONJANE; BRUNA, 2019, p. 5-6, tradução nossa).

¹⁰ Díaz aponta a divergência elementar nas diferentes compreensões do conflito. Para a FRELIMO, tratava-se de uma “guerra de desestabilização”; já para a RENAMO, havia uma “guerra pela democracia” (2017, p. 113).

somada à destruição da infraestrutura do país (DARCH, 2018). Durante o conflito, a referida organização também lançou mão de outras estratégias, como a construção de uma base de apoio popular camponesa, principalmente nas regiões centro e norte, aproveitando-se da insatisfação popular em relação a algumas políticas agrárias da FRELIMO — a exemplo dos reassentamentos forçados em aldeamentos comunais (DARCH, 2018).

Com a conquista da independência da Rodésia, na década de 1980 — que adotou oficialmente o nome de Zimbábue —, sob a liderança de Robert Mugabe, da ZANU–PF, a RENAMO perdeu o apoio do país. Foi nesse contexto que o regime do *apartheid* sul-africano passou a encabeçar o suporte aos rebeldes no conflito armado, com o apoio externo, acirrando o conflito para a região norte (DÍAZ, 2017). Neste sentido, explicam Abdul Osman e Nelson Saúte (2010) sobre a política de desestabilização sul-africana:

O regime de Apartheid não se limitou a estrangular economicamente Moçambique, com a redução do tráfego ferro-portuário e do número de trabalhadores moçambicanos nas minas sul-africanas, acompanhada da abolição da prática de pagar com ouro quantificado a preço oficial uma parte das remessas dos mineiros moçambicanos. A ação de desestabilização assumiu várias formas — militar, destruição de infraestruturas econômicas. (OSMAN; SAÚTE, 2010, p. 327).

Posteriormente, a partir de 1986, transcorreu um período excessivamente violento, com violações aos direitos humanos, cometidas por ambos os lados do conflito — cenário agravado com a utilização, pela RENAMO, de táticas terroristas e ataque indiscriminado a civis. Ao final do embate, havia um milhão de pessoas mortas e cinco milhões desalojadas (FINGERMAN, 2014).

No final da mesma década, parecia cada vez mais distante o sonho de construção de uma sociedade nova, socialista e moderna, isto é, uma nação moçambicana unificada, haja vista a devastadora situação sociopolítica e econômica do país. Para compreender tal cenário, é essencial levar em consideração, além dos fatores regionais já discutidos, uma série de outros elementos de âmbito internacional e nacional. Sobre este último, ressalta-se a política econômica desajustada de Moçambique — também relacionada ao radicalismo na estatização econômica e na tentativa falha de excessiva centralização e controle da gestão econômica (MOSCA, 2005). Além disso, é preciso considerar a intensificação do conflito armado e, como consequência, a destruição da infraestrutura nacional e o baixo capital humano, o que gerou enormes prejuízos econômicos, segundo Waterhouse e Lauriciano (2010).

Cabe mencionar que, neste período, ainda era possível sentir as consequências da retirada dos portugueses do território moçambicano após a independência, o que desmantelou a capacidade profissional e técnica necessária à modernização da economia, uma vez que

grande parte da economia e dos setores modernos do governo havia sido estabelecida e conduzida pelos imigrantes europeus e por seus descendentes (NEWITT, 2017). Ademais, fatores climáticos assolavam o país, com destaque para as fortes chuvas e os alagamentos, além de um período de seca devastadora e prolongada. A combinação de tais elementos à aplicação de políticas agrícolas equivocadas¹¹ resultou em impactos negativos na produção agrícola, tanto no que se refere ao consumo (acarretando crises de fome generalizadas) quanto na exportação (impossibilitando o equilíbrio na balança de pagamentos) (MATOS; MEDEIROS, 2015).

Concomitantemente, no âmbito internacional, inaugurou-se um novo momento, marcado por uma radical reestruturação do capitalismo, voltada a reagir à crise de sobreacumulação iniciada em 1973¹², que escancarou os limites do padrão de crescimento da chamada “Era de Ouro”¹³ do capitalismo do pós-Segunda Guerra (1945-1970) (HARVEY, 2014).

Harvey (2014, p. 109) procura demonstrar que parte das estratégias de articulação da nova lógica capitalista do poder teve como base a financeirização e a adoção do neoliberalismo, associada à integração de novos territórios ao desenvolvimento capitalista, visando forçar a “[...] abertura de mercados, em particular para fluxos de capital e financeiros (o que é agora um requisito imposto pelos Estados Unidos aos países-membros do sistema do FMI)”, bem como a impor outras políticas neoliberais ao resto do mundo — sobretudo em países que vivenciaram o endividamento territorial, um problema cada vez mais global nos anos 1980.

Em 1980, Moçambique sofria com a recusa de novos financiamentos por meio de bancos internacionais, em razão da alta dívida externa do país. A saída encontrada para a obtenção do crédito de que o país carecia foi a implementação das reformas neoliberais. Para isso, buscou-

¹¹ Mosca (2005) indica a falta de mudanças estruturais fundamentais na agricultura, relacionadas à ordenação da ocupação das terras, de tecnologias dos produtores rurais, bem como a marginalização dos camponeses.

¹² Harvey concorda com Peter Gowan ao compreender a reestruturação do capitalismo internacional, neste marco temporal, como um conjunto de artifícios para a conservação do poder hegemônico dos Estados Unidos na economia mundial: “Isso começou durante a crise de 1973 por meio da dupla estratégia de Nixon: altos preços do petróleo e desregulação financeira. Foi então que se concedeu aos bancos norte-americanos o direito exclusivo de reciclar as vastas quantidades de petrodólares que se acumulavam na região do Golfo. Isso recentrou a atividade financeira global nos Estados Unidos e subsidiariamente ajudou, quando associado às reformas internas do sistema financeiro naquele país, a salvar Nova York de sua crise econômica local. O resultado foi o surgimento de um forte regime financeiro governado por Wall Street/Tesouro dos Estados Unidos, que detinham poderes de controle sobre instituições financeiras globais (como o FMI) e podiam fazer ou desfazer muitas economias estrangeiras mais fracas por meio de manipulações de crédito e práticas de gerenciamento da dívida” (HARVEY, 2014, p. 108-109).

¹³ “[...] Assim, o período que vai de 1945 a 1970 foi a segunda etapa do regime político da burguesia funcionando sob a égide do domínio e da hegemonia globais norte-americanos, que promoveram uma época de notável crescimento econômico consistente nos países capitalistas avançados. [...] A reprodução expandida parecia funcionar muito bem, chegando mesmo a provocar efeitos secundários fora do núcleo, se bem que de modo atenuado e desigual, por todo o mundo não comunista. [...] O problema da sobreacumulação do capital, embora sempre ameaçador, foi contido até o final dos anos 1960 por uma mistura de ajustes internos e de ordenações espaço-temporais tanto dentro como fora dos Estados Unidos” (HARVEY, 2014, p. 55).

se apoio do Ocidente, inclusive para tentar se proteger de uma possível invasão da África do Sul, em razão do agravamento dos conflitos. Nesta época, também houve redução do apoio econômico fornecido pelo bloco socialista, que passava por dificuldades que impossibilitavam a ampliação de seus programas de cooperação. À exceção da União Soviética (que também ajudou o país de outras formas, provendo bens de consumo e outros produtos, além de combustíveis), o bloco não fornecia apoio à balança de pagamentos nem ajuda alimentar (OSMAN; SAÚTE, 2010).

Neste contexto, a FRELIMO começou a realizar importantes mudanças a fim de aproximar-se do Ocidente, visando ajustar-se ao novo cenário internacional. Tais mudanças foram anunciadas, num primeiro momento, no 4º Congresso do partido, ocorrido em 1983. Apesar de o Congresso ter indicado uma tentativa de manutenção do posicionamento político-ideológico e econômico adotado no pós-independência, observa-se a opção por um direcionamento menos radical e, já naquele momento, destacou-se a necessidade de reestruturação e abertura econômica do país, com maior atuação da iniciativa privada nos diversos setores e redução das responsabilidades do Estado; modificação dos modelos de gestão das empresas estatais, com maior possibilidade de autonomia e descentralização da administração; além da participação do capital estrangeiro e valia do setor familiar para a agricultura (MOSCA, 2005; RIBEIRO, 2015).

Portanto, foi em cumprimento disto que o país assinou, em março de 1984, o acordo de Nkomati, um acordo de paz (que não foi bem-sucedido) com a África do Sul (MATOS; MEDEIROS, 2015). Em setembro do mesmo ano, foi assinado o acordo de adesão ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) — adequando a política econômica do país ao chamado “Consenso de Washington” — e, em dezembro, Moçambique assinou a Convenção de Lomé, submetendo-se às condições apresentadas pela Comunidade Europeia (ACP-CE), mais tarde renomeada de União Europeia (UE) (RIBEIRO, 2015).

Matos e Medeiros (2017) analisam que, nessa linha de transição para a economia de mercado e entrada do capital internacional por meio de um processo de pré-reformas — em atendimento às demandas dos principais credores e potências ocidentais —, algumas modificações no âmbito jurídico-legal¹⁴ foram condição *sine qua non*, a saber: a aprovação da Lei do Investimento Estrangeiro e a revisão à Lei de Terras. A primeira, outorgada em 1984,

¹⁴ Nota-se o grande incentivo, por parte do governo de Moçambique, à penetração do capital internacional no país. Dessa forma, observa-se, a escolha por uma política de concessões para obter grandes investimentos estrangeiros em terras agrícolas, alicerçada no discurso de que tal posicionamento promoveria o desenvolvimento agrícola, proporcionaria empregos, segurança alimentar, segurança energética, redução da pobreza e geração de receita ao Estado.

autoriza o investimento estrangeiro e fixa as condições concretas para a sua atuação, garantindo “[...] segurança e proteção jurídica da propriedade sobre os bens e direitos”, estabelecendo a “transferência de fundos para o exterior” e assegurando a “concessão de incentivos fiscais” (MOÇAMBIQUE, 1984, p. 10-11).

Já a revisão da lei de terras, realizada em abril de 1986, como destacam os autores, aumentou o número de anos concedidos pelo Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) para fins de titulação privada, passando a ser de cinquenta anos, com possibilidade de renovação. Além disso, o novo regulamento, ao contrário da Lei de Terras anterior, de 1979, explicita a permissão da obtenção do DUAT por cidadãos ou empresas estrangeiras para a realização de atividades econômicas.

Visando reverter as tendências negativas do crescimento econômico, em 1987, foi introduzido o Programa de Reabilitação Econômica (PRE), no âmbito dos Planos de ajustamento e recuperação econômicos. Tal plano foi negociado pelo governo moçambicano junto às Instituições de Bretton Woods (IBWs) e, em 1990, foi lançado o Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES) (RIBEIRO, 2015). As reformas direcionam a economia para as orientações liberalizantes em vigência, incluindo desmantelamento da indústria estatal; cortes no orçamento público em setores sociais; introdução de mudanças nas políticas de educação e saúde; ajuste fiscal para o pagamento da dívida; desvalorização continua do metical¹⁵; fim do tabelamento de preços; privatização de empresas estatais e de complexos industriais e agropecuários (DIAS DE ANDRADE, 2016).

O PRES se alastrou até meados da década de 1990, paralelamente ao processo de negociações da paz entre FRELIMO e RENAMO, intermediadas pela Igreja Católica, processo que culminou nos Acordos Gerais de Paz (AGP), assinados em Roma, em 1992. O objetivo central era “[...] o estabelecimento de uma paz duradoura e duma sólida democracia em Moçambique” (BOLETIM DA REPÚBLICA, 1992, p. 2), pondo fim aos dezesseis anos de conflito armado. Na mesma década, segundo Bila (2013), a nova Constituição de 1990 instituiu as eleições multipartidárias, a garantia do direito às liberdades individuais e de associação sem o vínculo com o Estado, a liberdade de imprensa e o direito à greve, instaurando um Estado democrático de direito. As primeiras eleições multipartidárias foram realizadas em 1994, e o partido FRELIMO venceu o pleito.

¹⁵ Moeda de Moçambique.

Tais circunstâncias¹⁶ de reformas institucionais e legais realizadas pelo Estado, com a introdução da cartilha neoliberal, criaram as condições necessárias para que um significativo volume de investimento estrangeiro entrasse de forma ostensiva em Moçambique (DIAS DE ANDRADE, 2016), sobretudo na forma de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). De fato, as reformas econômicas introduzidas desde 1987 levaram a um crescimento da economia (o que não correspondeu a uma redução da pobreza e melhoria das condições de vida da população), cujo padrão de acumulação é marcado por uma essência extrativista — que, nas palavras de Castel-Branco, “[...] exporta o que extrai ou produz sem o processar [...] e importa, em forma processada, o que consome”. O economista ressalta, ainda, “[...] a dependência do investimento e da organização da produção e comércio em relação a capitais externos” (2010, p. 143), tornando-se cada vez mais expressiva com a chegada de elevados fluxos de IDE, na forma de Grandes Projetos de Investimento (GPI), também chamados de megaprojetos, a partir de finais da década 1990 (CASTEL-BRANCO, 2010 apud LANGA, 2017).

Na primeira metade do século XXI, o Investimento Privado Externo (IDE e empréstimos externos comerciais) apresentou um crescimento progressivo sem precedentes em Moçambique, recebendo, de acordo com os Dados do Banco de Moçambique (2017) e do Banco Mundial (2017), cerca de 28 bilhões USD, sendo 75% das intenções de investimento privado direcionadas para o setor extrativo da economia, mormente no que se refere a exportações de produtos primários (CASTEL-BRANCO, 2017).

Este padrão de acumulação estabelece um “desenvolvimento desigual do capitalismo” no país (CASTEL-BRANCO, 2010, p. 143), sendo “insustentável do ponto de vista macroeconómico”, uma vez que a instabilidade dos preços de *commodities* nos mercados internacionais gera uma economia demasiadamente “vulnerável a crises cíclicas de acumulação” (CASTEL-BRANCO; OSSEMANE, 2010 apud LANGA, 2017, 168). Exemplo disto foi a crise global de 2008/2009, que correspondeu a um período de declínio dos preços de *commodities* no mercado internacional e, por conseguinte, de retração das exportações, de acordo com a economista Epifânia Langa (2017).

Há de se levar em consideração que tal crise global — que também teve como uma de suas faces uma crise de alimentos — fomentou a intensificação do chamado “*global rush for farmland*”, no início dos anos 2000, uma verdadeira corrida pelas terras estrangeiras de países

¹⁶ Também foram geradas as condições para o aumento da cooperação internacional para o desenvolvimento e empréstimos dos organismos multilaterais — que chegaram a custear cerca de 80% das receitas do Estado. Nesse cenário, houve um crescimento exponencial do número de ONGs, que passaram a criar, também, programas para o fortalecimento da democracia, de uma sociedade civil que emergia lentamente e do associativismo (DIAS DE ANDRADE, 2016).

periféricos. De acordo com Borrás et al. (2011, p. 7), “[...] *powerful transnational and national governments and private equity funds have searched for ‘empty’ land often in distant countries that can serve as sites for fuel and food production in the event of future price spikes*”¹⁷. O relatório do Banco Mundial de 2010 mostra que mais de 70% das aquisições de terras agrícolas de grande escala no mundo, na última década, foram provenientes da África Subsaariana, especialmente de Etiópia, Sudão e Moçambique (BANCO MUNDIAL, 2010), havendo, nesse processo, uma evidente dinâmica norte-sul que reflete as ocupações de terras, sustentáculos do colonialismo e do imperialismo (BORRAS et al., 2011).

Sem embargo, assistiu-se, neste período, à emergência de uma nova dinâmica nas relações político-econômicas “Sul-Sul”, com o protagonismo de países economicamente poderosos do Sul global (BORRAS et al. 2011), como o grupo de países de economias emergentes — BRIC¹⁸ (Brasil, Rússia, Índia e China). Esses, por sua vez, também impulsionaram a demanda pelo espólio do complexo de *commodities* agrícolas, minerais e ambientais, tal como pela desprotegida e barata força de trabalho africana, a fim de suprir as necessidades de consumo crescente.

Monjane e Bruna (2019) notam que se trata de um período no qual a entrada de investimentos do capital nas áreas rurais começou a gerar grandes implicações, principalmente no tocante ao processo de “*land grabbing*” para a implementação de megaprojetos. De 2001 a 2017, os investimentos voltados para os setores agrícola, de recursos minerais e energia destacam-se como receptores dos maiores valores de investimento aprovado em termos acumulados (CPI, 2017 apud MONJANE; BRUNA, 2019).

Dito isto, o que instiga a investigação do presente trabalho são as contradições dos megaprojetos contemporâneos em uma das áreas mais cobiçadas pelo capital estrangeiro — o Corredor de Nacala, em especial, na província de Nampula, “[...] *the second province in the country with the highest amount of approved investment inflow from 2001 to 2017, with cumulative investment of more than 9 billion USD*”¹⁹ (CPI, 2017 apud MONJANE; BRUNA, 2019, p. 7). Neste sentido, analisamos o Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA), enquanto

¹⁷ “[...] poderosos governos transnacionais e nacionais e fundos de ações buscam por terras ‘vazias’ frequentemente em países distantes que podem servir como locais para a produção de combustíveis e alimentos no caso de futuros picos de preços” (BORRAS et al., 2011, p. 7, tradução nossa).

¹⁸ Em abril de 2011, foi formalizada a entrada da África do Sul no BRIC, por ocasião da III Cúpula, realizada em Sanya, República Popular da China. Assim, o bloco dos países emergentes passou a se chamar BRICS.

¹⁹ “[...] a segunda província do país com a maior quantidade de entradas de investimentos aprovadas de 2001 a 2017, com investimentos acumulados de mais de 9 bilhões de dólares” (CPI, 2017 apud MONJANE; BRUNA, 2019, p. 7, tradução nossa).

uma iniciativa que tem demonstrado transformar as diversas dinâmicas dos territórios e afetar, principalmente, as populações mais empobrecidas. Sendo assim, tenta-se compreender a seguinte questão central: quais são as contradições decorrentes das ações dos megaprojetos de desenvolvimento agrícola — particularmente do ProSAVANA — implementados no Corredor de Nacala?

As motivações para investigar tal objeto remontam a 2016, isto é, cinco anos após o início da implementação do ProSAVANA, considerado o maior megaprojeto de desenvolvimento agrícola em Moçambique, iniciado em 2011 como resultado de uma cooperação trilateral entre os governos do Japão, Brasil e Moçambique. Naquele ano, a partir da aproximação com o Instituto de Estudos da África (IEAf) da UFPE — à época coordenado pelo professor Marco Mondaini —, iniciei o percurso de desenvolvimento de dois projetos, enquanto bolsista de iniciação científica, conduzidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais e Direitos Sociais (NEPPS/UFPE), sobre Direitos Humanos e Desenvolvimento na Relação Brasil-África.

Desde então, durante a graduação, as minhas preocupações relativas à trajetória histórica e ao debate teórico-conceitual sobre os direitos humanos²⁰ na modernidade gradualmente se aproximaram do contexto africano, particularmente da realidade de Moçambique. No mesmo período, passei a fazer parte do grupo de pesquisadores/as-júnior do IEAf, que tem o objetivo de desenvolver pesquisas em rede sobre África com universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais. Esta experiência tornou-se objeto de pesquisa para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso²¹, ao final da graduação em Serviço Social da UFPE.

As relações já estabelecidas com as organizações da sociedade civil e ativistas moçambicanos no decorrer da pesquisa da monografia, através do Skype e troca de e-mails, bem como o crescente contato com as lutas dos camponeses em defesa das terras no Corredor de Nacala, inspiraram e favoreceram a continuidade dos estudos, com novos pressupostos e objetivos, enquanto aluna do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, a partir de fevereiro de 2018.

²⁰ A origem do interesse pelo tema resulta da experiência vivenciada na graduação, primeiramente, em 2014, através da participação, em duas ocasiões, como monitória das disciplinas Direitos Humanos e Movimentos Sociais Contemporâneos, além do desenvolvimento do Projeto de Iniciação Científica, enquanto bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), intitulado “Teoria Crítica e Direitos Humanos - Continuidades e Rupturas de Gramsci a Thompson”, no período de julho de 2015 a agosto de 2016. O projeto, conduzido pelo NEPPS, teve como objetivo a realização de um estudo sobre o desenvolvimento do conceito de direitos humanos na teoria social crítica a partir de uma análise teórico-conceitual e histórico-social das continuidades e rupturas no pensamento de Karl Marx, Antonio Gramsci e Edward Thompson acerca da temática.

²¹ Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “O papel das organizações da sociedade civil e o enfrentamento ao ProSAVANA em Moçambique”, orientado pelo professor Marco Antonio Mondaini, em 2017.

Ressalto, ainda, a importância da viagem ao continente africano, em agosto de 2018, através da qual foi possível a realização da pesquisa de campo em Moçambique, cujas atividades consistiram na observação e na realização de entrevistas, por meio da utilização de questionários semiestruturados, com os representantes de organizações da sociedade civil.

Isto posto, o presente trabalho resulta do contínuo aprendizado, através de diversas experiências ao longo da trajetória acadêmica — em particular, o aprendizado cotidiano no desenvolvimento de projetos de Iniciação Científica conduzidos pelo NEPPS e o aprofundamento dos diálogos promovidos pelo IEAf sobre a realidade africana. Além disso, por meio do contato com as organizações da sociedade civil moçambicanas, suas lutas e debates, foi possível a construção de percepções sobre os direitos (e violações aos direitos) das populações locais.

Ciente da complexidade do problema estudado e do desafio de apreensão do movimento do objeto desta pesquisa, lançamos mão de um processo de pesquisa de natureza qualitativa, por compreendermos que ela nos possibilita desenvolver uma compreensão particular e profunda dos fenômenos sociais, trabalhando com acontecimentos que exigem tratamento especial para apreender a complexidade e, por vezes, as contradições do movimento do real.

Segundo Denzin e Lincoln, a pesquisa qualitativa é “[...] uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (2006, p. 17). Minayo (1994), por sua vez, destaca que a pesquisa qualitativa volta-se para a dimensão da realidade que não pode ser quantificada, tendo em vista que corresponde a um nível mais profundo das relações sociais.

Os procedimentos metodológicos contemplam três momentos, não necessariamente operacionalizados em ordem linear: 1) estudo teórico-conceitual; 2) pesquisa documental; e 3) pesquisa de campo.

Na construção metodológica²², selecionamos, como fontes principais, as discussões em Minayo (1994, 2001), Denzin e Lincoln (2006), Fonseca (2002), Marconi e Lakatos (2003) a fim de dar concretude ao emprego das técnicas e dos instrumentos, bem como identificar em que medida cada um deles poderá contribuir na interpretação da realidade complexa — no caso deste trabalho, as contradições decorrentes da ação dos megaprojetos (particularmente o

²² De acordo com Minayo, “[...] metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Esta “[...] ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas”. Assim, o pesquisador deve buscar o percurso que contribua para uma melhor análise do seu objeto de estudo, isto é, aquele que responde mais adequadamente ao seu objeto de estudo e aos seus objetivos de pesquisa. Nesse sentido, “[...] a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática” (MINAYO, 2001, p. 16).

ProSAVANA) implementados na província de Nampula. É importante destacar que, nesta pesquisa, as questões “[...] não existem isoladas, destacadas umas das outras e independentes [...], tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 101).

O estudo teórico-conceitual foi construído mediante a revisão bibliográfica para o conhecimento do material já produzido no campo da pesquisa proposta e o aprofundamento teórico sobre os conceitos e categorias de análise. Segundo Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica corresponde à utilização de materiais previamente elaborados, ou seja, livros e artigos científicos, por exemplo — aqui incluindo não só dados escritos, mas também audiovisuais.

Segundo Fonseca (2002, p. 32) a pesquisa documental diz respeito à utilização de “[...] fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc.” (FONSECA, 2002, p. 32). Isto posto, a pesquisa documental consistiu, na análise crítica do quadro institucional e jurídico-legal sobre a terra, bem como dos contratos relativos às concessões de terras, firmados entre o governo e as instituições em Moçambique, documentos oficiais do ProSAVANA, documentos vazados à imprensa, notícias e pesquisas relacionadas ao programa, além de cartas abertas, memorandos dos acordos de cooperação, publicações e manifestos elaborados pelas organizações da sociedade civil moçambicanas.

Cabe mencionar que, devido às dificuldades de contatar camponeses e representantes de organizações da sociedade civil localizadas em Moçambique, principalmente as sediadas ao norte, em áreas rurais, e tendo em vista que as fontes de informações a respeito da temática são ainda escassas e incompletas, recorreremos à realização de trabalhos de campo nas províncias de Nampula (região norte) e Maputo (região sul). A opção pelo direcionamento do campo para a província de Nampula reside no fato de nesta província estarem localizados distritos de grande atuação de megaprojetos agrícolas, inclusive o ProSAVANA. O trabalho de campo se estendeu, também, para a província de Maputo, onde ocorre a maioria das negociações com os investidores estrangeiros e onde estão alocadas as sedes de parte significativa das grandes empresas estrangeiras no país.

As atividades de campo consistiram na realização de entrevistas semiestruturadas²³ em Maputo e Nampula. Como critério de seleção, foram entrevistados os representantes de organizações da sociedade civil mais envolvidas nos conflitos em torno da implementação do ProSAVANA. Procurou-se selecionar tanto as que se declaram contra o Programa, a saber: União Nacional dos Camponeses (UNAC), Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), Livaningo, Justiça Ambiental (JA!), Comissão Justiça e Paz de Nampula (CAJuPaNa); como aquelas que se declaram a favor do programa, quais sejam: Plataforma Provincial de Organizações da Sociedade Civil de Nampula (PPOSC-N), Fórum das Organizações não Governamentais do Niassa (FONAGNI), Fórum das Organizações não Governamentais da Zambézia (FONGZA) e Solidariedade Moçambique.

Assim, a partir dos subsídios supramencionados, considera-se possuir as informações e as ferramentas necessárias para construir as discussões propostas, tendo em vista que apontam caminhos para uma análise que considere tanto o campo da subjetividade quanto os condicionantes sociais que integram as diversas dimensões da luta em defesa das populações locais.

Para tanto, o trabalho encontra-se estruturado e dividido em três capítulos. No primeiro, analisam-se as contradições do desenvolvimento no contexto das estratégias geopolíticas de expansão dos megaprojetos nos países periféricos. Num primeiro momento, retomam-se as discussões sobre o conceito hegemônico de desenvolvimento. Em seguida, discorre-se sobre o conceito de megaprojetos, expondo seus fundamentos estruturantes, características, funções que desempenham na atualidade de maneira geral e na realidade moçambicana.

No segundo capítulo, pauta-se o contexto da crise mundial de alimentos de 2007/ 2008, que fomentou o aumento da penetração do capital em países periféricos, principalmente provenientes da África Subsaariana, como Moçambique. Assim, busca-se desvelar a dinâmica de iniciativas, que envolvem a convergência e articulação de diversos interesses públicos e privados, com a atuação de grandes corporações e empresas, as maiores potências econômicas e as suas respectivas agências de cooperação, que conjugam esforços para a aquisição de terras agrícolas via investimentos estrangeiros em larga escala no setor do agronegócio em Moçambique. Na segunda parte do capítulo, foca-se no processo recente de intervenção mais intensa do Brasil em Moçambique, que vem consolidando sua participação na realização da cooperação para o desenvolvimento e, por outro lado, na expansão da atuação de empresas brasileiras no Corredor de Nacala.

²³ Foram utilizadas também entrevistas realizadas em 2017, durante a realização da pesquisa da monografia.

Por fim, no terceiro capítulo, procura-se investigar a tendência de exploração integrada do Corredor de Nacala por investimentos voltados para a indústria extrativa, infraestruturas e desenvolvimento do agronegócio, que inclui o ProSAVANA. Posteriormente, apresentam-se as características do programa e, por fim, analisam-se os processos de formulação, implementação e contradições que permeiam o ProSAVANA, compreendendo que, embora sob diferentes realidades sociais, políticas e econômicas, existe uma lógica similar no que se refere à dinâmica deste programa e as características fundamentais identificadas na literatura a respeito dos megaprojetos.

Capítulo 1.

A DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO E OS MEGAPROJETOS

1.1 Uma espécie de vagão no trem do desenvolvimento

Ao consultar a palavra *desenvolvimento* no dicionário, encontram-se estas definições:

1. “O ato ou o efeito de desenvolver(-se)”;
2. “Passagem gradual (da capacidade ou possibilidade) de um estágio inferior a um estágio maior, superior, mais aperfeiçoado, etc.”;
3. “Adiantamento, aumento, crescimento, expansão, progresso”;
4. “Aumento das condições ou qualidades físicas (força, tamanho, vigor, volume etc.)”;
5. “Aumento da capacidade ou competência (moral, psicológica, espiritual, intelectual etc.); amadurecimento, crescimento, evolução” (MICHAELLIS, 2020).

Seu sinônimo mais próximo é *evolução*, como indica Nicola Abbagnano (2007) em seu *Dicionário de Filosofia*, termo geralmente utilizado para se referir ao desenvolvimento biológico. Inicialmente, o uso do termo *desenvolvimento* se deu no campo da biologia, no intuito de caracterizar o processo de formação da “vida”. Na obra *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life* (título original da primeira edição), Charles Darwin (1859) recorre a noções como “luta pela vida”, “evolução”, “adaptação”, “desenvolvimento” na elaboração de sua teoria da evolução das espécies.

A noção de desenvolvimento, como mostra Nicola Abbagnano (2007), apesar de ser antecedida pelo conceito aristotélico de “movimento como passagem da potência ao ato ou explicação do que está implícito, seu significado otimista é peculiar à filosofia do século XIX e está estreitamente ligado ao conceito de progresso” (ABBAGNANO, 2007, p. 284). Ainda conforme o filósofo italiano, é a partir do pensamento do filósofo alemão Hegel que a concepção de desenvolvimento ganha força no século XIX, sendo uma das categorias essenciais de sua filosofia, exemplificada, sobretudo, na história. O alicerce teórico para o entendimento do desenvolvimento no contexto filosófico, tendo em vista que a dialética hegeliana comporta um elemento processual de movimento que elucida a essência do que seja o ato de desenvolver. Como a palavra *Entwicklung* (do alemão: desdobrar, revelar, desenvolver, evoluir) sugere, o desenvolvimento de algo envolve o desdobramento de sua potencialidade interna (o em si) orientado no sentido da atualidade explícita (o para si) (INWOOD, 2002). A novidade em relação ao conceito aristotélico do movimento é a aplicação ao campo da história e a outros aspectos da realidade (ABBAGNANO, 2007).

É nesse sentido que a noção de desenvolvimento é marcada por sucessivas (re)formulações nos diversos campos de conhecimento, como econômico, político, social, filosófico, cultural, ambiental, entre outros, alcançando uma espécie de legitimação. Não obstante a sua amplitude semântica e a possibilidade de ser utilizado em diversos contextos, apresentando-se como uma noção complexa e polissêmica, de qualquer modo, historicamente, tal conceito foi intrinsecamente associado ao campo econômico.

Assim, neste campo, é possível identificar diversas teorias desenvolvimentistas. Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill, Thomas Malthus, e Karl Marx foram responsáveis pelo conjunto de teorias que formam a economia do desenvolvimento no século XX, abordando o papel decisivo que teve o avanço das forças produtivas promovido pelo capitalismo industrial (FIORI, 1999).

Por muitos considerada o primeiro manual de Economia, a obra *A Riqueza das Nações*, escrita por Adam Smith (1983[1776]), tem como preocupação central a questão dinâmica do crescimento e do desenvolvimento. Nesse sentido, ela busca identificar os elementos que contribuem com o progresso econômico e as medidas a serem tomadas para criar um cenário favorável ao rápido crescimento econômico.

Vários foram os autores que, na sua sequência, procuraram entender as causas e as perspectivas do progresso das novas sociedades saídas da Revolução Industrial. David Ricardo (1982[1817]), no livro *Princípios de Economia Política e Tributação*, também aborda o crescimento econômico, argumentando que uma das tarefas essenciais da economia política seria determinar as leis que regem a distribuição do produto entre capitalistas, proprietários de terra e trabalhadores. Thomas Malthus (1983[1803]) é pessimista no que se refere à possibilidade de melhoria das condições de vida da população, uma vez que esta tenderia a crescer em proporção geométrica enquanto a produção de alimentos cresceria em proporção aritmética, percepção apresentada em *Ensaio sobre a população*. John Stuart Mill (1989[1848]), em *Princípios de Economia Política, com algumas de suas aplicações à Filosofia Social*, sintetiza as principais descobertas da tradição clássica. Cite-se ainda as contribuições de Alfred Marshall (1982[1890]), como as determinações dos preços pela oferta e demanda, os métodos da análise parcial e a distinção entre períodos de mercado, discurridas na obra *Princípios de Economia*.

Destacamos as elaborações mais maduras do pensamento crítico de Karl Marx (2013, p. 113[1867]), segundo o qual “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção

capitalista aparece [*erscheint*] como uma enorme coleção de mercadorias”²⁴. Desta forma, a constituição de uma realidade voltada à instrumentalização da natureza esteve ligada às relações sociais e de produção estabelecidas para satisfação de interesses alicerçados sobre a lógica da acumulação de capital e da exploração dos recursos naturais e do homem através do trabalho. Marx compreende que

[...] o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho – simultaneamente causa e efeito da acumulação – capacita o capitalismo a movimentar, com o mesmo dispêndio de capital variável, mais trabalho mediante uma maior exploração extensiva ou intensiva das forças de trabalho individual (2013, p. 711 [1867]).

Para o autor, “[...] a atividade determinante da finalidade do capital só pode ser o enriquecimento, i.e., a expansão, o aumento de si mesmo” (MARX, 2011, p. 210 [1939]). Isto posto, o movimento de expansão é uma característica inerente ao modo de produção capitalista. Essa visão, que já estava presente em outros escritos, viria a ser desenvolvida com mais detalhes no Livro I de *O Capital*, no qual Marx analisa que

[...] o desenvolvimento da produção capitalista converte em necessidade o aumento progressivo do capital investido numa empresa industrial, e a concorrência impõe a cada capital individual, com leis coercitivas externas, as leis imanentes do modo de produção capitalista. Obriga-o a ampliar continuamente seu capital a fim de conservá-lo, e ele não pode ampliá-lo senão por meio da acumulação progressiva (MARX, 2013, p. 667[1867]).

Na discussão a respeito da lei geral da acumulação capitalista, Marx (2013[1867]) já apontava que a acumulação do capital veio acompanhada dos processos de concentração e centralização. Com a intensificação desses processos, sendo o capital social dominado por poucos capitalistas, a centralização do capital conduz à monopolização, isto é, o controle do “capital global da sociedade” por grandes blocos privados de capital (MAZZUCHELLI, 2004). Assim, nos fins do século XIX, o capitalismo experimenta um processo de profundas modificações nas suas bases fundamentais, na fase de transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista (MANDEL, 1982) – conhecido também como estágio imperialista, principalmente a partir dos estudos de Lenin (1917) na obra *Imperialismo: etapa superior do capitalismo*.

O capitalismo monopolista, conforme Mandel, “gerou uma tendência à superacumulação permanente nas metrópoles e à correspondente propensão a exportar capital

²⁴ Segundo Marx (2013, p. 113), “[...] a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer”.

e a dividir o mundo em domínios coloniais e esferas de influência sob o controle das potências imperialistas” (MANDEL, 1982, p. 337). A dinâmica do processo de exportação de capital é alterada. Se antes a conquista e a incorporação de territórios à circulação do capitalismo mundial visava o intercâmbio de mercadorias, a questão agora é a criação de um mercado universal a partir da internacionalização dos circuitos produtivos e financeiros de valorização, cujo comando da produção e do trabalho em escala mundial é exercido pelos blocos de capital centralizados em monopólios (MAZZUCHELLI, 2004).

Para Wallerstein, a história do conceito de desenvolvimento econômico – como parte fundamental da visão de progresso que deu base à modernidade capitalista – é simultânea à história da própria economia mundial capitalista. Sugere Wallerstein: “*Full-fledged intellectual debates about how countries might be developed were occurring at least as early as the seventeenth century. What else, after all, was at issue in the proposed policies we group together today under the heading of mercantilism?*”²⁵ (1991, p. 105).

Compreende-se, no entanto, que o contexto do Pós-Segunda Guerra Mundial é um marco na ideologia do desenvolvimento, pois parece ser nesse momento que emerge como “um valor, um desejo universal, um objetivo” a ser atingido por “indivíduos, estados, nações e entidades supranacionais” (FURTADO, 2014, p. 91). Assim, a preocupação com o desenvolvimento foi institucionalizada na agenda global, com grande poder de influência política dos ditos países desenvolvidos, com a criação de grandes estruturas para a produção e a disseminação de conhecimento, criação de diversas agências e organizações internacionais. Conforme reflete Serge Latouche,

[...] a história do desenvolvimento é antes e acima de tudo a história de um conceito, isto é, a do aparecimento de uma palavra, da colocação de uma crença e do que Castoriadis chama “uma significação imaginária social”. Trata-se em outros termos da história de uma ideologia, de uma mitologia e de uma mistificação [...]. O estudo da história do conceito de desenvolvimento participa efetivamente da tentativa de decifrar o mundo contemporâneo (LATOUCHE, 1988, p. 58-59 apud RIBEIRO, 2003, p. 158).

Em *História do Capitalismo*, Michel Beaud (1987, p. 305) apresenta que o contexto geopolítico do Pós-Guerra expõe o desenvolvimento de dois movimentos determinantes para o conjunto do período: 1) a divisão do mundo em dois blocos, um dominado pelos Estados Unidos e outro dominado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); 2) a emergência

²⁵ “Debates intelectuais completos acerca de como os países poderiam se desenvolver ocorriam pelo menos já no século XVII. Afinal, o que estava em questão nas políticas propostas que hoje agrupamos sob o título de mercantilismo?” (WALLERSTEIN, 1991, p. 105, tradução nossa).

de “um outro mundo: O Terceiro Mundo”. Alguns dos fatores levantados por Beaud (1987) que levaram a esse segundo movimento, são: o processo de lutas anticoloniais e posterior descolonização ocorridos na África e Ásia, o fortalecimento de novas burguesias, e da intelectualidade, a crescente conscientização do caráter insuportável da dominação colonial, o enfraquecimento das metrópoles europeias, etc. Passando essas regiões, contudo, de uma situação colonial para uma neocolonial.

Nesse contexto mundial, formam-se os desafios da reconstrução europeia, com o apoio do Plano Marshall, que levaram os países afetados pela Segunda Guerra a visar a retomada dos seus caminhos de progresso e riqueza (NURKSE, 1957). Assim, esse período de expansão e prosperidade do pós-guerra, conforme Mészáros (2002, p. 26) confinado “a um punhado de Estados capitalistas avançados - deveu-se em grande parte às condições favoráveis da reconstrução do pós-guerra e pela posição dominante assumida pelo complexo industrial-militar financiado pelo Estado”, sendo incentivada ainda, a produção de conhecimento e de aplicação de políticas públicas.

Tais transformações – por meio do estabelecimento de novos mercados e da integração dos sistemas de produção, que garantiram ao capital um determinado poder “civilizatório” e a ampliação do investimento externo direto para as áreas que, na ocasião, começaram a serem classificadas como “áreas subdesenvolvidas” – permitem que projetos de desenvolvimento se tornem hegemônicos. Dessa forma, utiliza-se a ideia de desenvolvimento e a indispensável intervenção dos países desenvolvidos como solução para os problemas que assolavam a África, a América Latina e a Ásia. A década de 1950 foi marcada, nesse sentido, pela atenção especial à elaboração e à implementação de planos para se alcançar o desenvolvimento nos países subdesenvolvidos.

Na prática, essa visão ficou muito aquém das previsões iniciais e, não por acaso, as tentativas desenvolvimentistas para um crescimento econômico com equidade social na África não obtiveram êxito em seus objetivos (MUNANGA, 2016). Mészáros (2002) atenta para contradições insuperáveis desse processo que promove uma crescente divisão internacional do trabalho e o desenvolvimento desigual, favorecendo a dominação hegemônica das potências capitalistas.

O axioma do *bellum omnium contra omnes*²⁶ é o também insuperável *modus operandi* do sistema do capital, pois, como sistema de controle sociometabólico, ele está *estruturado de maneira antagônica* das menores às mais abrangentes unidades socioeconômicas e políticas. Além do mais, o sistema do capital – como se dá com

²⁶ Expressão em latim que significa “*the war of all against all*”, isto é, “a guerra de todos contra todos” utilizada por Hobbes na obra *Leviathan* (1997).

todas as formas concebíveis de controle sociometabólico global, inclusive a socialista – está sujeito à lei absoluta do *desenvolvimento desigual*, que, sob a regra do capital, vigora numa forma em última análise destrutiva, por causa de seu princípio estruturador interno antagônico. Assim, para prever uma resolução global, legítima e sustentável dos antagonismos do sistema do capital, seria necessário primeiro acreditar no conto de fadas da eliminação para todo o sempre da lei do desenvolvimento desigual das questões humanas. É por isso que a “Nova Ordem Mundial” é uma fantasia absurda ou uma camuflagem cínica planejada para projetar os interesses hegemônicos dos poderes capitalistas preponderantes como aspiração universalmente benéfica e moralmente recomendável da espécie humana (MÉSZÁROS, 2002 p. 114).

É necessário compreender que os interesses hegemônicos dos poderes capitalistas, aos quais Mézáros se refere, foi fundamentado pelo pensamento econômico ocidental. Este, por sua vez, foi – e ainda é – influenciado pelas obras *The Stages of Economic Growth*²⁷, de Walt W. Rostow (1959), e *Economic Development with Unlimited Supply of Labour*²⁸, de Lewis (1954), assim como pela *Alliance for Progress*²⁹, sugerindo um modelo universal de desenvolvimento.

Como revela Leher (2012, p. 7) sobre os aparelhos de hegemonia³⁰, o departamento de Estado dos Estados Unidos apoiou estudos como estes por meio da *United States Agency for International Development* (USAID), considerada a principal agência internacional de desenvolvimento do mundo. Nesse mesmo período, por volta dos anos 1950, foram construídos espaços para a produção e disseminação dessas ideias – dentro e fora do país –, e o Banco Mundial passou a ser o principal centro mundial de estudos sobre o desenvolvimento; sendo também fundados, por grandes corporações, outros centros de pensamento de grande destaque e influência, como a *Mont Pélérin Society* (MPS), em 1947, e o *Institute of Economic Affairs* (IEA), em 1955.

²⁷ De acordo com o economista W. W. Rostow, cada nação passa por cinco etapas de desenvolvimento, a saber: sociedade tradicional (*traditional society*); condições para a “decolagem” (*transitional stage – the preconditions for take-off*); “decolagem” (*take-off*); caminho para a maturidade (*drive to maturity*) e a era do grande consumo de massa (*the age of high mass consumption*). Rostow personifica a ideia de como se encarava o desenvolvimento nesta fase. Havia um explícito desprezo pelas sociedades e estruturas tradicionais, entendendo-se que o subdesenvolvimento seria uma etapa anterior do desenvolvimento capitalista, sendo necessário que os países periféricos seguissem as etapas supracitadas como condição a uma “decolagem” em direção ao modelo ideal de ações econômicas, sociais e políticas das nações centrais, consideradas mais desenvolvidas e industrializadas.

²⁸ O artigo de Lewis, cuja tradução para o português é “Desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra”, discorre que, num país em desenvolvimento, existe uma economia dupla, caracterizada pela separação do setor agrícola rural tradicional do setor industrial moderno.

²⁹ Em março de 1961, o presidente norte-americano John F. Kennedy anunciou oficialmente a criação do programa “Aliança para o Progresso” – influenciado pela “teoria dos estágios” de W. W. Rostow –, durante discurso para o corpo diplomático da América Latina e líderes do Congresso em Washington, DC. Propunha, assim, uma aliança dos Estados Unidos com os países latino-americanos, tendo em vista a promoção do desenvolvimento econômico, considerada uma “revolução pacífica” no combate à “ameaça comunista” da União Soviética e de Cuba na região.

³⁰ Gramsci refere-se a aparelhos privados de hegemonia como instituições da sociedade civil voltadas à sedimentação de um dado consenso. A hegemonia aparece no sentido de vitória de uma visão de mundo sobre outras, a ser conseguida através da ocupação de espaços ideológicos (GRAMSCI, 2016).

Os esforços nessa direção começam a ser fortificados pouco antes do final da Segunda Guerra, especialmente após os acordos de Bretton Woods, em 1944, e com a criação do *International Bank for Reconstruction and Development* (IBRD)³¹, do *International Monetary Fund* (IMF), assim como do estabelecimento do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT)³² em 1947. Assim, foi constituído o padrão monetário internacional, através do qual foi viabilizada a abundância de crédito que se faz necessária para a exportação de capital para essas “áreas subdesenvolvidas” e a integração dos sistemas produtivos no mundo capitalista.

A criação de instituições cuja função seria promover o desenvolvimento de países subdesenvolvidos foi essencial nesse processo, com destaque para a Organização das Nações Unidas (ONU), que, conforme Marco Mondaini (2018, p. 16), contribuiu para “transformar o ideal de desenvolvimento num semióforo da sociabilidade capitalista”³³. Desde sua carta fundacional³⁴, assinada em 26 de junho de 1945, em especial, no capítulo IX, que trata da Cooperação Econômica e Social Internacional, a organização se coloca enquanto promotora de maiores condições de progresso e desenvolvimento econômico e social, apontando para o desenvolvimento como horizonte, resultado da cooperação entre os países.

Nos anos seguintes, a questão do desenvolvimento foi ganhando cada vez mais espaço nos debates da ONU, por meio do seu Conselho Econômico e Social (ECOSCO), órgão coordenador do trabalho econômico e social da ONU, das Agências Especializadas e das demais instituições integrantes do Sistema das Nações Unidas. Ademais, é válido mencionar a construção das Comissões Econômicas Regionais para a Europa, Ásia e Extremo Oriente (1947), para a América Latina (1948), para a África (1958) e para a Ásia Ocidental (1973).

Cabe referenciar, ainda, que as novas afirmações idealistas saídas da Segunda Guerra Mundial, a favor do progresso e da paz entre os povos, que conformam o ideal do desenvolvimento, também já se traduziam em inúmeras declarações e afirmações solenes, como

³¹ O IBRD depois integraria o Banco Mundial.

³² O GATT posteriormente formaria a Organização Mundial do Comércio.

³³ Na análise de Marco Mondaini, as diversas antinomias que perpassam o desenvolvimento empreendido em Moçambique “revelam como a ONU conseguiu, entre os anos de 1972 e 1992, transformar o ideal de desenvolvimento num semióforo da sociabilidade capitalista – um semióforo que oculta a forma antidemocrática dos processos decisórios que envolvem a formulação e execução dos megaprojetos de desenvolvimento e, também, os iníquos impactos sociais, ambientais e culturais destes decorrentes” (MONDAINI, 2018. p. 16).

³⁴ O artigo 55 do capítulo IX da carta apresenta o seguinte: “*With a view to the creation of conditions of stability and well-being which are necessary for peaceful and friendly relations among nations based on respect for the principle of equal rights and self-determination of peoples, the United Nations shall promote: a. higher standards of living, full employment, and conditions of economic and social progress and development; [...]*” (*Charter of The United Nations and Statute of The International Court of Justice*, 1945, p. 11). Traduz-se que: “Com vistas à criação de condições de estabilidade e bem-estar necessárias para relações pacíficas e amigáveis entre as nações, baseadas no respeito pelo princípio da igualdade de direitos e na autodeterminação dos povos, as Nações Unidas promoverão: a. padrões de vida mais altos, emprego pleno e condições de progresso econômico e social e de desenvolvimento (Ibidem, 1945, p. 11, tradução nossa).

o discurso “*The Four Freedoms*” do presidente estadunidense Franklin D. Roosevelt (1941) — cuja “terceira liberdade” era “[...] *freedom from want—which, translated into world terms, means economic understandings which will secure to every nation a healthy peacetime life for it’s inhabitants-everywhere in the world*” (ROOSEVELT, 1941)³⁵ —; “*The Atlantic Charter*”³⁶ (1941), aprovada por Roosevelt e pelo Primeiro Ministro britânico, Winston Churchill — que apresenta como quarto princípio “[...] *to further the enjoyment by all States, great or small, victor or vanquished, of access, on equal terms, to the trade and to the raw materials of the world which are needed for their economic prosperity*”³⁷ (ROOSEVELT; CHURCHILL, 1941); bem como se propunha, entre outros aspectos, “[...] *afford to all nations the means of dwelling in safety within their own boundaries, and which will afford assurance that all the men in all lands may live out their lives in freedom from fear and want [...]*”³⁸ (Ibidem, 1941).

Outro ponto central que ajuda a explicar a importância e o interesse pela ideia de desenvolvimento nesse período foi o discurso contra a “ameaça” comunista, proferido pelo presidente americano Harry Truman, que marcou a chamada Guerra Fria (1945- 1991), “deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo, um eufemismo” (ESTEVA, 2000, p. 60):

Communism is based on the belief that man is so weak and inadequate that he is unable to govern himself, and therefore requires the rule of strong masters. [...] the actions resulting from the Communist philosophy are a threat to the efforts of free nations to bring about world recovery and lasting peace. (TRUMAN, 1949)³⁹.

³⁵ “[...] liberdade de não passar necessidades, traduzida em termos mundiais, significa propiciar condições econômicas que assegurarão a todas as nações uma vida saudável em tempos de paz para seus habitantes - em todo lugar do mundo” (ROOSEVELT, 1941, tradução nossa).

³⁶ A Carta do Atlântico, documento relevante que precedeu a Organização das Nações Unidas, foi uma declaração conjunta divulgada pelo, em agosto de 1941, após uma reunião dos dois chefes de estado em Newfoundland, no contexto das difíceis relações que permeavam a Segunda Guerra Mundial.

³⁷ “[...] promover o gozo de todos os Estados, grandes ou pequenos, vitoriosos ou vencidos, do acesso, em igualdade de condições, ao comércio e às matérias-primas do mundo que são necessárias para sua prosperidade econômica” (ROOSEVELT; CHURCHILL, 1941. Tradução nossa).

³⁸ “[...] proporcionar a todas as nações os meios de viver em segurança dentro de suas próprias fronteiras, e aos homens em todas as terras a garantia de que possam viver suas vidas livres do medo e da necessidade” (ROOSEVELT; CHURCHILL, 1941, tradução nossa).

³⁹ “O comunismo é baseado na crença de que o homem é tão fraco e inadequado que ele é incapaz de governar a si mesmo, e por isso precisa do governo de mestres fortes. [...] as ações resultantes da filosofia comunista são uma ameaça aos esforços das nações livres para promover a recuperação mundial e a paz duradoura” (TRUMAN, 1949, tradução nossa).

O desenvolvimento transforma-se, assim, na noção vital da reprodução do capital e, junto a esta, o fortalecimento da era da hegemonia, poder e expansão do capital norte-americano, dividindo o mundo entre áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas⁴⁰.

[...] we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. [...] The United States is pre-eminent among nations in the development of industrial and scientific techniques. The material resources which we can afford to use for assistance of other peoples are limited. But our imponderable resources in technical knowledge are constantly growing and are inexhaustible (Ibidem, 1949)⁴¹.

Segundo Esteva (2000), é na cerimônia de posse do presidente norte-americano Truman, em 20 de janeiro 1949, que o termo desenvolvimento é apresentado institucionalmente como modelo comparativo em relação ao subdesenvolvimento⁴². Contudo, a percepção do processo de desenvolvimento pelo seu oposto, em uma compreensão plural e não linear, é atribuída aos integrantes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Reunidos a partir do final da década de 1940, estes desenvolveram importantes análises sobre o subdesenvolvimento, propondo, em suma, que a industrialização apoiada pela ação do Estado seria a solução para o subdesenvolvimento latino-americano e periférico.

Até o final da década de 1970, segundo Arturo Escobar (1995), o interesse central nas discussões sobre Ásia, África e América Latina envolviam o desenvolvimento. Nesse momento, abre-se um parêntese para abordar algumas outras teorias formuladas desde as teorias de desenvolvimento econômico da década de 1950. Pode-se citar como exemplo, nos anos 1960, as Teoria da Dependência⁴³ que, com base na crítica ao desenvolvimento, constituídas de

⁴⁰ De acordo com Esteva, Wilfred Benson, antigo membro do secretário da Organização Mundial do Trabalho, utilizou a palavra antes mesmo que Truman, em 1942, “ao escrever as bases econômicas para a paz se referiu às áreas subdesenvolvidas” (ESTEVA, 2000, p. 7).

⁴¹ “[...] nós devemos embarcar em um novo programa ousado para disponibilizar os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial para a melhoria e o crescimento de áreas subdesenvolvidas. [...] Os Estados Unidos são a primeira nação em desenvolvimento de técnicas industriais e científicas. Os recursos materiais que podemos usar para assistência de outros povos são limitados. Mas nossos recursos imponderáveis em conhecimento técnico estão em constante crescimento e são inesgotáveis” (TRUMAN, 1949, tradução nossa).

⁴² Teoricamente, diversos termos foram utilizados ao longo da história para denominar a polaridade desenvolvidos/subdesenvolvidos, também no interior de correntes teóricas que debateram com o pensamento cepalino, como a teoria da dependência. Nos referimos a termos como: metrópole e satélite (Gunder Frank), sociedades dependentes e industriais/avançadas (Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra). Além de termos como e centro e periferia (Samir Amin), que também foram utilizados mais recentemente na construção das teorias do sistema-mundo e no conceito de semiperiferia de Immanuel Wallerstein.

⁴³ Os economistas Roberta Traspadini e Pedro Stédile propõem a divisão das perspectivas das Teorias da Dependência em duas direções: “Pela vertente marxista, Ruy Mauro Marini, Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Agustín Cueva debatem criticamente o porquê do desenvolvimento proposto pela Cepal não ter condições de gerar, nas economias latinas, um outro processo de desenvolvimento menos desigual. Por

múltiplas matrizes teóricas e políticas, colocam a dependência em pauta, tornando-a um conceito em disputa e de impactos relevantes para o âmbito político e intelectual da América Latina (BORÓN, 2008). Bem como, na década de 1970, como mostra Escobar (1995), as formulações de novos tipos de desenvolvimento - que enfatizavam não apenas o crescimento econômico, mas a preocupação com o meio ambiente e necessidades humanas, como: “outro desenvolvimento”, “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento participativo”, “desenvolvimento socialista”, entre outros. Apesar de representarem críticas e de proporem uma melhoria daquele desenvolvimento propagado, sobretudo, nos anos 1950, a essência do desenvolvimento não era questionada.

Para citar o antropólogo colombiano-americano (1995, p. 5), “o desenvolvimento alcançou o status de uma certeza no imaginário social”, sendo, nesse sentido, inquestionável” e foi a chamada “doutrina Truman” deu início a uma nova era de compreensão e gestão dos assuntos mundiais, passando a ditar a cartilha do modelo que caracterizava as sociedades modernas e “avançadas” da época, isto é, altos níveis de industrialização e urbanização, rápido crescimento da produção de materiais, modernização da agricultura, aumento dos padrões de vida e adoção da educação moderna e dos valores culturais. Utilizando três principais ingredientes que, para Truman, tornariam possível essa revolução massiva: capital, ciência e tecnologia (ESCOBAR, 1995, p. 3-4).

Esse foi um período de plena expansão do sistema capitalista, a chamada de “Era de Ouro”, para o historiador Eric Hobsbawm (2003, p. 15), marcada por “anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável”.

Ligado a esse processo estava o avanço da globalização e internacionalização da economia (HOBSBAWN, 2003), essencialmente limitada, é evidente, aos países capitalistas desenvolvidos, excluindo a maioria da população mundial. Essa crescente desigualdade entre o centro e a periferia se tornou cada vez mais acentuada a partir da década de 1960 (HOBSBAWN, 2003). Ao longo dessa dinâmica, os países europeus e o Japão voltaram a recuperar os patamares de produção no momento anterior à guerra e passaram a atuar mais nos

outro lado, o da vertente weberiana, schumpeteriana, capitalista, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Enzo Faletto argumentavam o porquê da permanência no atraso e da possibilidade, ainda viável, de se lograr um desenvolvimento diferente, moderno, de capitalismo avançado. São vertentes teóricas e políticas distintas no interior do debate da dependência. Por um lado, os defensores do marxismo explicando as particularidades históricas da dependência latino-americana e a necessidade de revolução como elemento central da atuação da classe oprimida. Por outro lado, os defensores das teses capitalistas do desenvolvimento integrado, cujo argumento para a dependência e o atraso tecnológico vividos no continente era fruto da pouca visão criativa do empresariado nacional” (TRASPADINI; STÉDILE, 2011, p. 28).

intercâmbios globais; enquanto isso, houve um recuo das posições dos Estados Unidos (ALMEIDA, 2001).

No entanto, com o esgotamento do crescimento da reprodução ampliada, o padrão de desenvolvimento do pós-guerra começou a apresentar cessação nos anos 1970 — com dois choques do petróleo (em 1973 e 1979). Nas palavras do historiador inglês, “a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise”, uma “crise universal e global” (HOBSBAWN, 2003, p. 393). Para Mészáros (2002), a situação de crise põe a nu as contradições internas do capital e do “desenvolvimento enviesado do último século”, que, na verdade, ampliou o fosso da desigualdade entre o centro e a periferia.

As coisas mudaram bastante nessas últimas décadas, em relação ao passado expansionista. O deslocamento das contradições internas do capital podia funcionar com facilidade relativa na fase da ascensão histórica do sistema. Sob tais condições, era possível tratar de muitos problemas varrendo-os para baixo do tapete das promessas não cumpridas, como a modernização no “Terceiro Mundo” e uma prosperidade bem maior nos países “metropolitanos”, afirmada com base na expectativa da produção de um bolo que cresceria infinitamente. Todavia, a consumação da ascensão histórica do capital altera radicalmente a situação (MÉSZÁROS, 2002, p. 92).

A mudança basilar é que, diferentemente do período anterior — em que as crises eram cíclicas, ocorriam como momentos de “tempestade”, seguidos por fases de expansão —, o padrão do novo período, devido à dinâmica globalmente associada do sistema do capital, “é a crescente frequência das fases de recessão tendendo a um *continuum* em depressão”, ou seja, uma “crise estrutural cada vez mais profunda” (MÉSZÁROS, 2002, p. 26), particularizada pela instabilidade sistêmica generalizada, pela incontabilidade total e pelo avanço do seu caráter destrutivo.

Face ao novo momento do capitalismo, as velhas promessas devem ser suprimidas (junto às inúmeras conquistas sociais das classes trabalhadoras nos países capitalistas centrais) pela onda de novas estratégias ofensivas por parte do capital — tendo em vista restaurar a ordem no processo de acumulação —, que assume a forma do neoliberalismo “(e do monetarismo como sua racionalização ideológica pseudo-objetiva)” (MÉSZÁROS, 2002, p. 26). Antunes (2009) indica algumas estratégias que o capital estabelece para retomar os padrões de acumulação obtidos no passado recente:

[...] como resposta à crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, [...] a isso se seguiu

também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2009, p. 33).

Para Harvey (2014), a continuidade desse processo de acumulação demandou também a reestruturação do processo produtivo baseado em sua segmentação: descentralização da produção – centrada até o momento nos países do Norte Global – para novos territórios em busca de recursos naturais e energéticos, mão de obra barata, bem como mercado consumidor para seus produtos. A reestruturação e a modernização dos meios de produção não foi acompanhada de uma equiparação entre os países do Norte e do Sul Global, e não havia como ser diferente, dada à natureza visceralmente desigual do intercâmbio material entre os centros do capital e a periferia (CHANAIWA, 2011).

Tal modelo exige novas formas de integração de produções globais de administração, protagonizadas por grandes empresas multinacionais, cuja suposta missão seria conduzir os países considerados atrasados ao mundo das nações ditas modernas ou desenvolvidas. Agem, nesse sentido, como braço operacional do capital, que, em países periféricos, atuam ostensivamente por meio de megaprojetos.

Apesar do discurso generalizado de que estas grandes obras representariam o interesse nacional e que seriam essenciais para o crescimento e desenvolvimento dos países, lembremos que o desenvolvimento histórico do capitalismo – principalmente nos países periféricos (como os países da África, da América Latina e da Ásia Central) – deu-se por meio do fluxo de Investimento Externo (IE) destinado a estas regiões, baseando-se num desenvolvimento desigual e hierarquizado entre os países. Esses novos espaços conquistados, por sua vez, foram integrados ao sistema no papel de fornecedores de matérias-primas e alimentos aos países centrais – caminho imposto como uma necessidade irrecusável. Destaca-se, especialmente, o caráter predatório desse processo permanente no continente africano, levando em conta que mais de 70% das aquisições de terras agrícolas de grande escala no mundo, na última década, foram provenientes da África Subsaariana (BANCO MUNDIAL, 2010) e que investimentos em larga escala no setor agrícola cobrem cerca de 10 milhões de hectares de terras agrícolas africanas (NOLTE; CHAMBERLAIN; GIGER, 2016).

Kabengele Munanga, parafraseando o historiador burquinense Joseph Ki-Zerbo, afirma: “Diz-se, com certo exagero, mas também com certa razão, que no trem em direção ao desenvolvimento os africanos aparecem, geralmente, como simples viajantes, em vez de pilotos ou copilotos do seu próprio destino” (MUNANGA, 2016, p. 8). Numa crítica ao modelo de desenvolvimento ocidental e à ausência de enfoque na realidade africana, Munanga leva em

conta os obstáculos enfrentados pelos países africanos ao longo dos séculos, que têm raízes fincadas em 1) fatores internos, como conflitos étnico-políticos, guerras civis e adoção de modelos de desenvolvimento seguidos por governantes africanos no pós-independência; e 2) fatores históricos externos, como o tráfico negreiro, a colonização e a escravização (MUNANGA, 2016).

De acordo com o autor (2016), embora tenham conseguido libertar-se do colonialismo, persiste a “troca desigual” e o neocolonialismo, cuja operacionalização é coordenada por poderosos grupos industriais, financeiros e organismos internacionais, bilaterais e multilaterais criados pelo Ocidente, como Banco Mundial, FMI, Organização Mundial do Comércio (OMC), USAID, ONU, Aliança do G8, entre outros. O *Dossiê Soberania de recursos: a agenda para que a África saia do Estado de Saque* corrobora com tal posição, ao evidenciar que, até hoje, os países africanos mantiveram-se como fonte de matérias-primas para o resto do mundo, e grande parte das políticas da região continua a ser dominada por potências estrangeiras – por intermédio das empresas multinacionais e instituições financeiras internacionais alicerçadas pela narrativa do desenvolvimento (TRICONTINENTAL, 2019).

Como discorrido ao longo do capítulo, está presente, em algumas das noções de desenvolvimento, nas palavras de Furtado (2014, p. 93), “[...] uma visão eurocêntrica, no sentido de que o conceito resulta de uma construção que tem como referência empírica, civilizacional e ideológica as sociedades ocidentais, mais específica e primordialmente da Europa ocidental e da América do Norte”. Nessa perspectiva, tendo em vista demonstrar que se trata de uma construção exógena, em regra, quando se parte da perspectiva dos países africanos, Serge Latouche (2013) recorre a uma série de estudos, como os realizados por Gilbert Rist (1984), Pierre Joseph Laurent (1996) e Andrzej Zajackowski (1992), ao argumentar que, antes do contato com o Ocidente, o conceito de desenvolvimento era ausente no continente africano e, de fato, a palavra *desenvolvimento* não tem equivalente no idioma local da maioria das sociedades africanas.

De acordo com Gilbert Rist, “os Bubi da Guiné Equatorial utilizam um termo que significa ao mesmo tempo crescer e morrer, e os ruandeses constroem o desenvolvimento a partir de um verbo que significa andar, se deslocar, sem que uma direção específica seja definida na ideia” (RIST, 1984 apud LATOUCHE, 2013, p. 179). Para Gilbert Rist, “esta lacuna não tem nada de estranho, ela indica simplesmente que outras sociedades não consideram que sua produção seja dependente do acúmulo contínuo de saberes e de bens com a função de tornar melhor o futuro em relação ao passado” (RIST, 1984 apud LATOUCHE, 2013, p. 179).

Para Latouche, os camaroneses falantes da língua Eton são ainda mais explícitos ao se referirem ao desenvolvimento como o “sonho do homem branco”. O antropólogo Pierre Laurent, por seu turno, mostra que, já na língua More (também chamada de *Mòoré*), falada primariamente pelo povo Mossi da Burkina Faso, não existe uma representação equivalente para o desenvolvimento, “[que] se traduz pela frase: *tönd maoondame tenga taoor kënd yïnga* (nós lutamos para que sobre a terra [na aldeia] as coisas funcionem para o corpo [para mim])” (LAURENT, 1996 apud LATOUCHE, 2013, p. 180).

Na região da África Subsaariana, os antropólogos observaram que a noção de tempo possui uma orientação para o passado. No Chade, os povos Sara, falantes de língua homônima, “[...] pensam que o que está atrás dos olhos, e que eles não podem ver, é o futuro, enquanto que o passado se encontra na frente, porque ele é conhecido” (RIST, 1987 apud LATOUCHE, 2013, p. 179), percepção semelhante a dos povos Kikuyu, do Quênia, conforme Andrzej Zajackowski (1982).

Com efeito, Latouche (2013, p. 180) compreende que essa ausência de uma noção como a de progresso parece ter sido uma generalidade para os povos da África – que construíram outras compreensões. Para ilustrar a questão, Latouche (2013) cita o questionamento de Thierno Ba, diretor da ONG selegalesa *Union pour la solidarité et l’entraide* (USE), sobre a implementação de barragens para explorar o Vale do rio do Senegal:

O que os franceses chamam de desenvolvimento é o que querem os aldeões? [...] Não. O que eles querem é o que a língua *pulaar* chama de *bamtaare*. O que isso significa? É a busca pela comunidade de um bem-estar social harmonioso fortemente enraizado na sua solidariedade, um bem-estar social harmonioso onde cada um dos membros, do mais rico ao mais pobre, pode encontrar seu lugar e sua realização pessoal (LATOUCHE, 2013, p. 181).

Sabe-se que é no momento pós-1945 – concomitante ao processo de descolonização africana e asiática – que o que Wallerstein chama de “geocultura do desenvolvimento” alcançou plena maturidade e se constituiu enquanto um “fenômeno universal” (FIORI, 1999, p. 22). Trata-se de uma questão complexa, pois, como mostra Furtado (2014), a noção de desenvolvimento, ainda que revestida de um vigoroso caráter emancipatório, também foi apropriada pelos nacionalistas e independentistas e constituiu um dos objetivos de suas próprias lutas anticoloniais em África. Basta observar, por exemplo, que o desenvolvimento e o crescimento estavam presentes também nos ideais do Pan-Africanismo⁴⁴, da Conferência de

⁴⁴ A origem do pan-africanismo remonta ao início do século XX, a partir das ações de negros de língua inglesa, especialmente dos Estados Unidos e das Antilhas Britânicas (MUNANGA, 2016, p. 114).

Bandung⁴⁵, do Movimento dos Não-alinhados, assim como dos movimentos de libertação, como uma forma de emancipação e direito ao desenvolvimento (FURTADO, 2014).

O pan-africanismo, como movimento de libertação, teve um papel fundamental na influência das lutas pela independência e emancipação do continente africano e ganhou força, principalmente, após seu 5º congresso, realizando em Manchester, em 1945. Marcado pela reivindicação da independência da “dominação política e econômica dos imperialismos estrangeiros” e de uma estratégia de unidade africana por parte dos líderes africanos presentes, o congresso tornou o pan-africanismo “uma ideologia de massas” (CHANAIWA; KODJO, 2010, p. 899). Em sua segunda fase, o pan-africanismo buscou a intensificação dos processos de independência existentes no continente, norteando a atuação dos movimentos de libertação, ao compreenderem que o regime colonial deveria ser combatido em conjunto, pois a luta de um povo para a independência nacional reforçava a luta dos outros mutuamente. Já na última fase, iniciada na década de 1970, tinha como objetivo principal encontrar soluções que levassem a África ao desenvolvimento (CHANAIWA; ASSANTE, 2010).

Além de muito contribuir nos esforços pela independência dos povos do jugo colonial, a Conferência de Bandung, em 1955, configurou um esforço de união da periferia, tendo em vista definir estratégias de atuação coletiva no cenário global, para a emergência de uma cultura do Sul (WALLERSTEIN, 1992), e uma agenda do Terceiro Mundo, com suas prioridades voltadas ao desenvolvimento social e econômico (PEREIRA; MEDEIROS, 2015).

A conferência influenciou o surgimento do Movimento dos Não-Alinhados (MNAL), em setembro de 1961, como alternativa dos países do “terceiro mundo” ao sistema internacional (das duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética) durante a Guerra Fria. O MNAL⁴⁶ adotou os princípios discutidos na conferência de Bandung com o objetivo de garantir o direito à autodeterminação e independência. Destes, destacam-se: o apoio a autodeterminação, a independência nacional, a soberania e a integridade territorial dos Estados; a não adesão a pactos militares multilaterais e a independência dos países não-alinhados em relação às rivalidades entre os dois blocos em disputa; a luta contra o imperialismo em todas as suas formas e manifestações; a luta contra o colonialismo, neocolonialismo, racismo, ocupação estrangeira e dominação; o fortalecimento das Nações Unidas; a democratização das relações

⁴⁵ A Conferência de Bandung, na Indonésia, ocorrida em abril de 1955, reuniu chefes de Estado e representantes de movimentos de libertação de 29 países, sendo 23 asiáticos e 6 africanos.

⁴⁶ O MNAL teve dificuldade de evoluir em decorrência de uma série de questões, como as divergências econômicas e política entre os países, o que dificultava uma ação coletiva; e a dominação indireta dos países centrais, visto que a muitos países africanos dependem da ajuda ao desenvolvimento e investimento de países centrais, sobretudo, do G8.

internacionais; o desenvolvimento socioeconômico e a reestruturação do sistema econômico internacional; bem como a cooperação internacional (PEREIRA; MEDEIROS, 2015).

No sentido de busca da superação da situação de dependência do continente africano pelos organismos estrangeiros, líderes de 30 dos 32 Estados africanos independentes assinaram a carta de fundação da Organização da Unidade Africana (OUA)⁴⁷, em Addis Abeba, na Etiópia, estabelecendo princípios, tais como, a luta pela independência política, a formação de uma frente única no seio da Organização das Nações Unidas, o não alinhamento e o apoio aos movimentos de libertação (BADI, 1992 apud Fernandes; Boukouna; Fernandes Júnior, 2011). Assim, colaborou com o reconhecimento da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), do *Patriotic Front*, no Zimbábue, da SWAPO namibiana, do *African National Congress* (ANC) e do *Pan-African Congress* (PAC), na África do Sul, entre outros.

Sobre os movimentos de libertação dos países africanos, Furtado (2014) atenta para o fato de que, para estes, a situação de dominação colonial impedia o alcance do “progresso” e do “desenvolvimento” desejado, bem como do usufruto dos resultados do desenvolvimento pelos cidadãos desses territórios (FURTADO, 2014). Conforme afirma Samora Machel, presidente da FRELIMO, na II Conferência do Departamento de Educação e Cultura – DEC: “Quando pegámos em armas para derrubar a ordem antiga sentíamos, obscuramente, a necessidade de criar uma nova sociedade, forte, sã, próspera, em que os homens, livres de toda a exploração, colaborariam para o progresso comum” (MACHEL, 1973, p. 11).

Sabe-se que, no período colonial, houve a apropriação das riquezas do continente africano, a exploração da força de trabalho e a submissão do povo para o financiamento do crescimento e desenvolvimento econômico dos países colonialistas estrangeiros (FURTADO, 2014). No discurso pronunciado por Machel, percebe-se o contexto da situação moçambicana, que também era a realidade dos demais países do continente:

No momento em que conquistamos essa independência devemos reflectir sobre a realidade que recobria a situação anterior, a dominação colonial. [...] O colonialismo português é a forma que assumiu no nosso país a dominação imperialista, a exploração de todo um povo e das suas riquezas pelo capitalismo estrangeiro, português e de outros países. [...] Foi para se apropriar da riqueza do nosso solo que zonas inteiras foram destinadas a certas culturas como o algodão que as populações eram obrigadas a cultivar, morrendo de fome enquanto as grandes companhias concessionárias acumulavam lucros fabulosos. Foi para pilhar o nosso subsolo que as grandes

⁴⁷ De 1999 a 2002 houve um processo de transformação da OUA em União Africana (UA). Em julho de 2002, em Durban, África do Sul, a OUA foi oficialmente substituída pela UA.

multinacionais obtiveram concessões e facilidades de exploração de que se serviam para drenar o nosso país das suas riquezas (MACHEL, 1975⁴⁸).

De acordo com Furtado (2014), além do fim da situação colonial, da conquista das independências e da construção de estados pós-coloniais serem elementos basilares do projeto de nacionalismo africano, deve-se levar em consideração, enquanto elemento fundamental, o desenvolvimento econômico. De acordo com o ideólogo e estrategista das lutas pela libertação da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, Amílcar Cabral, “o progresso dos povos é a finalidade última da luta de libertação e da conquista da independência, ou seja, a independência política constitui um meio para a independência econômica e para o desenvolvimento” (FURTADO, 2014, p. 100).

No mesmo sentido, afirma Samora Machel: “para implantar as bases de uma economia próspera e avançada é necessário que a ciência vença a superstição” (MACHEL, 1973 p. 11). Ainda segundo o presidente da FRELIMO, na ocasião da tomada de posse do Governo de Transição: “[...] temos que nos lançar abertamente no desenvolvimento económico do nosso País, o que significa intensificar a produção e aumentar a produtividade. [...] Mais trabalho significa maior produção e é esta que nos permite melhorarmos o nosso nível de vida” (MACHEL, 1974 p. 12). Para o líder revolucionário moçambicano, existia uma

[...] contradição permanente entre o velho e o novo, o progresso e a rotina, o espírito de desenvolvimento e o espírito conservador. Esta contradição é própria de todas as revoluções e o método para a tratar corretamente é educar os quadros no espírito de progresso, na visão do conjunto e no sentido de servir as massas, ganhando as novas gerações para desenvolver o trabalho (MACHEL, 1975, p. 51-52).

Visentini (2012) mostra que a FRELIMO no governo de Moçambique visava a modernização do país e “via na indústria o seu bastião para o desenvolvimento, contribuindo também para eliminar a necessidade de importar produtos industrializados” (VISENTINI, 2012, p. 113). Assim como no caso da FRELIMO, após a emancipação dos países africanos, as lideranças de outros movimentos de libertação passaram a controlar o poder político nesses territórios, mantendo-se a apropriação generalizada da lógica do desenvolvimento e modernização ocidental pelos dirigentes dos novos Estados. Percebe-se que o desenvolvimento, o progresso e o crescimento foram consideradas aspirações emancipatórias dos próprios países em desenvolvimento na busca pela independência econômica. É claro que, por essa ser uma

⁴⁸ Primeiro Discurso de Estado proferido por Samora Moisés Machel, Presidente da FRELIMO, por ocasião da sua tomada de posse como Presidente da República Popular de Moçambique. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/machel/1975/06/posse.htm>>. Acesso em: out. 2019.

generalização, havia divergências entre as teorias econômicas que sustentavam tais políticas. Entre o comum nacionalista africano, a orientação marxista-leninista e a orientação neoliberal, a tradução política e empírica do projeto de “desenvolvimento” apresentou divergências fundamentais, como já apresentado ao longo da introdução e do presente capítulo.

Após a independência, seguiram-se anos de guerra civil e crises em vários países do continente. Nos anos 1980, ficou claro que a correlação de forças a nível internacional, com o fortalecimento do neoliberalismo a nível mundial, estava mais favorável a esta doutrina econômica e política, passando, então, os estados africanos a aderirem às políticas do neoliberalismo e a estabelecerem, de forma ainda mais intensa e dependente, relações econômicas com o Ocidente e com as suas multinacionais (CHINWEIZU, 2010).

Na conjuntura dos países africanos, assiste-se, nesse momento, ao processo de aproximação do Estado com os setores privados, a uma crescente privatização e apropriação dos bens públicos, ademais, com o processo de mundialização da economia e com a crescente sobreposição de mecanismos de governança global aos estados nacionais, as empresas multinacionais, instituições, organizações financeiras e agências internacionais ganham relevância crescente no processo decisório global e sinalizam os caminhos que devem ser seguidos.

Os Estados africanos começaram, então, um processo de liberalização de seu regime de comércio, postura que se adequou ao ajustamento estrutural dos programas do Banco Mundial e do FMI, objetivando uma maior integração da África na economia mundial, persistindo ainda com o ideal de desenvolvimento. O economista egípcio Samir Amin, a respeito da contradição ignorada pelo movimento de libertação nacional, ao se conformarem com a divisão internacional do trabalho e ao desenvolvimento do capitalismo, afirma:

Si nous adoptons le critère du mouvement de libération nationale, à savoir la ‘construction nationale’, les résultats sont dans l’ensemble discutables. La raison en est qu’alors que le développement du capitalisme, dans un premier temps, favorisait l’intégration nationale, la mondialisation, active dans les périphéries du système, fait tout le contraire. Elle réduit en morceau les sociétés. Cependant l’idéologie du mouvement national a ignoré cette contradiction parce qu’elle avait été enfermée dans le concept bourgeois de ‘compenser les retards historiques’. Elle concevait donc ce rattrapage en termes de participation passive dans la division internationale du travail [...] (AMIN, 2001, p. 44)⁴⁹.

⁴⁹ “Se adotarmos o critério do movimento de libertação nacional, ou seja, a ‘construção nacional’, os resultados são geralmente discutíveis. A razão é que, enquanto o desenvolvimento do capitalismo, num primeiro tempo, favorecia a integração nacional, a mundialização, ativa nas periferias do sistema, faz o contrário. Ela fragmenta as sociedades. No entanto, a ideologia do movimento nacional ignorou esta contradição porque ela estava fechada no conceito burguês de ‘compensar os atrasos históricos’. Ela concebia, portanto, esta recuperação em termos de participação passiva na divisão internacional do trabalho [...]” (AMIN, 2001, p. 44).

Nesse cenário, continuando o desenvolvimento a ser um objetivo e uma meta de todos, ao longo das cinco décadas da experiência desenvolvimentista ocidental, os intelectuais africanos buscaram contruir possíveis alternativas de desenvolvimento mais economicamente favoráveis ao continente.

Munanga (2016) ressalta duas perspectivas que ganharam destaque nos debates sobre o desenvolvimento africano: a “corrente hegemônica” proposta pelos países ocidentais e instituições financeiras internacionais, - cujas premissas já foram anteriormente abordadas, e a “corrente dos progressistas africanos”, inspirada em três concepções: 1) *United Nations Economic Commission for Africa* (UNECA ou ECA); 2) o projeto pan-africanista⁵⁰ de autodeterminação para a independência econômica, apoiada na solidariedade de acordo com os princípios dos dirigentes progressistas de luta pela independência; 3) os ensinamentos obtidos nas conferências nacionais soberanas a respeito do Estado, democracia e progresso social, em 1990.

Empenhadas em promover o desenvolvimento econômico da África, a OUA e a ECA, com o apoio financeiro do *United Nations Development Programme* (UNDP), realizaram um colóquio em fevereiro de 1979 em Monróvia, Libéria, a respeito dos problemas econômicos e perspectivas de desenvolvimento e crescimento econômico do continente africano até o ano 2000. As recomendações foram incorporadas na Declaração de Compromisso pelos Chefes de Estado e de Governo da OUA, adotada em julho de 1979, durante a 16ª Sessão Ordinária. Através da chamada "*Monrovia Declaration*", reconheceram "[...] *the need to take urgent action to provide the political support necessary for the success of the measures to achieve the goals of rapid self-reliance and self-sustaining development and economic growth*"⁵¹ (LPA, 1980, p. 4).

Posteriormente, a Assembleia dos chefes de Estado e de governo da OUA, por ocasião da sua segunda sessão extraordinária, organizada em Lagos, em abril de 1980, adotou o *Lagos Plan of Action* (LPA), de acordo com Munanga (2016), uma das tentativas voltadas à condução de um modelo de desenvolvimento mais condizente com a realidade africana, fruto de inúmeras negociações entre a ECA⁵², a Organização da Unidade Africana e as instituições e agências

⁵⁰ Na interpretação pan-africanista, índices da década de 1970 refletiam a relação de dependência e desequilíbrio existente entre os países africanos – cujas exportações eram marcadas pelo predomínio dos produtos primários e as importações de bens manufaturados – e os países ocidentais, estes que eram os principais consumidores de tais produtos e exportadores destes bens (CHINWEIZU, 2010).

⁵¹ “[...] a necessidade de tomar medidas urgentes para fornecer o apoio político necessário para o sucesso das medidas para alcançar os objetivos de desenvolvimento desenvolvimento autocentrado e autônomo e crescimento econômico” (LPA, 1980, p. 4, tradução nossa).

⁵² Munanga (2016) indica que especialmente cinco organizações tiveram contribuições críticas importantes à corrente hegemônica e no apoio à ECA nesse período. São estas: *African Institute for Economic Development and*

especializadas das Nações Unidas. Dentre objetivos também estavam: realizar um balanço dos 20 anos decorridos entre 1960 e 1980 e, sobretudo, delinear perspectivas para o período 1980 a 2000.

Na análise do LPA é perceptível que os métodos de desenvolvimento econômico empregados no período de 1960 a 1980, não potencializaram a situação econômica do continente, mas contribuíram com sua estagnação e vulnerabilidade diante da dinâmica das economias dos países centrais. Em vista disso, as estratégias para o período de 1980 a 2000 dirigiam-se na contramão contexto econômico mundial: o avanço do modelo neoliberal.

Em linhas gerais, definiram como estratégia superar a dependência da África na exportação de matérias-primas. O desenvolvimento e crescimento da África deveriam basear-se em uma combinação dos seus recursos naturais, recursos empresariais, gerenciais e técnicos e seus mercados (reestruturado e ampliado), para servir seu povo. Assim, a África, deveria mapear sua própria estratégia de desenvolvimento autônomo e autocentrado. Nesse sentido, as contribuições externas seriam apenas complementares ao seu próprio esforço e não o pilar do desenvolvimento. O plano engloba os principais setores de atividade da população africana, tais como: alimentação e agricultura⁵³, indústria e recursos naturais, recursos humanos, ciências e tecnologias, transportes e comunicações, questões comerciais e financeiras, meio ambiente, energia e planificação, reservando um capítulo para dar atenção à questão das mulheres africanas⁵⁴.

Os esforços para a integração econômica africana deveriam ser prosseguidos com determinação renovada, com atuação estatal, a fim de criar uma estrutura em todo o continente para a tão necessária cooperação econômica para o desenvolvimento, baseada na autonomia coletiva, somando esforços para o estabelecimento de um mercado comum africano e o alcance do desenvolvimento econômico e da auto-suficiência africana (LPA, 1980).

Planning (IDEP), sob o comando de Samir Amin entre 1970 e 1980; *Council for the Development of Social Science Research in Africa* (CODESRIA); *African Association of Political Studies* (SAAPS); *Institute for African Alternatives* (IFAA) e o *Third World Forum* (TWF). Aponta, no entanto, que a ECA, posteriormente, parece ter se afastado dos princípios pan-africanistas para se aproximar dos ideais do neoliberalismo.

⁵³ De acordo com LPA, tendo em vista melhorar situação alimentar na África, é fundamental canalizar um volume muito maior de recursos para a agricultura. Dessa forma, o plano aponta a aplicação de políticas que induzam reorientações dos sistemas sociais e que contribuam com o alcance de níveis mais altos de produtividade pelos pequenos agricultores e membros de cooperativas agrícolas e utilização de novas tecnologias. No plano, a ciência e a tecnologia têm um papel central no desenvolvimento da agricultura, e na pesquisa agrônômica, destaca-se o melhoramento de sementes selecionadas, fertilizantes, pesticidas e outros produtos químicos adequados para as condições africanas (LPA, 1980).

⁵⁴ O plano reconhece a importância de dar atenção especial às mulheres na análise da situação relatada e às medidas a serem tomadas em cada um desses setores, compreendendo, contudo, que a resolução desses problemas não devem ser marginais e separados da questão do desenvolvimento geral. Destacam, por exemplo, medidas para incluir as mulheres em níveis administrativos e políticos mais altos, além de medidas para diminuir a carga doméstica das mulheres rurais e também fornecer serviços de apoio às trabalhadoras (LPA, 1980).

No entanto, o plano encontrou fortes reações negativas, tanto internas como externas que dificultaram a sua aplicação. Munanga (2016) elenca três fatores que contribuíram sobremaneira com o insucesso do plano: 1) a falta de recursos orçamentários necessários para a execução do plano, visando extinguir os obstáculos burocráticos que dificultam a livre circulação das pessoas e dos bens; 2) os entraves estruturais decorrentes do fato de que as economias africanas sempre foram, sobretudo, organizadas e direcionadas para a exportação das matérias-primas, o que faz com que o comércio interafricano configure uma irrisória porcentagem das estatísticas nacionais; 3) as reações contrárias por parte das instituições de *Bretton Woods*, como a resposta do Banco Mundial, que, em 1981, elaborou seu próprio relatório, intitulado *Accelerated development in sub-Saharan Africa: an agenda for action*, mais conhecido como *Berg Report*, em que apresentou objetivos essencialmente opostos ao LPA, propondo a adesão às políticas neoliberais, por meio de privatizações, liberalização e valorização do setor privado, diminuição do papel do Estado e economia baseada na agricultura orientada para exportação (MUNANGA, 2016).

Ao final da década de 1980, após ampla resistência, os Programas de Ajustes Estruturais (PAE) foram implantados nos países do continente africano e, como aponta Ki-Zerbo (2000), não só as expectativas de modernização e de um rápido desenvolvimento econômico e social nos países foram frustradas, mas também seus resultados geraram consequências perversas a partir da redução dos gastos sociais e dos investimentos públicos e da liberalização das economias africanas para a entrada das empresas transnacionais, gerando mais dependência perante as grandes potências ocidentais (TOUSSAINT; MILLET, 2006).

Atualmente, os governos dos países africanos parecem insistir numa permanente tentativa de importação acrítica do modelo de desenvolvimento ocidental hegemônico - que mais “des-envolve” do que o contrário, processo que se contrapõe à realidade objetiva do país e inviabiliza qualquer tentativa de mudança social. Visto que perpetua-se a condição já posta por Rodney: “[...] em nenhuma parte do continente africano se leva a cabo uma exploração racional dos seus recursos naturais e, por outro lado, a produção africana não serve a África nem os africanos. As relações comerciais que a África desenvolve com os países ocidentais são de troca desigual e de exploração”. (RODNEY, 1975, p. 38).

Mas, nas palavras de Munanga, certamente bastante influenciado pelo historiador burquinense Joseph Ki-Zerbo, “para as nações africanas como Moçambique, ainda em processo de formação e construção, não é tarde para repensar os legados envenenados que recebemos dos colonizadores” (MUNANGA, 2016, p. 55) Não obstante as sucessivas tentativas, outrora, de encontrar um modelo de desenvolvimento que fosse “mais favorável ao continente africano”,

baseadas, de certa forma, na crítica da abordagem ocidental de desenvolvimento e propondo modificações, parece ter havido uma continuação da internalização das ideologias ocidentais, mantendo-se a vontade crescente de transformação homogênea - de um continente absolutamente diverso e de proporções gigantes - em busca da meta de prosperidade material e progresso econômico. Cabe refletir: bastaria buscar alternativas endógenas do desenvolvimento ou seria preciso construir alternativas ao desenvolvimento⁵⁵, isto é, na rejeição de todo o paradigma?

1.2 Caracterização dos megaprojetos em Moçambique

O número de pesquisas e estudos a respeito dos megaprojetos cresceu nas primeiras décadas do século XXI. Segundo Merriam-Webster, o primeiro uso conhecido do termo *megaprojects* foi em 1976. Antes disso, o prefixo *mega* era utilizado em *megacity* e, a partir da década de 1982, passou a também ser utilizado como adjetivo para caracterizar algo muito grande (FLYVBJERG, 2014). No Brasil, os megaprojetos recebem diferentes designações: Grandes Projetos de Investimento (GPI) (VAINER; ARAÚJO, 1992); (VAINER, 2011); Projeto de Grande Escala (PGE) (RIBEIRO, 2014); grandes projetos (GONÇALVES, 2016), entre outros.

Lynch e Gellert (2003), utilizando o termo *megaprojeto*, comum às literaturas europeia e norte-americana, afirmam que a definição deste quase sempre apresenta divergências, sendo complexo defini-lo pela variedade de elementos que o conceito comporta; assim, em sua maioria, as definições ao seu respeito são inexatas e vinculadas a projetos específicos. Nesse sentido, ao abordá-lo, os autores ressaltam o fator “transformação da paisagem”, de forma profunda e intencional (LYNCH; GELLERT, 2003, p. 15).

De acordo com o geógrafo econômico dinamarquês Bent Flyvbjerg (2014), megaprojetos são empreendimentos complexos e de larga escala, cujos custos, em geral, ultrapassam 1 bilhão de dólares, levam muitos anos para serem implementados e envolvem diversos atores interessados, tanto do âmbito público como do privado. No entanto, como uma unidade de medida técnica, *mega* significa um milhão. Em termos econômicos, levando em

⁵⁵ No livro *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*, Arturo Escobar (1995) menciona o papel de formas de questionamento e resistência ao desenvolvimento e a reconstrução de ordens culturais por grupos populares e movimentos sociais, que por meio do conhecimento local e poder popular, buscam a construção de alternativas ao desenvolvimento. Pensando nisso, parece válido levar em consideração as percepções e vivências que as organizações e os grupos da sociedade civil africanas, suas demandas, formas de organização e articulação, conflitos e formas de resolução locais desses conflitos.

conta essa unidade de medida, megaprojetos seriam projetos que custam milhões de dólares (ou reais, euros, libras) (FLYVBJERG, 2014). Para o autor, o local em que o investimento é realizado deve ser levado em consideração; assim, deve haver certa flexibilidade, pois, como exemplifica, um projeto de US\$100 milhões não seria considerado um megaprojeto em Nova York, mas poderia ser no contexto do Congo (FLYVBJERG, 2013, p. 15).

Assim como Lynch e Gellert, o autor também ressalta o caráter transformacional dos megaprojetos, segundo Hirschman (1995 apud FLYVBJERG, 2014), projetados para mudar a estrutura da sociedade. O entendimento a seu respeito, portanto, não deve ser limitado a versões maiores de projetos menores; na verdade, configuram um tipo de projeto totalmente diferente a nível de objetivos, complexidade, envolvimento dos atores interessados e prazos.

É nesse sentido que Bent Flyvbjerg, Nils Bruzelius e Werner Rothengatter afirmam que megaprojetos não configuram apenas empreendimentos de grande porte, mas também fenômenos que podem ser encontrados onde quer que estejamos no mundo. Para os autores, “*wherever we go in the world, we are confronted with a new political and physical animal*”⁵⁶ (FLYVBJERG et al., 2003, p. 1). Todos os países parecem estar comprometidos com a promoção desse “novo animal” na cena política. Instituições internacionais como a União Europeia, por exemplo, são grandes promotoras e iniciadoras desses projetos, assim como se movem na influência de regimes regulatórios e desregulamentadores para viabilizá-los (Ibidem, 2003).

Certos estudos têm apontado que, independentemente do contexto no qual os megaprojetos são implementados, algumas características podem ser recorrentes tanto nos países do Sul como nos países do Norte. Anteriormente, os megaprojetos eram implementados em países ricos e considerados “desenvolvidos”, mas, recentemente, principalmente após a crise de 2008, aumentaram sobremaneira sua presença em países periféricos, assim como seus gastos, com tendência de se tornarem cada vez maiores, transformaram-se em um “negócio global” que afeta o mundo todo (FLYVBJERG et al., 2003).

Com efeito, os megaprojetos são permeados por processos complexos e controversos, identificados em inúmeras pesquisas empíricas. Flyvbjerg define uma lei que se aplica a megaprojetos em geral, chamada de “*the iron law of megaprojects*”, isto é, “*over budget, over time, over and over again*”⁵⁷ (FLYVBJERG, 2011, p. 7). Assim, os megaprojetos fazem parte de um pacote perverso que envolve receitas sobrestimadas, custos subestimados, resultados do

⁵⁶ “[...] um novo animal político e físico” (FLYVBJERG et al., 2003, p. 1. Tradução nossa).

⁵⁷ “A lei de ferro dos megaprojetos”, isto é, “acima do orçamento, atraso no tempo previsto, sob benefícios, repetidamente” (Flyvbjerg, 2011, p. 7. Tradução nossa).

desenvolvimento econômico supervalorizado – quando muitas vezes estes nem são alcançados, comumente apresentam baixo custo-benefício.

O baixo desempenho dos megaprojetos é revelado em inúmeras pesquisas. A título de exemplo, uma pesquisa realizada por Bent Flyvbjerg, Nils Bruzelius e Werner Rothengatter, na Aalborg University Denmark, na qual os autores analisam 258 projetos no valor de aproximadamente 90 bilhões de dólares, localizados em 20 países (de 5 continentes diferentes), mostra, a partir de análises empíricas, que as estimativas de custo utilizadas para decidir se os projetos devem ou não ser construídos são enganosas, uma vez que nove em cada dez projetos têm custos subestimados, resultando, após sua concretização, em excedentes de custos (FLYVBJERG et al., 2003). Isto posto, existem erros e tendências de grande magnitude nas previsões que formam a base para [...] *business cases, cost-benefit analyses, and social and environmental impact assessments, such analyses will also, with a high degree of certainty, be strongly misleading*”⁵⁸ (FLYVBJERG, 2017, p. 9).

Também foram verificadas nas análises: falta de transparência; falta de participação pública na tomada de decisões políticas e administrativas; falta de informação (e desinformação); inúmeras formas de manipulações; relações *top-down*; violação de práticas estabelecidas de boa governança; ausência de uma avaliação referente aos possíveis impactos ambientais e sociais (quando realizada, os impactos são frequentemente desconsiderados durante o desenvolvimento do projeto ou são severamente mal calculados); sociedade civil em geral é cética ou negativa e é comum que se posicionem e se mobilizem contra sua implementação; e problemas geralmente relacionados a desestabilização de *habitats* e comunidades (PRIEMUS, 2010) (FLYVBJERG et al., 2003; 2014); (BUDZIER; FLYVBJERG, 2013).

Dessa forma, é evidente que tanto a escolha dos megaprojetos como dos locais para a sua implantação estão longe de ser aleatórias, tendo em vista que são aprovados aqueles que atendem aos anseios de políticos, empresários e demais interessados nos lucros de sua construção e implementação – observando-se, ainda, que são levados em consideração principalmente os seguintes fatores: abundância de recursos naturais a serem explorados; fragilidade ou ausência da legislação ambiental e trabalhista ou proposital descumprimento desta; ausência de fiscalização ambiental; e existência de incentivos fiscais (legislação fiscal atrativa). Verifica-se também que as características que permeiam os megaprojetos ganham um

⁵⁸ “[...] casos de negócios, análises de custo-benefício e avaliações de impacto social e ambiental, essas análises também serão, com alto grau de certeza, altamente enganosas” (FLYVBJERG, 2017, p. 9, tradução nossa).

caráter mais intenso e agressivo nos países do Sul global, considerando os fatores já mencionados.

Outro fator ressaltado é o caráter híbrido dos megaprojetos, tanto com relação à demanda por ação coordenada de capital e de poder estatal como pelo comum entrelaçamento e combinação entre seus diferentes tipos. De acordo com a análise de Lynch e Gellet, podem ser categorizados em quatro tipos: 1) Infraestrutura; 2) Extração; 3) Produção; e 4) Combinação, de forma híbrida (LYNCH; GELLERT, 2003, p. 15).

Em casos de estudo a respeito da implementação de diferentes megaprojetos promovidos pelo setor público e outros pelo setor privado, Flyvbjerg, Bruzelius e Rothengatter concluem que não existe uma fórmula simples para a divisão entre o público e o privado, uma vez que os megaprojetos são tão complexos que, por natureza, são fundamentalmente híbridos. Argumentam que esse processo ocorre mesmo no caso de projetos que são considerados totalmente privados, pois, ainda assim, há envolvimento do setor público (por exemplo, na área de segurança e meio ambiente), devido à grande complexidade e os possíveis impactos de um megaprojeto. Nesse sentido, a colaboração público-privada entre governos nacionais e estrangeiros, capital privado, bancos e agências de desenvolvimento é essencial (FLYVBJERG et al., 2003).

A fim de que um megaprojeto seja implementado, independentemente do país, normalmente são necessários muitos estudos (análises financeiras, de custo/benefício, de impacto ambiental, dentre outros), alguns deles rigorosamente exigidos pelas legislações. Entretanto, desequilíbrios e anomalias entre os fatores super/subvalorizados – como visto anteriormente – permanecem após a realização dos estudos, pois, mesmo quando realizados, estes têm sido questionados, denunciados e criticados. Para Flyvbjerg et al. (2003, p. 5), *“whether we like it or not, megaproject development is currently a field where little can be trusted, not even – some would say especially not – numbers produced by analysts”*⁵⁹

Isto posto, os megaprojetos não se constituem com o objetivo de promover desenvolvimento, progresso ou modernidade para a maioria das populações, mas sim de garantir os interesses de rentabilidade e a acumulação de capital de grupos políticos e empresariais, que tentam impô-los a todo custo, aproveitando-se das necessidades e desejos da população; para isso, tomam as parcelas atraentes e positivas desses grandes empreendimentos como se o mostrassem na íntegra. Por vezes, a imagem se distancia tanto do que é implementado

⁵⁹ “Gostemos ou não, o desenvolvimento de megaprojetos é atualmente um campo em que pouco se pode confiar, nem mesmo - alguns diriam especialmente – nos números produzidos por analistas” (FLYVBJERG et al., 2003, p. 5. Tradução nossa).

no real que acaba por reforçar, no imaginário da população, a quimera de um empreendimento inexistente, feito apenas de papel e tinta, como uma miragem, uma utopia. É nesse sentido que se considera “uma quimera do desenvolvimento” um termo apropriado para retratar esse fenômeno.

De outra parte, em seu sentido etimológico, o prefixo *mega* de *megaprojetos* vem da palavra grega *megas* e pode significar grande, vasto, alto, poderoso ou importante (literal ou figurativamente, em uma aplicação muito ampla). Assim, os megaprojetos, descritos pelos autores como um animal físico e político, de grandes dimensões, essencialmente exógeno, híbrido e que detém um caráter destrutivo sobre as comunidades locais e suas condições de reprodução social, que é inerente à sua natureza, lembra-nos metaforicamente a Quimera⁶⁰, uma figura mitológica da Grécia Antiga, criada por volta do século VII a.c., comumente representada como uma espécie de animal bestial híbrido (corpo de leão e de cabra) que soltava fogo. A Quimera fazia parte do imaginário popular da Grécia Antiga e era temida pela população, que acreditava que este monstro vagava de forma totalitária, matando rebanhos de animais e destruindo tudo por onde passava.

Com base nas contribuições analíticas de Lynch e Gellert (2003), identifica-se que predominam os três primeiros tipos de megaprojetos em Moçambique: i) infraestrutura, ii) extração e iii) produção, com ênfase no setor extrativo de recursos minerais e energéticos, além da presença de investimentos no setor do agronegócio.

É necessário lembrar que esses tipos elencados, com frequência, atuam em consonância, uma vez que diferentes atividades podem estar associadas a diversos megaprojetos. De acordo com Lynch e Gellert (2003), são construídas ferrovias em regiões de plantações industriais e de minas de carvão para transportar a matéria-prima e, muitas vezes, são construídas moradias para trabalhadores ou pessoas deslocadas em decorrência da implementação de megaprojetos.

Como visto na introdução, a partir da década de 1980, marcada pela hegemonia neoliberal, inicia-se um processo de liberalização da economia, de cortes no orçamento público, privatizações e incentivo aos investimentos estrangeiros — reforçado pela descoberta de abundantes recursos naturais, como reservas de minerais, gás e *commodities* agrícolas —, deixando o país, sobretudo o setor agrícola, muito dependente da ajuda externa.

⁶⁰ De acordo com a mitologia da Grécia, a Quimera surgiu da união entre Equidna (monstro com corpo de mulher e cauda de serpente) e Tifão (deus dos vendavais). De acordo com a mitologia grega, a Quimera foi destruída pelo herói grego Belerofonte com a ajuda de seu cavalo alado Pégaso (FERNANDEZ, 2016).

Apesar das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, o foco das reformas neste setor direcionou-se à busca por investimentos estrangeiros em agricultura de larga escala, o que contribuiu para tornar Moçambique um dos principais países a sediar investimentos internacionais agrícolas na África (NOLTE et al., 2016). Destarte, o modelo de desenvolvimento em voga assenta-se na associação entre a exportação de produtos primários (agrário-extrativistas) e a realização de grandes obras de infraestrutura (MACARINGUE, 2018), com o intuito de expandir o capital no território nacional e os horizontes de acesso ao mercado global, a partir da integração do país à economia mundial.

Segundo Chesnais (2005), o processo de “mundialização do capital”, marcado pela hegemonia do capital financeiro, promove o aprofundamento da subalternidade das economias periféricas. No caso de Moçambique, este processo reforça seu papel de submissão como fornecedor de *commodities*, num quadro em que a exportação predominante de produtos primários é um dos fatores que possibilitam uma “troca desigual” e a exploração da abundante, barata e desprotegida força de trabalho moçambicana e dos seus recursos naturais — tudo isso em benefício das multinacionais, em aliança ao capital local.

Em Moçambique, a discussão acerca dos megaprojetos e seus impactos foi impulsionada a partir da primeira década do século XXI, período de crescimento expressivo da produção científica nesta área. É importante ressaltar os estudos realizados por Castel-Branco (2002, 2008, 2010, 2011, 2015); Castel-Branco e Mandlate (2012); Castel-Branco e Ossemane (2010); Bucuane e Mulder (2007); Matos e Medeiros (2013); Mosca e Selemane (2011, 2013). Estes autores analisam os megaprojetos em Moçambique a partir de variados enfoques, mormente vinculados à economia.

Os estudos desses pesquisadores perpassam questões como as reais contribuições dos megaprojetos para as receitas do Estado e para o aumento da dependência externa, geração de pobreza e desigualdade, questões políticas e desenvolvimento de diferentes formas de conflitos, em função das diferentes formas de apropriação do espaço e partilha dos benefícios e danos causados por esses empreendimentos.

Um dos pesquisadores que mais tem se debruçado sobre o tema é o economista Castel-Branco. Ele afirma que os megaprojetos estruturam a economia moçambicana e são determinados pelas estratégias corporativas, num ambiente de competição e cooperação oligopolista, sendo “[...] atividades de investimento e produção com características especiais” (CASTEL-BRANCO, 2008, p. 1).

Neste sentido, o autor apresenta seis características que atravessam os megaprojetos moçambicanos atualmente: I) grande magnitude, definida pelos montantes de investimento

(acima de US\$ 500 milhões) e impacto na produção e comércio; II) intensidade em capital, que, no entanto, não corresponde ao montante de empregos diretos gerados proporcionalmente ao peso no investimento, produção e comércio; III) maior concentração nos setores minerais e energéticos; IV) elementos estruturantes da economia do país pela sua importância no investimento privado, na produção e no comércio; V) participação quase exclusiva de grandes empresas multinacionais, em virtude de enormes custos, requisitos de qualificações, condições competitivas, além da especialização dos mercados fornecedores e consumidores, submetidos a oligopólios e monopólios; VI) elevados custos de insucesso devido à sua grande dimensão e complexidade. Deste modo, são mais propícios às estratégias corporativas globais, dinâmicas dos mercados, condições logísticas e de infraestruturas, com acesso barato e seguro a recursos produtivos (CASTEL-BRANCO, 2008, p. 2).

Sabe-se que a concentração no setor mineral-energético se deu a partir do crescimento progressivo do Investimento Direto Estrangeiro no país — mais especificamente, após o início das atividades do complexo de fundição de alumínio da Mozal em 2000, o primeiro e maior megaprojeto de IDE implementado em Moçambique. Subsequentemente, o desenvolvimento de novos megaprojetos contribuiu para engrossar o caldo das exportações (por meio da exploração do gás natural pela multinacional Sasol em 2004; das areias pesadas pela Kenmare em 2007; do carvão pela Vale em 2011; e pela Rio Tinto em 2012). Além disso, houve aumento do potencial de produção dos insumos de alumínio em 2003, do gás natural em 2012 e do carvão em 2016 (LANGA, 2017).

Desde então, nota-se que a atenção do governo de Moçambique volta-se para os investimentos neste setor, empreendendo esforços para incentivar a penetração do capital internacional no país. Dessa forma, observa-se a escolha por uma política de concessões fiscais, aduaneiras e administrativas para obter grandes investimentos estrangeiros, justificadas pelo discurso de que tal posicionamento contribuiria positivamente com o desenvolvimento econômico e social, reduziria a pobreza, proporcionaria empregos, segurança alimentar, segurança energética e geraria receita ao Estado (BUCUANE; MULDER, 2008).

De fato, como mostra Castel-Branco (2002), os megaprojetos têm enorme contribuição nas exportações e substanciais ganhos líquidos de comércio (a Mozal, por exemplo, responde por 60% do total das exportações do país). Certamente, o acelerado crescimento dos fluxos de IDE, de US\$ 347,3 milhões em 2002 para US\$ 4,9 bilhões em 2014 — determinado pela atuação dos megaprojetos — gerou certa efervescência na economia nacional, como mostram os dados do Banco de Moçambique (2015).

Apesar da notável taxa de crescimento econômico anual registrada (cerca de 7%), uma série de indicadores evidencia que, por mais extasiantes que esses dados possam parecer, a qualidade de vida da maioria da população moçambicana continua a ser degradada. O relatório do Ministério de Planificação e Desenvolvimento (MPD) de 2010 revela que, desde 2003, a pobreza absoluta ou de consumo, em Moçambique, não sofreu modificações significativas, na verdade, aumentou em algumas províncias (MPD, 2010). Cerca de 55% da população moçambicana vivia abaixo da linha de pobreza nacional em 2008-2009 (MPD, 2010) e houve um aumento significativo de desigualdade de consumo *per capita* de 12% entre 2008/09 e 2014/15 (atingindo 0,47).

Além desses fatores, observa-se o baixo acesso da população aos serviços de saúde (47,6%) e de eletricidade (14%) (MOÇAMBIQUE, 2010). Ademais, estima-se que apenas 13% da População Economicamente Ativa (PEA) é assalariada, 62% desenvolve trabalho por conta própria e 25% desenvolve trabalho familiar sem remuneração (IFTRAB, 2004, 2005). Outro ponto que vale a pena destacar é que o país enfrenta um déficit na produção alimentar e ainda é muito dependente das importações (AMANOR; CHICHAVA, 2016).

É evidente que a melhoria do nível de vida da população não resulta simples e diretamente do crescimento econômico, mas da forma como a riqueza produzida é convertida em qualidade de vida para a população. Partindo de uma perspectiva macroeconômica do caso moçambicano, o economista belga Marc Wuyts ressalta que é importante atentar para o tipo de economia que o crescimento gera no processo, que, como já demonstrado, “[...] é bastante desequilibrado a favor da produção de exportação impulsionada por megaprojetos” (WUYTS, 2016, p. 101) e “[...] se faz à custa dos trabalhadores pobres” (Ibidem, p. 109).

Nesse sentido, a percepção do aparente paradoxo suscita questionamentos de investigadores como João Mosca e Thomas Selemene (2012) — respectivamente, diretor e codiretor do Observatório do Meio Rural — sobre as contribuições positivas dos investimentos estrangeiros e, sobretudo, dos megaprojetos para o país. Nesse sentido, devido aos limites da economia moçambicana, com tendências extrativistas, altamente vulnerável, dependente e influenciada pelo capital multinacional — que visa à exploração predatória das riquezas naturais —, os economistas moçambicanos apontam para o risco do esgotamento das reservas nacionais sem que haja uma diversificação da economia.

A não diversificação da produção faz com que a economia do país seja muito vulnerável a pequenas flutuações no mercado mundial para os produtos primários exportados. Além disso, é mais explorada em algumas regiões do que em outras e gera impacto social limitado,

alimentando um padrão de acumulação que também gera um “[...] desenvolvimento desigual do capitalismo entre regiões de Moçambique” (CASTEL-BRANCO, 2010, 75).

É neste sentido que, apesar da inebriante ilusão de desenvolvimento e das aparentes receitas bilionárias geradas pelos megaprojetos em Moçambique, apenas uma pequena parte delas permanece no país; os benefícios líquidos para o resto da economia são mínimos. Dessa forma, os megaprojetos são orientados para exportação e com acordos futuros. Tendo apenas uma pequena parte de sua produção consumida localmente, eles criam poucos empregos locais, investem ostensivamente na infraestrutura que necessitam, demandam livre repatriamento de capitais, matérias-primas a baixíssimos custos, se beneficiam de enormes isenções fiscais, negociam isenções de direitos nas importações de equipamentos e matérias-primas; tudo isto em prejuízo do mercado interno, da segurança e soberania alimentar e da inclusão social (MOSCA, 2014 apud GARCIA; KATO, 2016).

Pode-se, a partir dessas considerações, perceber que eles não se destinam à população local, tendo em vista que não são implementados com preocupação sobre suas necessidades, como produção de alimentos, empregos e desenvolvimento local. De fato, seu pressuposto básico é a transformação do território, alterando, por conseguinte, as formas de existência e as referências sobre este.

Lynch e Gellert (2003, p. 15) explicam esse processo a partir do conceito de “*creative destruction*”⁶¹, argumentando que “[...] *mega-projects entail ‘creative destruction’ in a material sense: they transform landscapes rapidly and radically, displacing mountaintops, rivers, flora and fauna, as well as humans and their communities*”⁶².

Os efeitos negativos do que Lynch e Gellert chamam de “*displacement*” — decorrentes do processo de espoliação na implementação de megaprojetos — são (re)produzidos de maneira desigual no território, uma vez que sociedades mais afastadas dos centros de poder e dependentes de seus meios de subsistência (a exemplo das comunidades camponesas) são, muitas vezes, vistas como atrasadas ou “primitivas” pela ideologia da modernização e do racismo (LYNCH; GELLERT, 2003, p. 23).

⁶¹ Os autores estendem o uso do termo utilizado por Schumpeter (1942) na obra *Capitalism, Socialism, and Democracy* para definir o processo evolutivo e dinâmico do capitalismo, e afirmam que “[...] revolutionizes the economic structure from within, incessantly destroying the old one, incessantly creating the new one” (p. 83). Assim, de acordo com o economista austríaco, “[...] this process of creative destruction is the essential fact about capitalism. It is what capitalism consists in and what every capitalist concern has to live in” (p. 83).

⁶² “[...] megaprojetos implicam na ‘destruição criativa’ em um sentido material: eles transformam paisagens de maneira rápida e radical, deslocando montanhas, rios, flora e fauna, assim como seres humanos e suas comunidades (LYNCH; GELLERT, 2003, p. 15. Tradução nossa).

Ao analisar a realidade moçambicana, Mosca (2009) também empreende o conceito para explicar que a “destruição criativa” dos territórios e das comunidades camponesas está sendo promovida por meio da implementação de uma série de megaprojetos minerários, do agronegócio, de infraestruturas de circulação – que geram, predominantemente, a saída de riquezas naturais do país. É importante ressaltar que os dados referentes a 2017 mostram que, em Moçambique, 66,6% da população total habita a área rural (INE, 2019), e mais de 75% da população adulta vive da agricultura familiar e camponesa (MOSCA, 2017).

Assim, Matos e Medeiros (2013, 2015), com base nas reflexões de Harvey (2014), partem do conceito de “acumulação por espoliação” para compreender as implicações da expulsão de famílias camponesas e comunidades de seus territórios, assim como a apropriação de recursos como água, terra e minérios em Moçambique. Os geógrafos (2013) elucidam que, tendo em vista compreender o processo de acumulação de capital, concretizado no capitalismo contemporâneo pelas atividades imperialistas, Harvey recorreu aos escritos de Marx, aspirando a entender o significado da acumulação primitiva.

Em sua obra, Marx (2013[1867]) sustenta que uma das maneiras do capital conquistar territórios e dominar os povos começa, num primeiro momento, com “a assim chamada acumulação primitiva⁶³”. Neste sentido, o autor alude que a “acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção”:

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação-capital não pode senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, um processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 2013, p.786 [1867]).

⁶³ Cabe mencionar que Marx, ao referir-se aos momentos fundamentais da acumulação primitiva, faz uma associação à origem do brutal sistema colonial: “A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras que caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. [...] Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal” (MARX, 2013, p. 821).

Harvey percebe que formas de expropriação geradas na origem do sistema capitalista pareciam permanecer e se modernizar. Compreendendo as características da acumulação primitiva expostas por Marx, quais sejam:

[...] a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos das camponesas às terras comuns; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetarização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2014, p. 121).

De acordo com Harvey (2014, p. 121), “[...] todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias”. Como elucida o geógrafo, amplamente reconhecido por suas contribuições analíticas das dinâmicas do capital contemporâneo, é patente a violenta ofensiva à agricultura familiar, que acontece paralelamente às investidas à expansão do agronegócio; à expropriação de comunidades camponesas e sua consequente exploração e transformação em trabalhadores e trabalhadoras sem-terra; à privatização de recursos naturais antes compartilhados e a incorporação destes à lógica capitalista da acumulação; à privatização de indústrias anteriormente nacionais; e à escravidão ainda presente, por exemplo, no comércio sexual (Ibidem, 2014).

Como destaca o autor, “[...] foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação” (Ibidem, 2014, p. 123), e alguns dos antigos “[...] foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado” (Ibidem, 2014, p. 122); isto é, a intensificação da espoliação em suas mais variadas formas, da destruição de *habitats*, da reprodução de modelos “capital-intensivos de produção agrícola”, da mercadificação, corporativização e privatização em larga escala da natureza, utilidades públicas e até de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual. Esses processos, por seu turno, tomaram dimensões desmensuradas a uma velocidade vertiginosa, avançando por todo o mundo, todavia se expressando de forma mais voraz em países periféricos, indicando uma “[...] nova onda de expropriação das terras comuns” (Ibidem, 2014, p. 123).

Harvey (2014) deixa claro, portanto, que essa condição não se esgotou na gênese do sistema capitalista, com o que Marx denominou de acumulação primitiva. Pelo contrário, conforma um movimento contínuo e permanente, dada a dinâmica de espoliação inerente à “sua determinação estrutural objetiva”, para utilizarmos, aqui, um termo de Mészáros (2002). Afinal,

“[...] esse sistema em todas as suas formas capitalistas [...] é orientado à expansão e dirigido pela acumulação” (Ibidem, 2002, p. 58)

Conforme Mészáros (2002), é por meio das crises estruturais (re)produzidas pelo próprio sistema que acontece a renovação do modo de produção capitalista e gera-se a ampliação (e aprofundamento) de suas contradições e de seu caráter destrutivo sobre as comunidades locais e natureza.

Matos e Medeiros (2013) afirmam que a condição arbitrária que caracteriza historicamente as espoliações, desde os processos de acumulação primitiva do capital, é reeditada no caso de Moçambique e, mais especificamente, do Corredor de Nacala. Ao analisarem os megaprojetos de produção de agrocombustíveis à base de cana de açúcar em Massingir, na província de Gaza; a exploração de carvão mineral de Benga e de Moatize, na província de Tete; e a exploração de areias pesadas em Moma, na província de Nampula, enfatizam que a “acumulação por espoliação” em Moçambique é dissimulada pelo discurso oficial do governo e das empresas privadas, segundo o qual existe fomento de um projeto nacional de desenvolvimento que visa dinamizar a economia e melhorar as condições de vida das comunidades. É nesse sentido que Harvey percebe que “[...] a acumulação por espoliação pode ser aqui interpretada como o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com forte apoio dos poderes do Estado” (HARVEY, 2014, p. 128).

No entanto, essas promessas nunca chegaram a se concretizar. Antes, observava-se a precarização das condições de vida das famílias atingidas pelos megaprojetos, a exploração espúria dos recursos naturais e a transformação de modos de vida locais, uma vez que as comunidades são inseridas no processo para ter sua força de trabalho explorada pelo capital internacional (por vezes associado ao capital nacional). Muitos desses sujeitos são desterritorializados no processo de espoliação de suas terras, sendo reassentados, ou melhor, despejados em “espaços desprovidos de tempo condensado”, denominados pelos autores de “espaços primitivos”, ou seja, territórios nos quais não há acesso às condições básicas de vida e de sobrevivência (MATOS; MEDEIROS, 2013).

Vale afirmar que esses processos têm origem na colonização do território por Portugal, momento em que as populações tiveram suas terras usurpadas e obrigadas a habitarem em terras marginais, tendo-lhes sido impostos “[...] métodos coercitivos na produção de determinadas culturas” (MATOS; MEDEIROS, 2013); e são (re)iniciados com a adoção de uma economia de mercado com a introdução de políticas neoliberais e alterações legislativas para a abertura do país ao capital internacional, de forma que aponta Harvey:

O veículo primário da acumulação por espoliação tem sido por conseguinte a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos (e, em menor grau, pela Europa) de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusaram a desmantelar suas proteções) (HARVEY, 2014, p. 147).

Por meio da ação dessas instâncias de poder, o imperialismo dispõe, nos tempos atuais, de um inédito sistema mundial de poder, o qual envolve as estratégias geopolíticas de apropriação dos territórios e consequente expropriação das comunidades em Moçambique, com vistas à acumulação capitalista e de poder político.

Esses movimentos envolvem, frequentemente, conflitos e disputas de poder, opondo interesses antagônicos, representados, principalmente (mas não somente) por três atores localizados em diferentes níveis de atuação; nomeadamente, são atores: 1) internacionais, como organizações internacionais, governos estrangeiros e empresas multinacionais dos megaprojetos (detentores de licença de exploração); 2) nacionais, com destaque para o Estado e atores governamentais (que desempenham funções múltiplas e contraditórias, mas que, em linhas gerais, são capturados pelos interesses imperialistas e das burguesias locais); e 3) locais, que correspondem às organizações da sociedade civil (que também atuam a nível nacional e até internacional) e à população local, detentora de direitos seculares de uso e ocupação de terra e que luta para (sobre)viver em meio aos rastros de destruição do desenvolvimento.

Capítulo 2.

O AGRONEGÓCIO EM MOÇAMBIQUE E A PRESENÇA BRASILEIRA

2.1 Ameaças globais do agronegócio em Moçambique

Compreende-se que o ProSAVANA não deve ser analisado de forma isolada, mas no contexto de um conjunto de amplas e complexas iniciativas, as quais envolvem a convergência e a articulação entre interesses públicos e privados, visando ao avanço de grandes corporações transnacionais do agronegócio e proprietárias da cadeia da indústria alimentar global em territórios periféricos, como o moçambicano.

Com base nas reflexões de François Chesnais, Oliveira (2012) afirma que o processo de mundialização da economia assumiu as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital em escala mundial, com atuação principal dos Estados Unidos como potência militar e econômica. Esse processo marcou a reestruturação do capital em termos mundiais, com impactos especialmente devastadores no setor agrícola:

[...] a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre três pilares: na produção de *commodities*, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais. Primeiro, visou transformar toda a produção agropecuária, silvicultura e extrativista, em produção de mercadorias para o mercado mundial. Portanto, a produção de alimentos deixou de ser questão estratégica nacional e, passou a ser mercadoria a ser adquirida no mercado mundial onde quer que ela seja produzida (OLIVEIRA, 2012, p. 6).

Com a crise global de alimentos e de energia ocorrida entre os anos de 2007 e 2008, houve um reposicionamento dos atores globais que controlam a cadeia mundial de alimentos, com a atuação de grandes corporações, empresas, potências econômicas e suas respectivas agências de cooperação, que conjugam esforços para a aquisição de terras agrícolas via investimentos estrangeiros em larga escala, sobretudo em megaprojetos.

A crise gerou um crescimento vertiginoso dessas aquisições. Calcula-se que, entre outubro de 2008 e setembro de 2009, mais de 56 milhões de hectares de terra foram transferidos globalmente — a maior parte nos países africanos (DEININGER et al., 2011 apud CLEMENT, 2013). Atualmente, cerca de 10 milhões de hectares de terras africanas estão ocupados por esses investimentos — sendo Moçambique um dos principais anfitriões (NOLTE et al., 2016), mascarados pelo discurso do desenvolvimento agrícola, promoção da segurança alimentar e nutricional e combate à pobreza.

A USAID tem um papel catalizador nessa dinâmica, cuja atuação no setor agrícola apresenta um crescimento vertiginoso no período. De acordo com a agência norte-americana,

[...] it took a global food crisis in 2007–08 to wake up to agriculture’s contributions. Commodity prices more than doubled in less than a year, pushing the number of malnourished people above 1 billion in 2009 and driving desperate people to riot in more than 30 countries. New partnerships, coalitions, councils, think tanks and NGOs, as well as influential members of Congress and others called for USAID to acknowledge agriculture’s contributions and reinvest in agricultural research and development, education and extension, and longer-term university degree programs; modernize smallholder agriculture; and expand public-private partnerships to support food processing and trade (USAID, 2016, p. 11) ⁶⁴

A USAID foi fundada em 1961 com base no discurso de necessidade de unir os esforços em uma única agência responsável pela administração da ajuda a países estrangeiros para promover o desenvolvimento - levando-os a um estágio de “*self-sustained growth*”⁶⁵ - defendido pelo presidente John F. Kennedy (HOUSE OF REPRESENTATIVES, 1997). A agricultura deveria desempenhar um papel central nesse processo, a partir do avanço das fronteiras desses países, transplantando um modelo de práticas em agricultura e desenvolvimento rural. Nesse seguimento, a USAID empreendeu esforços no lançamento e ampliação da Revolução Verde, que é, aliás, um termo cunhado em 1968 por William Gaud, ex-administrador da USAID e continuou na vanguarda dos “avanços na agricultura”, utilizando novas tecnologias e estratégias para aumentar a produtividade, transformar o papel do governo e estabelecer parcerias com o setor privado, intervindo nos países considerados em desenvolvimento (USAID, 2019).

O início da intervenção da USAID⁶⁶ em Moçambique remonta ao momento de transição de uma economia centralmente planificada para uma economia aberta, de mercado. Desde 1984, a agência norte-americana estabelece fortes laços com o Governo da República de Moçambique. É preciso levar em conta o contexto de realização de amplas reformas do período pelo envolvimento e influência da agência norte-americana em atividades relacionadas à

⁶⁴ “[...] levou uma crise global de alimentos em 2007-08 para que as contribuições da agricultura fossem notadas. Os preços das *commodities* mais que dobraram em menos de um ano, elevando o número de desnutridos para mais de 1 bilhão em 2009 e levando as pessoas desesperadas a se revoltarem em mais de 30 países. Novas parcerias, coalizões, conselhos, grupos de reflexão e ONGs, além de membros influentes do Congresso e outros, pediram que a USAID reconhecesse as contribuições da agricultura e reinvestisse em pesquisa e desenvolvimento agrícola, educação e extensão e programas de graduação universitária a longo prazo; modernizar a agricultura de pequenos agricultores; e expandir parcerias público-privadas para apoiar o processamento e o comércio de alimentos” (USAID, 2016, p. 11, tradução nossa).

⁶⁵ Corresponderia a um estágio de crescimento autossustentado no qual, futuramente, não seria necessária a assistência externa extraordinária (HOUSE OF REPRESENTATIVES, 1997).

⁶⁶ Embora ainda de forma esporádica, a assistência da USAID a Moçambique começou durante a década seguinte à independência, com respostas humanitárias a desastres naturais (USAID, 2019).

liberalização da produção agrícola e favorecimento dos interesses comerciais privados. Em 1984, iniciou-se um processo de assistência alimentar de emergência, um programa de importação de *commodities* com base em reformas de políticas e, em 1986, atividades voltadas para a infraestrutura de transporte do país (USAID, 2019).

Até 2014, a USAID contava com sete projetos no âmbito do programa *Agriculture, Trade and Business*, dois destes fazendo parte do programa *Feed the Future* (FTF) (ACBIO, 2015; ME&A, 2013), criado em 2010 pelo governo Obama após os devastadores picos de preços de alimentos em 2007 e 2008, tendo em vista investir em atividades voltadas para o desenvolvimento agrícola e segurança alimentar em um grupo de países em desenvolvimento. Além disso, a agência buscou apoiar outros países sob programas regionais e alinhados através da assistência a três “parceiros estratégicos” — Brasil, Índia e África do Sul — para aumentar as capacidades de “desenvolvimento sustentável” com base regional (USAID, 2019).

Em Moçambique, o programa tem como foco geográfico os corredores comerciais de Nacala e Beira. Incorpora as províncias de Nampula, Zambézia, Manica e Tete, limitando-se ao desenvolvimento das seguintes cadeias de valor: soja, amendoim, gergelim, ervilha de vaca, ervilha de pombo, feijão e frutas e castanha (USAID, 2017).

Como principal mecanismo de implementação do FTF, em 2014 a USAID lançou o programa *Strengthening Agribusiness and Fostering Rural Alimentation* (SAFRA), com o seguinte objetivo: “[...] *increase the productivity and competitiveness of Mozambique’s agribusiness sector through the development of competitive selected agricultural value chains and to improve the nutritional status of pregnant and lactating women and children*”⁶⁷. O SAFRA possui três componentes essenciais: 1) cadeias de valor do agronegócio e segurança alimentar; 2) aumento da competitividade do agronegócio; e 3) nutrição, água, saneamento e higiene (USAID, 2014).

As intervenções são direcionadas a 23 distritos nas províncias de três principais corredores comerciais do país (Corredor de Nacala, Corredor da Beira e Corredor da Zambézia): província de Nampula (distritos Angoche, Malema, Moma, Mogovolas, Murrupula, Monapo, Meconta, Mecuburi e Nampula); Zambézia (distritos Alto Molocue, Gurué, Mocuba, Nicoadala e Gile), Manica (distritos Gondola, Chimoio, Manica, Barué, Sussudenga e Mossourize); e Tete (distritos Angonia, Tsangano e Macanga). São produzidas sete culturas nesses territórios: soja, amendoim, gergelim, feijão comum, feijão nhemba, feijão boer e banana (USAID, 2014).

⁶⁷ “[...] aumentar a produtividade e competitividade do setor de agronegócio de Moçambique por meio do desenvolvimento de cadeias de valor agrícola competitivas selecionadas e melhorar o estado nutricional de mulheres grávidas, mulheres lactantes e crianças” (USAID, 2014, tradução nossa).

Importa destacar que uma das iniciativas mais violentas do agronegócio em África foi criada em 2006⁶⁸, por meio de uma parceria entre a *Bill & Melinda Gates Foundation* e a *Rockefeller Foundation*, chamada de *Alliance for a Green Revolution in Africa* (AGRA), a fim de desempenhar um papel central na transformação do setor agrícola na África e seu sistema alimentar – ainda que “de maneira adaptada às condições da África” (GATES FOUNDATION, 2012). Tal transformação inclui esforços para financiamento de pesquisa, produção e comercialização de sementes corporativas privadas (muitas geneticamente modificadas), fertilizantes e pesticidas (THOMPSON, 2012); aumento da produtividade agrícola; melhoramento da fertilidade do solo; abertura dos mercados africanos de alimentos; expansão do acesso ao crédito para agricultores e fornecedores e coordenação de políticas alimentares em países africanos (GATES FOUNDATION, 2012).

A organização atua em 16 países africanos — com mais força em Moçambique, Gana, Mali, e Tanzânia — e apoia mais de 400 projetos. No caso de Moçambique, no período de 2007 a 2012, os subsídios da AGRA totalizaram US\$12,6 milhões. Desse montante, as maiores alocações foram direcionadas ao *Programme for Africa's Seed Systems* (PASS) e ao *Soil Health Programme* (SHP). O FTF em Moçambique também tem parceria com a AGRA na produção de sementes (ACB, 2015).

Segundo o *African Centre for Biodiversity* (2015), nesse período, 45% das doações da AGRA foram destinadas ao Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) — instituição subordinada ao Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar e Nutricional (MASA) —, com doação de US\$2,68 milhões; ao Centro Internacional de Desenvolvimento de Fertilizantes (IFDC) (doação de US\$ 1,51 milhão); e à Agência de Desenvolvimento Econômico de Manica (ADEM), que recebeu US\$ 1,5 milhão.

No ano seguinte, AGRA e USAID estabeleceram uma parceria de US\$47 milhões, chamada *Scaling Seeds and Technologies Partnership* (SSTP), sob a *New Alliance* (AGRA, 2015), com a finalidade de: 1) estabelecer parcerias com o setor público e privado para aumentar a capacidade de fornecer sementes modificadas e tecnologias agrícolas relacionadas, como fertilizantes, pesticidas sintéticos e agrotóxicos; 2) aumentar a aceitação por pequenos agricultores (ACB, 2015); e 3) intervir nas políticas e mecanismos legais sobre terra, sementes e fertilizantes nos países africanos (AGRA, 2015). Atualmente, a SSTP está presente em Etiópia, Gana, Malawi, Senegal, Tanzânia e Moçambique — neste último, atua nos corredores

⁶⁸ Desde então, expandiu sua base de doadores para incluir também governos e outras organizações internacionais.

de Nacala, Beira e Limpopo e no vale do Zambeze, desenvolvendo atividades voltadas à melhoria de sementes, serviços de extensão e agro-processamento (ACB, 2015).

Mais recentemente, um massivo pacote de financiamento de US\$280 milhões foi acordado com esses mesmos atores no 7º *African Green Revolution Forum* (AGRF)⁶⁹, ocorrido em setembro de 2017, em Abidjan, Costa do Marfim. Três dos maiores financiadores da transformação agrícola africana — USAID, *Bill & Melinda Gates Foundation* e *Rockefeller Foundation* (todos norte-americanos, vale ressaltar) — lançaram a *Partnership for Inclusive Agricultural Transformation in Africa* (PIATA)⁷⁰.

A intenção é apoiar líderes para conduzir uma transformação agrícola nos 11 países⁷¹ considerados prioritários (que incluem Moçambique), impulsionando a ação integrada nas zonas agroeconômicas e nas cadeias de valor, encorajando governos a alavancar investimentos mais amplos e engajamento deliberado com o setor privado para construir sistemas “sustentáveis” que farão a transição da agricultura de subsistência “*into a business that works*”⁷², de acordo com a AGRA (2017).

Em artigo a respeito do Corredor de Nacala, Martins Kato (2019) destaca o interesse da *New Vision for Agriculture*⁷³ em países africanos, uma iniciativa do *World Economic Forum* (WRF)⁷⁴, que envolve mais de 350 organizações e grandes corporações transnacionais e cuja parceria se dá a partir de articulações do G7 e do G20 [WRF, 2010?]. Lançada em 2009, o objetivo da iniciativa é promover a segurança alimentar através da transformação do setor agrícola, seguindo os principais “casos de sucesso” da transformação do setor agrícola em nível nacional estabelecidos pelo Fórum, buscando “[...] *setting the right direction through effective leadership, strategy and investment models, and scaling the transformation through finance, infrastructure, institutions and monitoring*”⁷⁵ [WRF, 2010?].

Nos níveis regional e nacional, a *New Vision for Agriculture* catalisou parcerias multissetoriais com cerca de 200 corporações internacionais e 16 países, incluindo uma parceria

⁶⁹ 7º Fórum Africano da Revolução Verde (AGRF).

⁷⁰ O Department for International Development (DFID) do Reino Unido recentemente aderiu à parceria, e atua principalmente nos mercados regionais de alimentos e no comércio de alimentos. Atualmente, o *Federal Ministry of Economic Cooperation and Development* (BMZ) da Alemanha é um membro sem direito a voto e um parceiro de recursos, cofinanciando a estratégia da AGRA em Burkina Faso e Gana (AGRA, 2017).

⁷¹ Além de Moçambique, atualmente, também são prioritários: Burkina Faso, Etiópia, Gana, Quênia, Malawi, Mali, Nigéria, Ruanda, Tanzânia e Uganda.

⁷² Ou seja, a transição da agricultura de subsistência “para um negócio que funcione” (AGRA, 2017).

⁷³ Nova Visão para a Agricultura.

⁷⁴ Fórum Econômico Mundial (FEM).

⁷⁵ “[...] definir a direção certa por meio de modelos efetivos de liderança, estratégia e investimento e construir a transformação por meio de finanças, infraestrutura, instituições e monitoramento (WRF, 2010, tradução nossa). Disponível em: < <https://www.weforum.org/projects/new-vision-for-agriculture>>. Acesso em: ago. 2019.

regional denominada *Grow Africa* – implementada desde 2011 junto à USAID, WRF, União Africana (UA) e a *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD Agency). Tal parceria visa “[...] *increase private sector investment in agriculture, and accelerate the execution and impact of investment commitments*”⁷⁶, uma vez que, segundo essa lógica, o agronegócio desempenha um papel importante no processo de transformação agrícola, fornecendo vínculos com outros setores econômicos do desenvolvimento [GROW AFRICA, 2017?].

Sete países aderiram inicialmente à *Grow Africa* (Moçambique⁷⁷, Burkina Faso, Etiópia, Gana, Quênia, Ruanda e Tanzânia⁷⁸), cujo trabalho está totalmente ancorado na arquitetura política nacional e continental do *Comprehensive Africa Agriculture Development Programme* (CAADP) da União Africana (UA). Os esforços foram acelerados no início de 2012, quando a União Africana solicitou à *Grow Africa* ajuda para gerar compromissos para a *New Alliance for Food Security and Nutrition* (NAFSN) (GROW AFRICA, 2013)⁷⁹.

Proposta pelo governo Obama, a NAFSN resulta de um acordo assinado em 2009, na *G8 Summit* em L'Aquila, na Itália, por cerca de 40 países, grandes corporações transnacionais e instituições financeiras multilaterais, como a AGRA (VUNJANHE; ADRIANO, 2015). Foi lançada em 2012 como uma ampla parceria público-privada (PPP) com o objetivo declarado de mobilizar o investimento privado no setor agrícola, “[...] *improving food security and nutritional status by helping 50 million people in sub-Saharan Africa emerge from poverty by 2022*”⁸⁰ (DE SCHUTTER, 2015, p. 9).

No caso de Moçambique, os envolvidos, em consonância com os compromissos assumidos em L'Aquila, reafirmam a sua intenção de alinhar o seu apoio financeiro e técnico agrícola com as prioridades do Plano de Investimento do CAADP para a operacionalização do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), em conjunção com os compromissos assumidos pelo governo moçambicano.

Organizações da sociedade civil moçambicanas, como a ADECRU, manifestaram-se contra a sua implementação, argumentando que “[...] a política traçada para ‘salvar’ África representa uma imposição imperialista, elaborada nos grandes centros e alianças decisórias neoliberais e neocolonialistas” (ADECRU, 2013), assim, denuncia que:

⁷⁶ “[...] aumentar o investimento do setor privado na agricultura e acelerar a execução e o impacto dos compromissos de investimento” (WRF, 2010, tradução nossa).

⁷⁷ Em Moçambique, a *Grow Africa* está priorizando a cadeia de valor da mandioca e apoia a plataforma de agronegócio *Business Advisory Working Group* (BAWG) para fortalecer o diálogo público-privado (WRF, 2010).

⁷⁸ A Nigéria também aderiu no início de 2013.

⁷⁹ Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Grow%20Africa%20-%20Annual%20Report%202013%20-%20Low-Res%20v1.1_1.pdf>. Acesso em: nov. 2019.

⁸⁰ “[...] melhorar a segurança alimentar e o estado nutricional, ajudando 50 milhões de pessoas na África Subsaariana a sair da pobreza até 2022” (DE SCHUTTER, 2015, p. 9, tradução nossa).

Através da ‘Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional em África’, os oito países mais imperialistas do mundo declaram, desta forma, a captura e subjugação final do continente e dos povos africanos com a nova e efectiva frente de ataque contra a soberania alimentar dos povos do continente, diversidade cultural e biodiversidade, transformando a África numa plataforma mercantil aberta para sementes geneticamente modificadas e grandes corporações transnacionais do agronegócio e proprietárias da cadeia da indústria alimentar global (Ibidem, 2013).

De fato, no âmbito da *G8 New Alliance*, foi assinado um Acordo-Quadro com Moçambique, que se converteu num instrumento central e operacionalizador da política agrária moçambicana, o Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário (PNISA) — formulado para atender prioritariamente aos interesses das grandes potências mundiais e corporações transnacionais do agronegócio (VUNJANHE; ADRIANO, 2015). Segundo a ADECRU, no caso de Moçambique,

[...] a operacionalização da Nova Aliança será liderada pelo Banco Mundial, Programa Mundial de Alimentação, Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e grandes corporações transnacionais do agronegócio tais como: Cargill, Itochu, Syngenta, Monsanto, Yara, African Cashew Initiative, Competitive African Cotton Initiative, Corvus International, AGCO, Nippon Biodiesel Fuel co.ltd, Vodafone, SAMBMiller, etc. (ADECRU, 2013).

Além das declarações das organizações da sociedade civil de países africanos, pesquisas recentes abordam, sob diversos aspectos, o papel da NAFSN no avanço de uma agenda corporativa privada na agricultura africana, como Vunjanhe e Adriano (2015); Martins Kato (2019); Nora McKeon (2014); UNAC e GRAIN (2015); Jamart, Jorand e Pascal (2014); e FoodFirst Information and Action Network (FIAN International, 2014).

O estudo realizado pelos moçambicanos Jeremias Vunjanhe e Vicente Adriano (2015) destaca os três principais impactos da NAFSN no âmbito nacional. A referida pesquisa leva em conta os desdobramentos das ações do PNISA:

I) a transformação dos mecanismos legais de aquisição da terra, via flexibilização da atribuição do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) e promoção (pelo MINAG) de programas, como o Pro-Parcerias (baseado na Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural), que visam estabelecer parcerias entre empresas e comunidades, em que estas últimas contribuem fornecendo a terra;

II) o estabelecimento de reforma da legislação nacional de sementes e fertilizantes, conhecida como *Harmonized Seed Regulations* na *Southern Africa Development Community* (SADC), que autoriza a importação e produção de sementes geneticamente modificadas em Moçambique por

grandes corporações globais do agronegócio, ameaçando os sistemas seculares de produção e troca de sementes entre as populações camponesas (VUNJANHE; ADRIANO, 2015);

III) o avanço do agronegócio — através de potências estrangeiras financiadoras, como Estados Unidos da América (EUA), Japão, Reino Unido, União Europeia (UE) e Itália, além de empresas nacionais e estrangeiras — nos territórios das comunidades (VUNJANHE; ADRIANO, 2015).

Segundo o *G8 Cooperation Framework to Support the New Alliance for Food Security and Nutrition in Mozambique*, das 19 empresas que prepararam e assinaram “Cartas de Intenções” em 2012, descrevendo suas intenções de investimento no país, 6 possuem registro nacional e concessões de terra por 50 anos — passíveis de renovação — e 13 são empresas internacionais (figura 1).

Figura 1 – Empresas (nacionais e internacionais) do agronegócio em Moçambique no âmbito da *New Alliance*

Mozambican Registered Companies	International Companies
• ENICA • JFS Holding • Khulima Púnguè Agricultura e Serviços • Lozane Farms • Rei do Agro • Sunshine Nut Company	• African Cashew Initiative • AGCO • Cargill • Competitive African Cotton Initiative • Corvus Investment International • Itochu • Jain Irrigation • Nippon Biodiesel Fuel co. Ltd. • SABMiller • Sumitomo Corporation • Toyo Engineering Corporation • United Phosphorous Limited • Vodafone

Fonte: G8 Cooperation Framework to Support the “New Alliance for Food Security and Nutrition” in Mozambique, 2012.

Como se pode observar, em sua maioria, as empresas são gigantes multinacionais estrangeiras, sobretudo japonesas (*Itochu Corporation*⁸¹, *Sumitomo Corporation*, *Toyo Engineering Corporation* e *Nippon Biodiesel Fuel co. Ltd.*); norte-americanas (Cargill e a AGCO

⁸¹ Itochu também atua no Brasil. De acordo com o site da empresa, esta aumentou em dez vezes suas aquisições de grãos após fechar uma sociedade com a empresa local de grãos Naturalle em 2014. Segundo o porta-voz da empresa, a intenção é continuar expandindo sua presença no Brasil para fornecer soja e milho para os mercados do sudeste e leste da Ásia.

Corporation); indianas (*UPL Limited* e *Jain Irrigation Systems Limited*); alemã (*Competitive African Cotton Initiative*); inglesa (Vodafone); sul-africana (*Corvus Investiment International*).

Existem, ainda, iniciativas combinadas, como a empresa anglo-sul-africana SABMiller e o programa *African Cashew Initiative* — fundado pela *Bill & Melinda Gates Foundation* e o *German Ministry for Economic Cooperation and Development* (BMZ).

No caso de empresas nacionais, cuja atuação é detalhada na tabela 1, verificou-se que estas, muitas vezes, participam como acionistas do investimento, geralmente como detentoras do DUAT ou facilitadores dele. É o caso da Rei do Agro, que é subsidiária da *Aslan Global Management* — empresa norte-americana financiada por cerca de 50 americanos, cujos fundos são captados por meio de uma complexa teia de empresas localizadas em jurisdições *offshore* e com condições favoráveis no que diz respeito a impostos, desde as Ilhas Maurícias ao estado norte-americano de Delaware (UNAC; GRAIN, 2015).

Cabe explicitar que a *Aslan Global Management* adquiriu, através da Rei do Agro, um DUAT para 2.500 hectares no Gurué, província da Zambézia, contando, possivelmente, com mais 10 mil hectares provenientes do compromisso do governo de Moçambique (UNAC; GRAIN, 2015).

Apesar do registro nacional, algumas delas pertencem a estrangeiros, como é o caso da *JFS Holding* (da família portuguesa Ferreira dos Santos) e da *Sunshine Nut Company* (do americano Don Larson). Outras são fortemente apoiadas pelo capital estrangeiro, como a própria *JFS Holding*, que forma parceria com a norte-americana Cargill. A empresa moçambicana *Lozane Farms* é apoiada pela USAID⁸² no âmbito da FTF para produção e fornecimento soja geneticamente modificada (GMO). Ademais, recebeu patrocínio do *Programme for Africa's Seed Systems* (PASS) em 2007-2012, por meio da AGRA.

Todas as empresas são voltadas para produção, processamento e exportação de monoculturas em larga escala, sobretudo soja, algodão e milho, ocupando as terras das províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Manica, Zambézia, Maputo e a região do Corredor da Beira, apresentando o interesse declarado de ampliar suas atuações.

Nota-se, além disso, que as empresas (tabela 1) procuram demarcar a intenção de também contratar pequenos produtores locais ou beneficiá-los de alguma forma, tendo em vista

⁸² Informações da USAID referentes ao período de 2015, mostram que a agência possui 23 projetos recentes e atuais em operação nas províncias de Sofala e Manica, dos quais cinco lidam com agricultura e segurança alimentar. A AGRA prestou apoio direto ao estabelecimento da arquitetura institucional do corredor da Beira e concedeu cerca de US \$ 4 milhões a projetos no corredor de 2007 a 2012. A principal atividade do Banco Mundial no corredor é o grande Projeto de Desenvolvimento de Irrigação Sustentável PROIRRI, focado no apoio ao crescimento da irrigação em pequena escala em Manica, Sofala e Zambézia, ligada aos mercados comerciais (USAID, 2017).

que a legislação moçambicana prevê a responsabilidade do investidor estrangeiro com as comunidades onde a empresa desenvolve suas atividades.

Tabela 1 – Atuação das empresas registradas nacionalmente

Empresas registradas nacionalmente	Visão geral da atuação
ENICA Empresa moçambicana com investimento estrangeiro.	• Localização: Província de Cabo Delgado. • Cultura: monocultura de banana. • Produção em larga escala (exportação e mercado regional). • Suposto benefício para a comunidade local: contratação de 400 trabalhadores anualmente.
JFS Holding Propriedade da família portuguesa Ferreira dos Santos. Em 2013, constituiu a <i>Mozambique Agriculture Corporation</i> (Mozaco) junto à <i>Rioforte Investments</i>.	• Forte presença nas seguintes áreas de negócio: agricultura, energia, indústria, metalúrgica, automobilística, bens imobiliários. • No setor agrícola (com produção em larga escala para exportação), atua em duas áreas principais: I) Localização: Província do Niassa • Produção agrícola, processamento industrial e exportação de algodão. • Produção de monoculturas de milho e soja (larga escala para exportação). • Planos de expansão industrial ao longo de cadeia de valor, para a produção de fibrilha de algodão e de algodão hospitalar. • Suposto benefício para a comunidade local: formação técnica e fornecimento de fatores de produção em regime de micro-crédito para 40,000 produtores do meio rural. II) Localização: Províncias de Nampula e Manica • Produção de gado bovino para corte; sal marinho (mercado interno); flor de sal (exportação); exploração florestal de eucalipto (exportação); produção de culturas alimentares em pequena escala; plantação de sisal; processamento industrial de castanha de caju (exportação).
Rei do Agro Empresa de capitais norte-americanos, pertencente a <i>Aslan Group</i>.	• Localização: distrito de Gurué, província da Zambézia. • Produção de soja (prioritariamente) e outros grãos em larga escala e voltada para exportação. • Suposto benefício para população local: impacto direto nas vidas de 50 pequenos agricultores através de seu programa de extensão de soja. • Produção na sua própria concessão de plantação, bem como através do seu programa de extensão agrícola.

Khulima Púnguè Agricultura e Serviços (KPAS) Empresa nacional concentrada na produção agrícola.	• Localização: Corredor da Beira. • Produção nas cadeias de valor da soja, milho, batata, lichias, abacate e manga. • Interessada em trabalhar com pequenos produtores num esquema de produção para exportação. • Interessada em parcerias com outros investidores para integrar outros produtores na cadeia de valor, incluindo o agro-processamento.
Lozane Farms Empresa moçambicana apoiada pela <i>United States Agency for International Development</i> (USAID) no âmbito da <i>Feed the Future</i>.	• Localização: províncias da Zambézia e Maputo. • Produção e fornecimento de sementes geneticamente modificadas (GMO) de soja, milho, batata-doce de polpa alaranjada, sorgo e grão-de-bico. • Está envolvida em planos de promoção para essas culturas com os pequenos agricultores, fornecendo crédito para a sementeira e assistência à maquinaria. • Planos de investimento de fábrica de processamento de sementes no Alto Molócuè, na província da Zambézia. • Interessada em parcerias com outros investidores para integrar outros produtores na cadeia de valor, incluindo o agro-processamento.
Sunshine Nut Company Fundada em Moçambique pelo diretor executivo americano Don Larson, ex-diretor de Operações de Cacao da multinacional <i>Hershey Company</i>⁸³	• Localização: Distrito de Boane, província de Maputo. • Possui duas sedes nos Estados Unidos: Pensilvânia e Delaware. • Processamento de castanha de caju em larga escala voltada para exportação (disponível em cerca de 800 supermercados do Atlântico, de propriedade da Ahold USA). • Trabalhadores para assar a castanha na fábrica e nas instalações de descasque de castanha no norte; plano de ampliar fábrica e quadruplicar vendas.

Fonte: Elaboração própria a partir de informações de UNAC e GRAIN (2015); Vunjanhe e Adriano (2015), sites das referidas empresas e *G8 Cooperation Framework to Support the New Alliance for Food Security and Nutrition in Mozambique*.

Os projetos de investimentos declarados pelas empresas (nacionais e internacionais) ocupam as principais regiões agroecológicas dos Corredores da Beira, Nacala e Vale do Rio Zambeze. Vunjanhe e Adriano (2015) indicam que, num período de 5 anos, há um potencial de usurpação de mais de 300.000² hectares de terras. Nesse processo, cerca de 128 mil famílias camponesas que habitam e produzem nas regiões podem ser negativamente impactadas, sendo deslocadas para terras marginais e improdutivas, o que poderá levar a uma redução de mais 60% na produção destas famílias.

Do grupo de empresas que assinou a “Carta de Intenções” da *New Alliance*, tem-se, por exemplo, a empresa JFS, que, junto à Rioforte (parte do grupo Espírito Santo, de Portugal), fundou a empresa *Mozambique Agricultural Corporation* (Mozaco) em 2012.

⁸³ Empresa denunciada em 2011 pela utilização de mão de obra escrava infantil na produção de cacau em países da África Ocidental.

Os autores (2015) analisam que a não introdução de instrumentos legais que assegurem o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), como a lei de segurança alimentar e nutricional e o reconhecimento do DHAA na Constituição da República, tem condicionado o estabelecimento de um Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em Moçambique, concomitantemente à promoção da submissão da agenda da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) aos interesses dessas iniciativas transnacionais, como NAFSN, AGRA, *Grow Africa*, *FTF*, *SAFRA*, *SSTP* e *ProSAVANA*.

Os debates críticos em torno dessas iniciativas, de modo geral, abordam suas intervenções e tentam vincular a produção, o processamento industrial e a exportação de *commodities* africanas à cadeia alimentar global, controlada por um cartel de empresas multinacionais, com o apoio das grandes potências econômicas, suas respectivas agências e dos estados africanos. Trata-se do que Oliveira (2012) chama de territorialização dos monopólios, em sua análise a respeito da mundialização da agricultura brasileira. Ou seja, o “[...] controle simultâneo da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processo industrial da produção agropecuária” (OLIVEIRA, 2012, p. 8).

É evidente que, no caso de Moçambique, esse processo se desenvolve de acordo com as especificidades próprias de sua realidade. Isso porque, no país, o Estado tem direito exclusivo sobre a terra, que não pode ser vendida ou, por qualquer outra forma, alienada, hipotecada ou penhorada, podendo os indivíduos (inclusive os estrangeiros) obterem o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) (MOÇAMBIQUE, 1997) com concessões de terra por 50 anos, passíveis de renovação.

Assim sendo, essas iniciativas transnacionais do agronegócio agem para adaptar-se à realidade. Como mostrado por Vunjanhe e Adriano (2015) na análise da NAFSN, são empreendidos esforços para transformar os mecanismos legais de aquisição da terra e regulamentação de sementes e de fertilizantes para favorecer os interesses privados; promover programas junto ao próprio governo moçambicano, por meio do MINAG, para estabelecer parcerias entre empresas e comunidades, em que estas últimas contribuem fornecendo a terra; e promover a participação de empresas nacionais em investimentos de empresas estrangeiras para facilitar a concessão de DUAT (como discutido no caso da Rei do Agro, que é subsidiária da *Aslan Global Management*). Além disso, ocorrem fusões e associações de empresas e diversos atores nacionais e internacionais visando à implementação dos megaprojetos do agronegócio, uma vez que, segundo Oliveira (2012), a territorialização dos monopólios é fruto também da relação entre capital nacional e estrangeiro.

A outra face da atuação da mundialização na agricultura é a monopolização do território, “[...] desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que, sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo” (OLIVEIRA, 2012, p. 10). Assim, observa-se o avanço massivo de empresas multinacionais que compõem a cadeia produtiva de *commodities*, dedicadas à produção industrial e comercialização de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas, fertilizantes, pesticidas, fornecimento de sementes (SCHLESINGER, 2013).

O autor (2013) utiliza como exemplo desse processo a empresa multinacional Cargill, que, cabe lembrar, é uma das 19 empresas que assinaram as “Cartas de Intenções” em 2012, descrevendo suas intenções de investimento no país, no âmbito da *NAFSN*, em Moçambique. A empresa norte-americana é a maior empresa de capital fechado dos Estados Unidos, com um lucro de mais de meio bilhão de reais e uma receita de R\$ 35 bilhões em 2017. É considerada líder mundial do setor de agronegócio (CARGILL, 2018). A família Cargill controla 88% do conglomerado agrícola criado em 1865 e, atualmente, como afirmou a revista *Forbes*, “[...] *there are more billionaires in the Cargill-MacMillan clan - 14 of them - than in any other family in the world*”⁸⁴ (FORBES, 2015).

De acordo com Schlesinger (2013), trata-se de uma das quatro principais empresas da cadeia produtiva da soja a nível mundial, que comercializam os grãos adquiridos de agricultores (as outras são as norte-americanas Bunge e ADM e a francesa Dreyfus). Também é uma das maiores produtoras do biodiesel feito a partir do óleo de soja e passou a compor um oligopólio privado que controla os fertilizantes a nível mundial, composto por Cargill/Mosaic, Hydro/Yara (norueguesa) e Bunge/Fosfertil (Holandesa).

A norte-americana atua em mais de 67 países (CARGILL, 2018), com forte atuação no Brasil, sendo responsável, junto com a Bunge e a ADM, por 60% das exportações de soja no país em 2010 (SCHLESINGER, 2013).

Segundo Schlesinger (2013), estas, sem dúvidas, são algumas das principais beneficiárias e, portanto, interessadas pela expansão da produção em novas áreas. Em Moçambique, já vêm buscando se aproximar e atuar em várias províncias, também em parcerias com outras instituições. Em 2013, foi fundada a Cargill Mozambique (a partir de uma sociedade entre Cagill Incorporated e Cargill Enterprises), com sede na cidade de Beira.

⁸⁴ “[...] existem mais bilionários no clã Cargill-MacMillan — 14 deles — do que em qualquer outra família no mundo” (FORBES, 2015, tradução nossa). Disponível em: < <https://www.forbes.com/profile/cargill-macmillan-1/#6c272b9623b6>> Acesso: nov. 2019.

De acordo com o Boletim da República (2013), a empresa tem a autorização de exercer cultivo, desenvolvimento, distribuição, comercialização, importação e exportação de diversos produtos agrícolas; produção, distribuição, comercialização, importação e exportação de fertilizantes; desenvolvimento, promoção, intermediação e participação em empreendimentos imobiliários (MOÇAMBIQUE, 2013).

Entende-se que esses processos de territorialização dos monopólios e monopolização dos territórios nos países periféricos são desastrosos, pois, uma vez que o objetivo primordial é a acumulação capitalista, são promovidas a concentração de terras nas mãos de corporações capitalistas; o controle externo da produção e consumo de alimentos; a expropriação das terras das comunidades locais e dos recursos naturais vitais para sua sobrevivência; a geração de populações sem-terra, de violência e conflitos de terra; os ganhos e benefícios limitados a uma minoria estrangeira; a ameaça à soberania alimentar dos povos, à diversidade cultural e à biodiversidade; a ameaça às formas tradicionais de produção agrícola e de disseminação de sementes geneticamente modificadas; e a ameaça aos sistemas seculares de produção e troca de sementes entre as populações camponesas.

Outro aspecto evidenciado em pesquisas a respeito da NAFSN (que conta com o apoio da AGRA e de toda a sua rede de parcerias dessas iniciativas transnacionais) é o fato de esta refletir uma mudança substancial para a revolução verde (HOLT-GIMÉNEZ, 2008), cuja lógica seria baseada na reprodução da “revolução verde” dos anos 1960 e 1970. Teme-se a geração de impactos negativos⁸⁵ semelhantes, que atingiu principalmente pequenos agricultores e o meio ambiente. Similarmente à revolução verde dos anos 1960 e 1970, a produção em larga escala de culturas para combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional continua sendo a justificativa central para essa proposta de revolução verde africana.

Afirmam que, com base nessa experiência anterior, as atuais iniciativas da revolução verde também incluem treinamento de cientistas locais, criação de redes de pequenas empresas de sementes e esquemas de crédito para agricultores (THOMPSON, 2012; HOLT-GIMÉNEZ, 2008). Assim, argumenta-se que, nessa corrida atual pelas terras africanas, ocorre também o deslocamento de fronteiras agrícolas, anteriormente implementadas em determinados países, as quais começaram a ser deslocadas visando a sua “replicação” em outros territórios com

⁸⁵ Com destaque para impactos ambientais, econômicos, sociais, geração de conflitos, perseguições a organizações e movimentos sociais que se opõem à iniciativa, usurpação de terras, a criação de grandes novos mercados para empresas agrícolas e de fertilizantes e pesticidas, com o aumento descomunal no uso destes (e seus efeitos de contaminação e para a saúde), etc.

“potencial de desenvolvimento agrícola” — o programa ProSAVANA é o exemplo mais emblemático desse processo (CATSOSA, 2019).

No contexto da já mencionada cúpula do G8 em L'Aquila, Itália, em julho de 2009, o primeiro-ministro japonês, Taro Aso⁸⁶, e o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, concordaram em promover um programa de desenvolvimento agrícola nas savanas africanas, por meio de uma cooperação⁸⁷ japonesa e brasileira, “aproveitando o conhecimento acumulado” na implementação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) nos anos 1970 (ABC; JICA; MINAG, 2009).

Embora já considerado um dos países africanos preferenciais para a implementação do programa, Moçambique foi escolhido posteriormente para integrar a iniciativa. Dessa forma, em setembro de 2009, durante uma missão conjunta a Maputo, os três países firmaram o acordo de cooperação trilateral, em torno da proposta do ProSAVANA, assinado por: 1) Moçambique, representado pelo Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), subordinado ao Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA); 2) Brasil, representado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC); e 3) Japão, através da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) (FUNADA-CLASSEN, 2013).

Fingermann (2015) evidencia que é fundamental levar em consideração que existem relações políticas entre a USAID e a ABC, assim como entre a JICA e a ABC. Ambos doadores do *Development Assistance Committee* (DAC), USAID e JICA carregam um histórico de intervenções ostensivas em solo brasileiro (a agência norte-americana está presente no Brasil desde o início da década de 1960, e a japonesa, desde a década de 1970). Cabe destacar o papel essencial desempenhado no setor agrícola, sobretudo, no fornecimento de assistência para a Embrapa, financiando o Prodecer, que mais tarde inspirou as bases da implementação do programa ProSAVANA (USAID, 2014).

Após a ascensão econômica do Brasil, USAID e JICA empenham esforços em direção a outros países considerados mais pobres e suspendem a assistência financeira ao país. É nesse sentido que as relações entre esses atores apresentam novas configurações, pois ambas as

⁸⁶ Taro Aso foi o Ministro de Relações Exteriores durante a fase inicial das preparações do Programa ProSAVANA. Ele visitou o Brasil em agosto de 2007 e prometeu revitalizar a parceria do Japão com o Brasil, promovendo planejamento estratégico bilateral para cooperação internacional no âmbito do Ano de Intercâmbio Japão – Brasil de 2008.

⁸⁷ Cabe lembrar que o processo é anterior a 2009, pois, já em 2007, os governos do Japão e do Brasil, a partir do Itamaraty e da JICA, estabelecem o Convênio-Quadro Tripartite para cooperação intergovernamental, no contexto do Programa de Parceria Japão-Brasil (JBPP), que ainda não havia sido de fato iniciado, embora firmado desde 2000.

agências passaram a colaborar com seu antigo parceiro receptor (Brasil) por meio de programas trilaterais como o ProSAVANA, mas continuaram sustentando a legitimidade dos doadores tradicionais de nações mais ricas e envolvendo os países mais pobres.

Não à toa, desde seu lançamento pelo governo de Moçambique, no final de 2011, o megaprojeto ganhou notabilidade por parte de influentes dirigentes mundiais. Em novembro de 2011, na ocasião do *Fourth High Level Forum on Aid Effectiveness* (HLF-4)⁸⁸, em Busan, na Coreia do Sul, a secretária de Estado dos Estados Unidos, Hilary Clinton, encorajou a iniciativa do programa no âmbito da cooperação trilateral, dando as boas-vindas à “[...] *emerging economies that are embracing the responsibility to help solve shared challenges. For example, Brazil and Japan are partnering with Mozambique, whose climate and soil condition are similar to Brazil’s, to expand its soybean crop*”⁸⁹ (CLINTON, 2011).

Em seu relatório para líderes do G20, afirma o magnata Bill Gates: “*I’m excited about the opportunities for these rapidly growing countries to form new kinds of ‘triangular partnerships’ that involve poorer countries and traditional donors from wealthier nations*”⁹⁰. Menciona, em seguida, no mesmo relatório intitulado *Development with impact: innovation and partnerships*⁹¹, o exemplo inovador da parceria entre Brasil e Japão para ajudar agricultores pobres em Moçambique a cultivar soja, e que também visam atualizar a infraestrutura portuária e ferroviária de Moçambique para facilitar a exportação dos grãos (GATES, 2011).

Compreende-se que a virada para o século XXI, permeada por intensas transformações, já discutidas aqui, também é marcada pela formação de uma nova geopolítica, com a ascensão de atores da periferia do sistema, como o conjunto de países emergentes do capitalismo contemporâneo, os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) e os novos membros do G20, que expandiram sua capacidade de influência em todo o mundo (CAMPOLINA; DINIZ, 2014). Apesar de serem considerados países em desenvolvimento, sobretudo China e Brasil, atuam de maneira avassaladora na aquisição de terras do continente africano — considerado a fronteira agrícola do mundo — e na implementação de megaprojetos.

⁸⁸ Quarto Fórum de Alto Nível sobre Efetividade da Ajuda.

⁸⁹ “[...] economias emergentes que adotam a responsabilidade de ajudar a resolver desafios compartilhados. Por exemplo, Brasil e Japão estão em parceria com Moçambique, cujas condições de clima e solo são semelhantes às do Brasil, para expandir sua safra de soja” (CLINTON, 2011, tradução nossa). Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2011/11/177892.htm>>. Acesso em: dez. 2019.

⁹⁰ “Estou empolgado com as oportunidades desses países em rápido crescimento para formar novos tipos de ‘parcerias triangulares’ que envolvem países mais pobres e doadores tradicionais de países mais ricos” (GATES, 2011, tradução nossa).

⁹¹ Desenvolvimento com impacto: inovação e parcerias (GATES, 2011, tradução nossa). Disponível em: <https://www.gatesnotes.com/Development/Development-with-Impact-Innovation-and-Partnerships>. Acesso em: dez. 2019.

Percebe-se como característica da nova configuração mundial — resultado desses dois processos complementares (a reestruturação do processo produtivo, com atuação principal dos países centrais e, por outro lado, a ascensão dos países periféricos) — o engajamento na assistência ao desenvolvimento por meio de novos tipos de relações e acordos institucionais, mecanismos de Cooperação Sul-Sul e modalidades inovadoras de ajuda, como a Cooperação Trilateral para o Desenvolvimento (CTD), que continua sustentando a legitimidade dos doadores tradicionais do DAC e/ou agências multilaterais provenientes das potências econômicas mundiais, em parceria com países emergentes (exercendo grande atuação) para implementar programas de desenvolvimento em um país terceiro destinatário, considerado necessitado (FINGERMAN, 2015).

Assim, o Brasil vem consolidando sua participação na realização da cooperação para o desenvolvimento em diversas esferas, dando prioridade, no continente, aos países africanos de língua oficial portuguesa (Palops) (FINGERMAN, 2015), assim como na expansão e atuação de empresas brasileiras. Cabe, nesse sentido, discutir, no próximo ponto, a dinâmica das intervenções do Brasil no continente africano e, mais especificamente, em Moçambique, um dos países que buscou colocar em prática políticas atrativas para os estrangeiros com objetivo de desenvolver seu setor agrário.

2.2 As intenções do Brasil do outro lado do Atlântico

A conjuntura do início do século XXI era favorável aos países emergentes, que registravam taxas positivamente surpreendentes de crescimento e passavam a ostentar também importância política no cenário mundial. A partir de 2003, o Brasil, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apostou no fortalecimento da articulação regional, deslocando o eixo da política externa brasileira em direção ao hemisfério Sul, com base na chamada Cooperação Sul-Sul. Visava-se, com tal processo de articulação, estabelecer mais autonomia em relação às potências e a abertura de relações políticas e comerciais com mais parceiros, assentando-se no discurso de solidariedade, de engajamento na superação do subdesenvolvimento e do estabelecimento de relações supostamente igualitárias, diferentes das relações tradicionais Norte-Sul, historicamente baseadas na exploração (CARMODY, 2013).

Nas novas diretrizes da política externa, a cooperação técnica e os investimentos internacionais ganham papéis centrais. As atividades de cooperação técnica são negociadas, coordenadas, implementadas e acompanhadas pela ABC, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. Nas últimas duas décadas, a cooperação prestada pelo Brasil concretizou cerca de

7000 projetos – em sua maioria, nos setores de agricultura, saúde, educação, meio ambiente e administração pública, implementados com os chamados “países em desenvolvimento”, envolvendo cerca de duas centenas de instituições públicas nacionais [ITAMARATY, 2010?].

Na prática brasileira, a cooperação técnica Sul-Sul, “sem fins lucrativos e desvinculada de interesses comerciais” [ABC, 2010?]⁹², é realizada nas seguintes modalidades:

- i) Cooperação Técnica Sul-Sul Bilateral (ambos os parceiros são países em desenvolvimento).
- ii) Cooperação Técnica Sul-Sul Trilateral (dividida em três submodalidades):
 - a) Cooperação Sul-Sul Trilateral entre países em desenvolvimento (realizada entre três países ou mais; todos eles são países em desenvolvimento);
 - b) Cooperação Sul-Sul Trilateral com país desenvolvido (realizada entre dois países em desenvolvimento e um país desenvolvido);
 - c) Cooperação Sul-Sul Trilateral com organismo internacional (realizada entre dois países em desenvolvimento e um organismo internacional).
- iii) Cooperação Sul-Sul em Bloco, acordada no âmbito de organizações e/ou arranjos sub-regionais, regionais ou inter-regionais entre países em desenvolvimento e dos quais o Brasil faz parte, como é o caso do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)⁹³, União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)⁹⁴ e o Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)⁹⁵.
- iv) Cooperação Sul-Sul Descentralizada (acordada entre dois ou mais entes subnacionais de países em desenvolvimento). Tal modalidade apresenta uma

⁹² Projetos de Cooperação Sul-Sul. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>>. Acesso em: out. 2019.

⁹³ Os Estados Partes fundadores do MERCOSUL e signatários do Tratado de Assunção (TA) são a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. A Venezuela aderiu ao tratado constitutivo em 2006 e, em 2017, foi suspensa de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do MERCOSUL, pela alegação de “ruptura da ordem democrática”. Os Estados Associados são Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Bolívia (MERCOSUL, 2019).

⁹⁴ Em 2018, os governos do Brasil, da Argentina, do Chile, da Colômbia, do Paraguai e do Peru decidiram, de forma conjunta, suspender a sua participação da UNASUL em função da prolongada crise no organismo e passaram a, junto a Equador e Guiana, integrar o Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL) (EBC, 2019).

⁹⁵ Fundado com a finalidade de constituir um mecanismo de coordenação entre os três países emergentes para colaborar com a construção de uma nova arquitetura internacional, unindo vozes em temas globais e aprofundando seu relacionamento mútuo em diferentes áreas, além de realizar projetos de cooperação e parceria com países considerados menos desenvolvidos (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019). Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/foruns-internacionais/ibas-india-brasil-e-africa-do-sul>>. Acesso em: nov. 2019.

variante: um dos parceiros subnacionais pode ter origem em um país desenvolvido [Ibidem, 2010?].

Constata-se um interesse crescente, especialmente pela Cooperação Trilateral no cenário internacional durante a primeira década do século XXI (quando as operações conjuntas entre doadores tradicionais e emergentes adquirem maior relevância), fruto de quatro fatores, de acordo com Pino (2013): crise do modelo de desenvolvimento defendido pelos doadores tradicionais; crescimento e evidência da Cooperação Sul-Sul; interesse dos doadores tradicionais em compartilhar os custos da ajuda; e necessidade de articulação pela preocupação com a eficácia, tendo em vista o momento de crise e de recursos limitados (KUSS, 2017).

Ressaltam-se dois importantes momentos do cenário político mundial nos quais a Cooperação Trilateral foi evidenciada e incentivada: a *International Conference on Financing for Development*⁹⁶, das Nações Unidas, realizada em Monterrey, em 2002, e a Cimeira do G8, em L'Aquila, em 2009. Como resultado do primeiro, os Chefes de Estado e de Governo adotaram o *Monterrey Consensus*⁹⁷, que se tornou a principal referência para a cooperação internacional para o desenvolvimento. O documento indica, entre outros pontos, a importância do fortalecimento da Cooperação Trilateral para a promoção da troca de experiências bem-sucedidas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento (UN, 2002; KUSS, 2017). Quanto à Cimeira do G8, em L'Aquila, como já mencionado, está diretamente relacionada à origem do ProSAVANA (G8, 2009; KUSS, 2017).

Foi nesse contexto que a África ganhou importância na política externa do Brasil, segundo Duran e Chichava (2013), provendo, ao Brasil e às economias emergentes, amplos recursos naturais, novos mercados e possibilidades de formação de coligações políticas no âmbito das instituições internacionais. Os projetos de Cooperação técnica Sul-Sul desenvolvidos pelo Brasil direcionam-se principalmente às regiões da África e da América Latina e Caribe, havendo também iniciativas na Ásia e na Oceania [ITAMARATY, 2010?]. Observa-se, no entanto, que grande ênfase tem sido dada a países da África, em 2010, receptores de quase 60% dos desembolsos da ABC, sendo priorizados os países africanos de língua oficial

⁹⁶ Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento.

⁹⁷ De acordo com a ONU, de maneira geral, o *Monterrey Consensus* apresenta o princípio de uma abordagem holística e integrada à natureza multidimensional do desafio do desenvolvimento global. Este lançou o processo de acompanhamento do Financiamento ao Desenvolvimento. Disponível em: <<https://www.un.org/esa/ffd/overview/monterrey-conference.html>>. Acesso em: nov. 2019.

portuguesa (Palops) – Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe⁹⁸ (IPEA, 2018).

Fica claro, portanto, que a cooperação é permeada de ambições econômicas e políticas estratégicas relacionadas ao desenvolvimento doméstico e à autonomia, embora a narrativa oficial sobre a cooperação brasileira seja baseada no altruísmo e na solidariedade (DURAN; CHICHAVA, 2014). A partir do relato de Celso Amorim sobre quando esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores, pode-se perceber as bases sobre as quais foi assentado o discurso da aproximação com o continente Africano:

Desde aquela primeira visita, observei a realidade que inspirou o título deste artigo: ‘A África tem sede de Brasil’. De Moçambique a Namíbia, de Gana a São Tomé e Príncipe, cada um a seu modo e de acordo com suas características e dimensões, veem no Brasil um modelo a ser seguido. Lula revelou-se o mais africano dos presidentes. Pediu perdão pelos crimes da escravidão, visitou mais de duas dezenas de países e abriu caminho para ações de cooperação e negócios”⁹⁹ (AMORIM, 2011).

Assim, a política externa “ativa e altiva” da era Lula-Amorim alavancou a presença do Brasil no continente africano. Desde então, permanece o legado da cooperação em um dos principais receptores de projetos da cooperação brasileira, Moçambique. No caso do acordo bilateral, tem-se a cooperação horizontal estabelecida diretamente com Moçambique, por exemplo, por meio de parcerias com organizações moçambicanas, como o Instituto de Investigação Agrária (IIAM). Já no acordo trilateral, existe a intervenção de países que são tradicionais doadores, como EUA e Reino Unido, ou de organizações e agências internacionais e multilaterais, como *Food and Agriculture Organization* (FAO)¹⁰⁰, *United Nations Development Programme* (UNDP)¹⁰¹, USAID e JICA. Estas, como já visto (ponto 2.1), têm um histórico de décadas de relações políticas e desenvolvimento de projetos com a ABC e com a Embrapa no Brasil.

A coordenação da ABC também é apoiada por diversas instituições, com destaque para Embrapa, FIOCRUZ, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, além do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que agem em articulação com a Embaixada do Brasil em Moçambique, e de dezenas de instituições que promovem projetos, atuam nos espaços políticos, arranjos institucionais e técnicos (VUNJANHE, 2015). Em visita a Moçambique em outubro de 2011, a Presidenta Dilma

⁹⁸ Também fazem parte dos Palops Portugal, Brasil e Timor-Leste.

⁹⁹ Ver o artigo completo, disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/celso-amorim-a-africa-tem-sede-de-brasil.html>>. Acesso em: dez. 2019.

¹⁰⁰ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

¹⁰¹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Rousseff enfatizou os esforços empreendidos na cooperação com aquela nação, refletidos nos mais de quarenta projetos¹⁰² em curso [ABC, 2013?]¹⁰³. Os recursos financeiros alocados à cooperação com o país representavam, no final de 2011, um total de US\$32,000,783.00 (ITAMARATY, 2012), concentrando-se, sobretudo, nos setores de agricultura, educação e saúde.

No contexto geral, a política externa brasileira apostou principalmente na agricultura para ser um dos pilares da intervenção nos países do eixo sul-sul, reforçando a cooperação técnica por meio de projetos de grande impacto. Nesse cenário, a Embrapa galgou o lugar de instituição de maior relevância na cooperação técnica, correspondendo a 5,5% de todo o recurso direcionado a essa política pelo governo brasileiro (considerando os órgãos implementadores da cooperação). Sua atuação se evidencia pelo número expressivo de projetos e pelo apoio a iniciativas de grandes dimensões da cooperação técnica. No período de 2007 a 2017, foram implementados 12 projetos estruturantes em países africanos e latino-americanos, totalizando o valor aproximado de 78 milhões de dólares (LOPES, 2017).

Em Moçambique, a empresa brasileira também domina a maior parte das iniciativas de cooperação técnica do setor agrícola, o setor mais expressivo. Em análise, Duran e Chichava (2013) mostram que a cooperação técnica brasileira nesse setor apresenta um amplo portfólio, com uma variedade de projetos direcionados a Moçambique. No momento, os autores abordam os seguintes: Missão de cooperação técnica em agricultura familiar e resgate de sementes nativas; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Mais Alimentos África; Plataforma de Inovação Agrícola; Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique (ProALIMENTOS) e o Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique (ProSAVANA).

¹⁰² Conforme a ABC, seis novos acordos de cooperação foram assinados entre Brasil e Moçambique nas seguintes áreas: “Modernização da Previdência Social de Moçambique”; “Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados”; “Implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Moçambique”; “Apoio à Implantação do Centro de Telessaúde, da Biblioteca, e do Programa de Ensino a Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique”; “Capacitação e Transferência Metodológica para o Programa Mais Alimentos África em Moçambique”; e “Implantação de Bancos Comunitários de Sementes e Capacitação para o resgate, multiplicação, armazenamento e uso de sementes tradicionais, também chamadas crioulas, em áreas de agricultura familiar” [ABC, 2013?].

¹⁰³ Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Mocambique>>. Acesso em: dez. 2019.

Com base nas informações fornecidas pela Agência Brasileira de Cooperação [ABC, 2013?], pela Embaixada do Brasil em Maputo (2019)¹⁰⁴ e pelas pesquisas realizadas por Garcia e Kato (2016) e Fingerhann (2014), incluem-se, ainda, na análise, outros projetos relevantes: o Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique (PRONAE), que teve início em 2012; e o Projeto regional de fortalecimento do setor algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze, que teve início em 2015. Assim, a tabela abaixo apresenta os principais projetos de cooperação agrícolas brasileiros em Moçambique.

Tabela 2 – Principais operações agrícolas de cooperação brasileira em Moçambique

Projeto	Modalidade de cooperação	Atores envolvidos	Experiência brasileira	Objetivos	Recursos
Missão de cooperação técnica em agricultura familiar e resgate de sementes nativas	Bilateral (Brasil – Moçambique)	Brasil: Secretariado da Presidência, Ibase, MCP, MMC. Moçambique: MINAG; MPD; UNAC.	Não se aplica	Troca de experiências entre movimentos sociais e agricultores sobre técnicas de resgate e uso de sementes nativas.	US\$363.500
PAA	Trilateral (Brasil – Moçambique – Reino Unido – FAO e PMA)	Brasil: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Ministério das Relações Exteriores (MRE); Terceira parte executora: FAO, PMA e DFID	Programa de aquisição de alimentos (PAA), parte do Fome Zero, desenvolvido no Brasil	Apoio à agricultura familiar por meio da compra pública da produção camponesa familiar para prover a rede de proteção social.	US\$11 milhões para ser implantado em 5 países (etiópia, Malawi, Moçambique, Senegal e Níger).
Programa Mais Alimentos África	Bilateral (Brasil – Moçambique)	Brasil: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Moçambique: Ministério da agricultura – MINAG	Programa mais Alimentos	Cooperação técnica e linha de crédito para financiar a aquisição de equipamentos brasileiros por pequenos produtores.	US\$400 MIL +linha de crédito de US\$ 97,59 milhões (Portal Brasil, 2012).
Plataforma de Inovação Agrícola	Trilateral (Brasil – Moçambique – EUA)	Brasil: Embrapa; ABC. Moçambique: MINAG; IIAM. Outro: USAID.	Não se aplica	Reforço da capacidade institucional e de investigação do IIAM.	US\$ 14.688,802 USAID – 2.500,000 ABC – 4.208.802

¹⁰⁴ Cooperação em Agricultura e Segurança Alimentar, 2019. Disponível em: <http://maputo.itamaraty.gov.br/ptbr/cooperacao_em_agricultura_e_seguranca_alimentar.xml>. Acesso em: out. 2019.

					EMBRAPA – 7.940,000 MINAG – 40.000,00
PRONAE	Trilateral (Brasil – Moçambique – PMA)	Brasil: MEC; ABC; FNDE. Moçambique: MINED; Outro: Programa mundial de alimentos (PMA)	PNAE	Promover a transferência de conhecimentos e oferecer suporte técnico para viabilizar a elaboração e implementação de um Programa Nacional de Alimentação Escolar.	US\$ 1.704,455 ABC – 537.980,00 FNDE 61.400,00 PMA – 1.037.000 MIDED – 68.075
ProALIMENTOS	Trilateral (Brasil – Moçambique – USAID)	BRASIL – Embrapa; ABC. Moçambique: MINAG; IIAM; USAID.	Não se aplica	Aumento da produção de vegetais por meio da melhoria técnica de produção e colheita.	US\$ 2.406.724 USAID – 1.102.887 ABC – 577.295 EMBRAPA – 519.200,00 MINAG – 207.360,00
ProSAVANA	Trilateral (Brasil – Japão – Moçambique)	Brasil: Embrapa, ABC Moçambique: IIAM, MINAG Terceira parte: Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA)	Prodecer	Promover o desenvolvimento agrícola rural e regional orientado para o mercado e com vantagens competitivas.	ProSAVANA-PD: US\$13,4 milhões; ProSAVANA-PI: US\$7,7 milhões; ProSAVANA-PEM: a definir
Projeto regional de fortalecimento do setor algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze	Bilateral (Brasil – Moçambique)	Brasil: ABC, Embrapa, Instituto Brasileiro do Algodão(IBA). Moçambique: Instituto do Algodão de Moçambique.	Cotton-4	Contribuir para o aumento da competitividade do setor algodoeiro de Moçambique.	US\$ 10.126.850

Fontes: Informações de Duran e Chichava (2013); Garcia e Kato (2016); Fingerhann (2014); ABC [2013?]; Embaixada do Brasil em Maputo (2019).

Concordamos com Duran e Chichava (2013) com relação à identificação de três importantes tendências da cooperação técnica brasileira no setor agrícola em Moçambique: a primeira delas é que vários programas são desenvolvidos com base em sua aplicação anterior no Brasil (consideradas de sucesso). Os projetos inseridos na análise também seguem a mesma

lógica. Cinco deles apresentam uma relação direta e declarada com experiências brasileiras na área:

i) O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-África) é fruto de uma parceria estabelecida entre FAO, *Department for International Development* (DFID) do Reino Unido, Programa Mundial de Alimentação (PMA), Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Foi iniciado em 2013 com base na experiência brasileira, considerada bem-sucedida do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional, além de geração de renda para comunidades vulneráveis. Atualmente, está presente também na Etiópia, Malawi, Níger e Senegal (VUNJANHE; ADRIANO, 2015).

ii) Criado em 2010 durante o Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, o Programa Mais Alimentos África tem como referência a implementação do Programa Mais Alimentos do Brasil, em 2008. Segundo Lucas Ramalho, à época diretor do programa, este “busca oferecer um crédito barato para países adquirirem máquinas e implementos agrícolas produzidos no Brasil. Hoje, o Brasil é referência mundial em tecnologia adequada para agricultura familiar” (EBC, 2015). Em Moçambique, o programa é Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), assim como no Brasil, e conta com a parceria do Ministério da agricultura (MINAG) de Moçambique. No continente africano, o programa está presente também em Gana, Quênia, Zimbábue e Senegal.

iii) Considera-se que o ProSAVANA é um caso particular, pois, ao longo de sua implementação, observam-se mudanças na natureza do discurso público a respeito do programa. Como analisa Funada-Classen (2013), durante o primeiro ano de desenvolvimento do ProSAVANA, seus promotores oficialmente declaravam a adoção do modelo de sucesso da aplicação do Prodecer (que foi baseado em grandes propriedades monocultoras de soja voltadas para o mercado externo) no cerrado brasileiro, no final da década de 1970. Em terras moçambicanas, manteve-se a parceria nipo-brasileira entre JICA, ABC e Embrapa. Em contexto da inauguração do ProSAVANA, as declarações do ministro da Agricultura moçambicano, José Pacheco, ao jornal *Folha de S.Paulo*, reafirmam o slogan “do Cerrado para África”, amplamente utilizado: “os agricultores brasileiros têm experiência acumulada que é muito bem-vinda. Queremos repetir em Moçambique o que fizeram no cerrado há 30 anos”¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1408201102.htm>>. Acesso em: dez. 2019.

Após a repercussão de críticas internacionais e resistência ao projeto por parte da sociedade civil sobre a alta probabilidade de reprodução dos impactos negativos decorrentes da implementação do Prodecer, entre outras questões, direcionadas ao negligenciamento da produção dos camponeses locais, violação da soberania do povo moçambicano e promoção da expropriação de terras em nome dos investimentos agrícolas, o discurso oficial do programa foi modificado. Afastava-se então do referencial do Prodecer para incluir preocupações com a “coexistência” entre os camponeses e o agronegócio de larga escala. Não obstante às tentativas de projeção de uma nova imagem do Programa, os promotores ainda operam na lógica firmemente estabelecida de transformá-lo no “cerrado da África” (FUNADA-CLASSEN, 2013).

iv) O Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique (PRONAE), uma cooperação entre Brasil, Moçambique e o Programa mundial de alimentos (PMA), foi implementado com o objetivo de promover a transferência de conhecimentos e de oferecer suporte técnico para viabilizar a elaboração e a implementação de um Programa Nacional de Alimentação Escolar em Moçambique, inspirado no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), desenvolvido no Brasil (SANTARELLI, 2015).

v) O Relatório de Progresso do Projeto BRA/12/002 - Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul, realizado pela ABC (2016), mostra que o Projeto regional de fortalecimento do setor algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze, uma cooperação bilateral entre Brasil e Moçambique (também presente no Malawi) é desenvolvido a partir da experiência do projeto Cotton-4, executado pela Embrapa e ABC.

A segunda tendência é a existência de projetos no âmbito da cooperação técnica que representam modelos distintos e até conflituosos de desenvolvimento da agricultura moçambicana. Observa-se que a ABC, por exemplo, promove o apoio à agricultura familiar através do Pró-Alimentos e da Missão de cooperação técnica em agricultura familiar e resgate de sementes nativas e, ao mesmo tempo, o avanço do agronegócio através do ProSAVANA. Além disso, como já visto, o ProSAVANA apresenta propostas de sistemas agrícolas conflituosas, “com base na ideia de que o agronegócio de larga escala e os pequenos agricultores podem coexistir de uma maneira apropriada” (JICA, 2012). Inúmeras pesquisas apontam que a coexistência entre o agronegócio e os pequenos agricultores tende a ser desigual (DE SHUTTER, 2010), a gerar marginalização, exclusão (TEUBAL, 2008) e outras implicações negativas para as comunidades locais; por comprometer a terra e o direito a acessá-la, também privam-nas do acesso à água e outros recursos fundamentais para sua reprodução social.

Nota-se, ainda, o envolvimento de uma grande variedade de atores distintos (DURAN, CHICHAVA, 2014), como agências multilaterais provenientes das potências econômicas mundiais (USAID, JICA e FAO); Ministérios (Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA; Ministério da agricultura – MINAG); empresas públicas (Embrapa); organizações da sociedade civil (Movimento Camponês Popular-MCP, Movimento de Mulheres Camponesas-MMC, União Nacional de Camponeses de Moçambique - UNAC).

Em termos gerais, a modalidade de cooperação trilateral também é uma tendência significativa na cooperação técnica brasileira, uma vez que representa um terço dos projetos em andamento (ABC, 2013; FINGERMAN, 2014). Entende-se que esta acompanha a tendência do cenário internacional no âmbito da cooperação, definida no contexto da *Monterrey Conference* e reforçada na Cimeira do G8, assim como no contexto específico da cooperação brasileira com Moçambique, em que a cooperação trilateral é a base da maioria dos projetos agrícolas em desenvolvimento, correspondendo a cinco dos oito projetos elencados (tabela 2). São estes: PAA, Plataforma de Inovação Agrícola, PRONAE, Pro-ALIMENTOS, ProSAVANA.

Dentre os analisados, o ProSAVANA é, sem dúvidas, o mais ambicioso do ponto de vista da área de implementação (abrangendo 19 distritos na área de 3 províncias), do alcance e dos recursos. Além de ser “um dos mais importantes componentes da pauta de cooperação dos dois países”¹⁰⁶ (ITAMARATY, 2011), é uma das iniciativas de desenvolvimento agrícola mais visadas do continente africano. Nesse sentido, o Brasil é considerado um dos maiores expoentes da cooperação técnica agrícola em Moçambique.

No entanto, as intenções do Brasil no âmbito da Cooperação Sul-Sul têm sido questionadas em diversas pesquisas. A noção enfatizada de que a cooperação Sul-Sul trata-se de uma relação horizontal, “desvinculada de interesses comerciais” (ABC, 2013), que “contribui para consolidar a autonomia dos países parceiros e para “projetar o Brasil como um país solidário e engajado na superação do subdesenvolvimento” (ITAMARATY, 2015), mascara, de acordo com a FASE (2012), as reproduções das relações assimétricas e hierárquicas típicas da tradicional Cooperação Norte-Sul e a estratégia de corporações brasileiras de inserção global. Ademais, atentam que as políticas de cooperação não podem ser desvinculadas dos

¹⁰⁶ Comunicado Conjunto por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff a Moçambique – Maputo, 19 de outubro de 2011, disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2821-comunicado-conjunto-por-ocasio-da-visita-da-presidenta-dilma-rousseff-a-mocambique-maputo-19-de-outubro-de-2011>>. Acesso em: ago. 2019.

interesses comerciais, uma vez que estas convergem com as iniciativas implementadas pelas empresas brasileiras (GARCIA; KATO, 2016).

Argumenta-se que a recente ascensão econômica, política e internacional do Brasil (assim como de outros países emergentes como China e Índia) e o aumento de sua presença em países mais vulneráveis através da Cooperação Sul-Sul, como Moçambique, seria acompanhada do enriquecimento e transnacionalização do capital, pela entrada e atuação de grandes empresas brasileiras, sem trazer benefícios equivalentes ao país receptor (AVELHAN, 2013).

No caso do programa ProSAVANA, tendo em vista avançar no entendimento de seu papel nas dinâmicas das redes de alianças que envolvem os investidores privados brasileiros no setor agrícola (voltados para o agronegócio), de infraestrutura e desenvolvimento da indústria extrativa no Corredor de Nacala, vale, num primeiro momento, perceber o movimento de internacionalização e expansão das multinacionais brasileiras no território moçambicano.

2.3 A expansão de multinacionais brasileiras no território moçambicano

Passada uma década da política africana petista (entre 2003 e 2013), a cooperação se revelaria o eixo mais modesto da atuação brasileira na África, sendo o comercial o mais expressivo. Na mesma década, a cooperação do Brasil, enquanto sétima maior economia mundial, representou apenas 4% da ajuda fornecida pela Inglaterra, na época, a sexta maior economia (ROSSI, 2015). Já o comércio entre o Brasil e o continente africano aumentou em mais de cinco vezes entre 2000 e 2012, passando de US\$ 4,9 bilhões para US\$26,5 bilhões (BNDES, 2013). Em 2009, o Brasil chegou à posição de principal fornecedor de Investimento Direto Estrangeiro (IED), mantida até 2012, período em que chegou a representar 23,1% de todo o IED de Moçambique (2017).

Esses investimentos foram realizados por grandes empresas brasileiras, a partir do movimento de internacionalização da economia brasileira e expansão internacional dessas empresas na África, observado principalmente ao longo da primeira década de 2000. Destacam-se, nesse processo, as iniciativas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que desembolsou, desde 2007, US\$2,9 bilhões para investimentos brasileiros na África (BNDES, 2013). Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), em 1995 havia apenas 13 empresas brasileiras no continente africano. Nos primeiros 10 anos do governo petista, pelo menos quinhentas empresas brasileiras se instalaram na região.

Ao longo dos primeiros 15 anos do século XXI, os desembolsos do BNDES¹⁰⁷ totalizaram cerca de US\$32,5 bilhões, distribuídos nos continentes americano, africano e europeu. É importante perceber que, enquanto nos países centrais predominaram as exportações de bens de capital e de consumo duráveis, nos países periféricos, predominam as obras de infraestrutura, com novas frentes abertas em Moçambique, Gana, Guiné Equatorial e África do Sul (SANTOS, 2018); não por acaso, haja vista a centralidade que a infraestrutura ganha na dinâmica de apropriação de recursos naturais.

As linhas de crédito oferecidas às exportações (BNDES-Exim, Proex equalização, Proex financiamento, etc.) continuam sendo políticas relevantes de apoio à internacionalização das empresas brasileiras, principalmente bens de capital e serviços de engenharia. O elemento novo é a atuação direta do Estado visando suportar a expansão das empresas brasileiras, por meio da reorientação estratégica do BNDES, que criou uma linha de crédito específica para investimentos externos e outras estratégias (subscrição de ações, apoio à concentração e centralização de capitais domésticos, criação de filiais no exterior para captar recursos e prospectar mercados, etc.).

O BNDES implantou reformas significativas para apoiar o novo papel do Estado tanto no Brasil como no exterior, promovendo a presença das grandes empresas transnacionais brasileiras na África (como Vale, Andrade Gutierrez-Zagope, Camargo Corrêa, Odebrecht¹⁰⁸, Queiroz Galvão e Petrobrás¹⁰⁹), que cresceu significativamente, especialmente nos setores de energia, infraestrutura e minas (BNDES, 2013). Assim, investiu em infraestrutura na África, financiando obras dessas entidades corporativas de grande porte e fornecendo créditos.

Nogueira et al. (2017) observam que, a partir de 2013, houve uma queda de representatividade tanto dos investimentos privados como da cooperação para o desenvolvimento brasileira em Moçambique e no mundo. Os autores argumentam que esse processo pode ser decorrente de uma série de fatores, como a dificuldade de manutenção do apoio financeiro do BNDES às empresas brasileiras envolvidas na implementação dos megaprojetos em Moçambique.

A situação chama a atenção porque o BNDES passou a ser investigado pelo Ministério Público Federal e TCU a respeito da participação de empresas em escândalos de corrupção

¹⁰⁷ O banco abriu uma representação em Johannesburg para potencializar o apoio a países africanos.

¹⁰⁸ Entre os primeiros projetos da Odebrecht na África, destaca-se a construção da hidrelétrica de Capanda, em Angola, em 1984 (IPEA, 2018).

¹⁰⁹ Atualmente, as quatro primeiras estão entre as cinquenta empresas com maior índice de internacionalização do Brasil, estando a Odebrecht em 2º lugar (índice de 0,737%), a Camargo Corrêa em 18º (índice de 0,355), a Vale em 22º (índice de 0,274), e a Andrade Gutierrez em 36º (índice de 0,107), segundo o Ranking FDC das multinacionais brasileiras (FDC, 2017).

envolvendo o Governo Federal, tendo em vista também a concentração de vultuosos recursos para um número reduzido de grandes empresas que dominam determinadas regiões, como os casos investigados¹¹⁰ da construtora Odebrecht em Angola e Moçambique. Para se ter uma ideia, em 2013, o BNDES atingiu o recorde de R\$190 bilhões de crédito concedido. A partir dos cancelamentos de operações financiadas para as empresas, em 2016, esses números caíram bruscamente para R\$69,3 bilhões em 2018 (BNDES, 2019).

Cabe mencionar que os financiamentos e créditos concedidos pelo BNDES para a realização dos megaprojetos gerou dívidas a Moçambique. Desde o final de 2016, o país acumula parcelas do empréstimo do BNDES, diluído em um prazo de 15 anos. Até o segundo trimestre de 2019, o total atrasado no pagamento era de 118 milhões, com uma dívida total de U\$184 milhões (BNDES, 2019).

Uma reportagem da BBC Brasil¹¹¹ indica que, nos últimos anos, o banco tem buscado mudar a estratégia de atuação por meio da ampliação do volume de financiamento para micro, pequenas e médias empresas e da priorização de investimentos em setores com maior potencial de retorno social e econômico, isto é, infraestrutura e saneamento básico (BBC, 2019).

Os demais fatores levantados por Nogueira et al. (2017) a respeito da diminuição da representatividade brasileira relacionam-se a estagnação da economia brasileira, a redução dos recursos e apoio político para as políticas de cooperações em outros países, os efeitos da crise internacional de 2008, e a resistência da sociedade civil moçambicana, que se impõe contra os megaprojetos levados pelas empresas brasileiras (NOGUEIRA et al., 2017).

Não obstante a essa conjuntura, o Estado também mantém o apoio à expansão internacional de empresas brasileiras. O Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), firmado em 2015, entre Brasil e Moçambique, representa um novo modelo brasileiro de acordos de investimentos, elaborado pelo Itamaraty, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Ministério da Fazenda, em consultas com o setor privado, no qual “as partes incentivarão o envolvimento do setor privado, enquanto interveniente fundamental e diretamente interessado nos melhores resultados advindos deste Acordo” (ITAMARATY, 2015). O objetivo é incentivar o investimento através de mecanismo de diálogo intergovernamental, apoiando empresas brasileiras em processo de internacionalização para Moçambique e estimulando exportações (ITAMARATY, 2015).

¹¹⁰ As investigações referem-se ao pagamento de propinas pela Odebrecht a políticos, através de um departamento criado especificamente para a função (Setor de Operações Estruturadas), em troca de benefícios, como favorecimento em decisões governamentais, aprovação de leis e obras públicas.

¹¹¹ Subsidiária da British Broadcasting Corporation (BBC) no Brasil.

Capítulo 3.

UMA APROXIMAÇÃO ÀS CONTRADIÇÕES DO PROSAVANA

3.1 O Corredor de Nacala e a convergência de iniciativas na cadeia produtiva de *commodities* minerais e agrícolas

A Vale¹¹² é a principal investidora brasileira em Moçambique, posto que ocupa desde 2012. Atraída pelas descobertas de abundantes recursos naturais, a empresa brasileira começou a atuar no país em 2004, a partir da concessão para exploração das minas de Moatize (I e II), cujas operações foram iniciadas em 2011 [VALE, 2017?]. Compreende-se que a atuação da empresa em Moatize corresponde à lógica extrativista dos megaprojetos – responsáveis pelos níveis de crescimento do PIB de Moçambique e atravessadas pelas seis características identificadas por Castel-Branco (2008), já mencionadas no primeiro capítulo. Convém assinalar que ela é a quarta empresa que mais recebeu empréstimos do BNDES no período de 2004 até 2018, captando um total de R\$22,48 milhões (BNDES, 2019).

De acordo com a mineradora, tendo em vista o desafio de logística no país – devido às precárias condições das estradas e das ferrovias – e visando o aumento da capacidade de escoar o carvão da maior bacia carbonífera da África, esta adquiriu o controle da Sociedade de Desenvolvimento do Corredor do Norte (SDCN), que controlava ferrovias e portos em Moçambique e Malaui (VALE, 2011).

Em 2012, a empresa anunciou investimentos de US\$6,4 bilhões na expansão da mina de Moatize, o que incluía investimentos ostensivos no Corredor Logístico Integrado de Nacala (CLN), isto é, na construção e na reabilitação de um sistema de transporte integrado que contempla infraestruturas ferro-portuárias. A linha ferroviária conta com 912 km de extensão e permite que o transporte de mercadorias entre as minas de Carvão da Vale, a partir do distrito de Moatize, província de Tete, atravesse o Malaui e chegue ao Porto de Nacala, na costa marítima de Moçambique. Já o novo terminal portuário estende-se por cerca de 600 hectares, ao largo da baía de Nacala, e possibilita o acesso de diversas empresas à infraestrutura [VALE, 2017?].

As obras no corredor de Nacala mobilizaram um complexo arranjo institucional, com a participação de vários atores, uma vez que a região é rica em recursos naturais, condições naturais favoráveis e “potenciais de desenvolvimento” pela sua localização estratégica e

¹¹² Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/conheca-nossas-operacoes-mocambique.aspx>>. Acesso em: ago. 2019.

facilidade de acesso à Ásia dentro da África Austral (JICA, 2015). Verifica-se a atuação de países do Norte global, principalmente do Japão, que, por meio da agência JICA (uma das promotoras do ProSAVANA), com o apoio do Governo Moçambicano, junto ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e outros bancos, cofinanciou os projetos de melhoria das estradas que ligam as zonas do interior aos portos marítimos (como as estradas Nampula-Cuamba, Lichinga-Montepuez e Cuamba-Mandimba-Lichinga), bem como os projetos para o Porto de Nacala (JICA, 2015)¹¹³.

A concessionária Corredor Logístico Integrado do Norte (CLIN), uma associação entre a Vale (80%) e a estatal Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) (20%), envolve a construção da linha ferroviária. Já sua recuperação tem relação com a concessionária Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN), controlada pela Sociedade de Desenvolvimento do Corredor do Norte (SDCN) (com maior participação da Vale e menor de investidores nacionais moçambicanos) e pela CFM (GARCIA; KATO, 2016).

Ao final de 2014, devido à queda dos preços das *commodities*, bem como na tentativa de redução dos desembolsos e o riscos do negócio, a Vale fechou uma parceria com a japonesa Mitsui¹¹⁴, a segunda maior empresa comercial do Japão, vendendo parte de sua participação na mina de Moatize (19%) e no Corredor de Nacala (65%), compartilhando o controle do sistema de logística do Corredor com a Mitsui (NOGUEIRA et al., 2017).

Inaugurado posteriormente, em 2016, o Corredor Logístico de Nacala foi fundamental para o aumento do escoamento da produção de carvão de Moatize, que saltou de 3,8 milhões de toneladas métricas (Mt) em 2012 para 11,3 Mt em 2017. Além de otimizar a estimativa da capacidade operacional total das minas, que passou a ser de 22 Mt (VALE, 2019), o Corredor é dotado de notável importância estratégica para os investimentos na região, nos planos de desenvolvimento do país, repercutindo, também, na reconfiguração do território, reordenando-o de forma a contribuir com o desempenho das grandes cadeias agropecuárias e minerais (GARCIA; KATO, 2016).

Além da exploração de carvão em Moatize e sua exportação, a JICA (2015) destaca como “forças motrizes pujantes para o desenvolvimento da Região do Corredor de Nacala”, com potencial de transformação de sua estrutura: a exploração de gás natural e a produção de Gás Natural Liquefeito (GNL), o desenvolvimento da Zona Económica Especial de Nacala

¹¹³ Além disso, estão construindo estradas e buscando a construção de linhas férreas em Malaui e Zâmbia, para além do Corredor de Nacala (JICA, 2015).

¹¹⁴ Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20150203/desafios-murilo-ferreira/228805>>. Acesso em: nov. 2019.

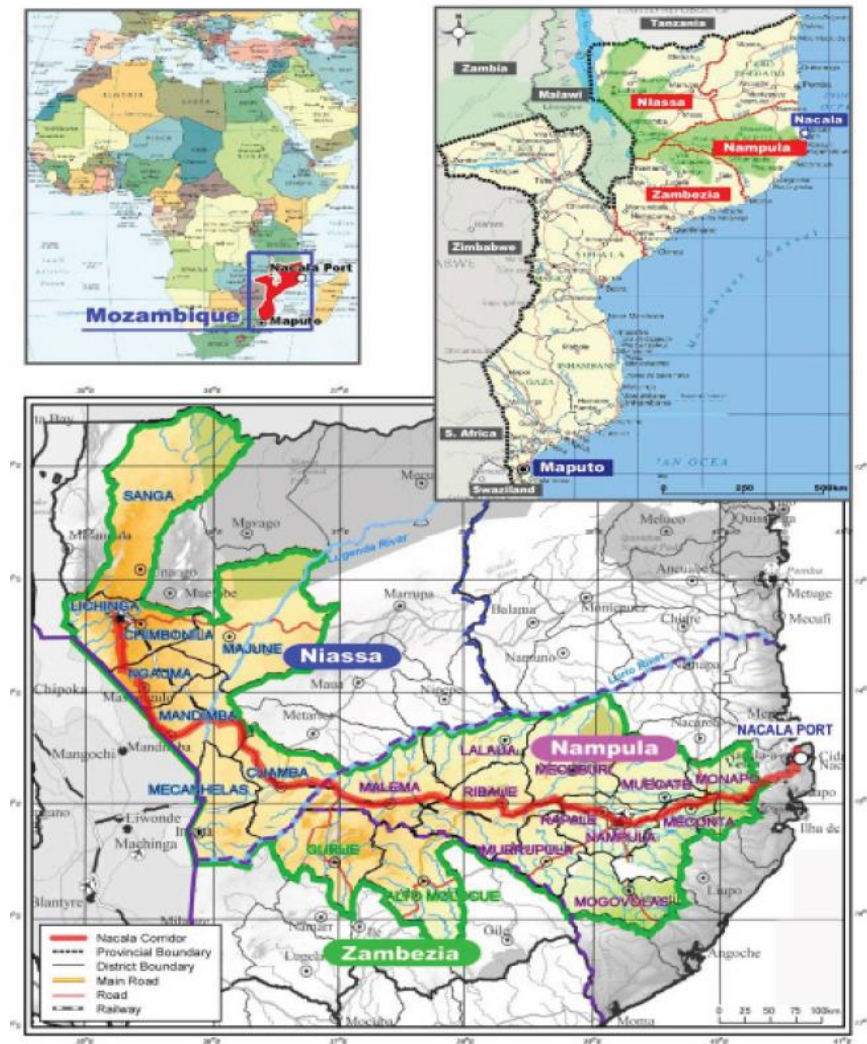
(ZEE) e a implementação de projetos de transportes que darão sustentação ao Corredor de Nacala (JICA, 2015).

O desenvolvimento da ZEE, com investimento de 1,2 bilhão de dólares para a realização de cerca de 53 projetos de agro-processamento, é uma iniciativa do Banco Mundial. Em 2010, a instituição realizou um estudo para desenvolver um projeto de polos de crescimento no Corredor de Nacala. Para isso, o Banco selecionou as províncias de Tete e de Nampula para a implementação de projetos-piloto (BANCO MUNDIAL, 2010). Garcia e Kato (2016) apontam que o projeto do Banco Mundial revela uma estreita relação com as iniciativas de consolidação da infraestrutura do Corredor de Nacala e com o ProSAVANA.

No decorrer da implementação do ProSAVANA e em meio às suas polêmicas e conflitos (a serem discutidos ao longo do capítulo), a agência japonesa JICA firmou com o governo moçambicano o Projeto das Estratégias de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala (PEDEC - Nacala), em abril de 2012. De acordo com Garcia e Kato (2016) este estaria articulado ao projeto do Banco Mundial. O projeto apresenta um conjunto de estratégias, denominadas “Estratégias Integradas de Desenvolvimento” para toda a região do Corredor de Nacala e suas áreas adjacentes, com o objetivo de promover o “Desenvolvimento Dinâmico e Inclusivo” voltado para a relação dinâmica entre o desenvolvimento dos recursos minerais, do corredor de transporte, de outros setores econômicos, além da “necessidade inclusiva da gestão ambiental, do desenvolvimento de recursos humanos e do desenvolvimento institucional” (JICA, 2015, p. 1).

Assim, o Corredor de Nacala permite o alinhamento de distintos interesses, no âmbito de atuação do PEDEC, associados aos investimentos em outros corredores de transporte regionais, por via do facilitamento da logística entre Moatize até o Porto de Nacala (UNAC; GRAIN, 2015), como se pode observar no seguinte mapa.

Figura 2 – Mapa do Corredor de Nacala

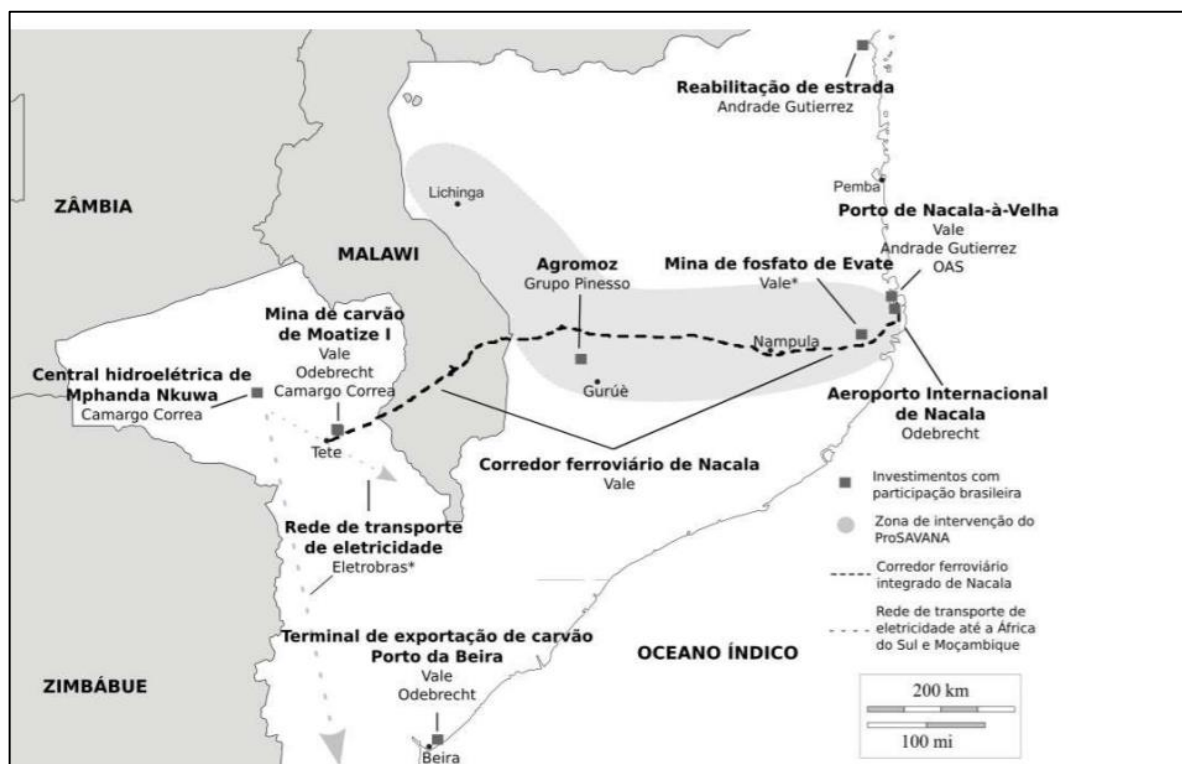


Fonte: MASA (2015)

Estudos recentes (UNAC; GRAIN, 2015)¹¹⁵; (NOGUEIRA et al., 2016); (GARCIA; KATO, 2016); (BRUNA, 2019); (KATO, 2019) revelam a força catalizadora da Vale, cujos investimentos geraram a dinamização do Corredor de Nacala como um corredor logístico, atraindo para essa região grandes empresas brasileiras para avançar a revitalização da cadeia logística e construção de infraestruturas de apoio aos principais megaprojetos, que formaram uma rede de vários grandes investimentos nos setores da mineração, infraestrutura e agronegócio, criando uma espécie de “polo brasileiro” na região, como ilustra o mapa a seguir.

¹¹⁵ Relatório Os Usurpadores de Terras do Corredor de Nacala: Uma nova era de luta contra plantações coloniais no Norte de Moçambique (2015). Disponível em: <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/grain-5136-os-usurpadores-de-terras-do-corredor-de-nacala-1.pdf>>. Acesso: dez. 2019.

Figura 3 – Mapa dos investimentos brasileiros nos setores de mineração, infraestrutura e agronegócio em Moçambique (atuais e planejados)



Fonte: Nogueira et al. (2017)

Vê-se que as operações da Vale também favoreceram a expansão das atividades de grandes construtoras brasileiras, como Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez-Zagope e OAS para o desenvolvimento dos sistemas de logística, o que também possibilitou a ampliação das operações dessas empresas em outros megaprojetos pelo país. A mineradora contratou empreiteiras brasileiras como a Odebrecht e a Camargo Corrêa para a implantação de Moatize I, além da construção da estrutura logística de duplicação da ferrovia e construção de um ramal que permite o transporte de mercadorias da mina de Moatize ao Porto de Nacala. A Odebrecht também se encarregou pela construção de casas para as famílias desapropriadas e realizou a construção da usina de beneficiamento de carvão mineral (UNAC; GRAIN, 2015).

Em Moçambique, a Odebrecht ainda foi responsável pela construção do Aeroporto Internacional de Nacala¹¹⁶ no norte do país, em 2011 (com crédito de US\$125 milhões do BNDES) e aposta no projeto de implantação de um *Bus Rapid Transport* (BRT), um corredor expresso de ônibus que se estenderia do norte ao sul da capital moçambicana (com investimento

¹¹⁶ Conhecido como “o aeroporto fantasma”, foi projetado para atender 500 mil passageiros por ano e recebia menos de 20 mil, de acordo com uma reportagem da BBC News Brasil em 2017.

de US\$220 milhões, dos quais US\$180 milhões financiados pelo BNDES) (BNDES, 2019). Conforme Rossi (2005), a construtora ainda tem interesse na produção agrícola no Corredor de Nacala.

Além do consórcio com a Odebrecht nas operações que envolvem a mina da Vale, a Camargo Corrêa ganhou a concessão para construir a usina hidrelétrica de Mphanda Nkuwa, no rio Zambeze, em parceria com as moçambicanas Eletricidade de Moçambique (EDM) e Insitec, um grupo de investimento que pertence a Armando Guebuza (que presidiu Moçambique até 2014 e ainda detém importante poder político no país) (NOGUEIRA, 2016). A construção do megaprojeto (planejada para ser a segunda maior usina do país) e de um sistema de transmissão de 1.500 km integrando o norte ao sul (investimento de US\$ 5 bilhões) teve início em 2019. A Camargo Corrêa ainda desenvolve negócios em Moçambique nas áreas de produção de cimento, tendo adquirido 51% da empresa Cimento de Nacala (Cinac), do grupo moçambicano Insitec, em 2010. Nos anos seguintes, ampliou a atuação no setor e adquiriu também 95% da empresa Cimento de Portugal (Cimpor) (SCHLESINGER, 2013).

Já a Construtora Andrade Gutierrez-Zagope é responsável pela construção do Porto de Nacala-à-Velha em parceria com a OAS (investimento estimado em US\$1,6 bilhão). A construtora também realizou obras de reabilitação de estradas na província de Cabo Delgado, no norte do país (ZAGOPE, 2011). No Sul, na província de Maputo, ganhou a concessão para construir a Barragem hidroelétrica de Moamba Major¹¹⁷, Projeto financiado pelo BNDES (com crédito de US\$320 milhões) (BNDES, 2019).

No que se refere ao desenvolvimento agrícola, a Vale levou para Moçambique a FGV AGRO, ligada à Fundação Getúlio Vargas (FGV), para estudar o potencial regional de produção de biocombustíveis (ROSSI, 2015). A mesma instituição brasileira de consultoria que, posteriormente, foi contratada para preparar a participação do Brasil no Plano Diretor do ProSAVANA (NOGUEIRA et al., 2016) e atuou na promoção das ações do ProSAVANA, inclusive, na mobilização de investimentos privados através do chamado Fundo Nacala lançado em 2011 e estimado em US\$2 bilhões (VUNJANHE; ADRIANO, 2015).

A pioneira na produção de soja em Moçambique, dentre as empresas brasileiras, é o Grupo Pinesso¹¹⁸ (oriundo do Mato Grosso do Sul). A expansão para o continente africano

¹¹⁷ As obras foram interrompidas devido ao corte do financiamento por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES), na sequência dos escândalos de corrupção que afetam o Brasil. O financiamento era parte de um pacote financeiro de 4,7 mil milhões de dólares (4,1 mil milhões de euros) assegurados pelo BNDES a países africanos (DN, 2018).

¹¹⁸ Posteriormente, o Grupo Pinesso passou a enfrentar uma crise financeira, com dívida de aproximadamente R\$ 570 milhões e recorreu à recuperação judicial em 2015. Em o processo de recuperação judicial e o litisconsórcio ativo das empresas que integram o grupo foi deferido (TJ-MS, 2016). De acordo com o advogado do Grupo, a

aconteceu em 2009 por meio de projeto piloto, com o objetivo de cultivar 35 mil hectares entre soja e algodão, no Sudão e em Moçambique (GAZETA DIGITAL, 2012)¹¹⁹. Vale mencionar, ainda, a atuação da Petrobras Biocombustível, sócia da empresa brasileira Guarani em uma usina de produção de açúcar em Moçambique. Em 2012, a estatal anunciou o investimento de 20 milhões de dólares para a produção também de etanol. Segundo o diretor de Etanol da Petrobras Biocombustível¹²⁰, Ricardo Castello Branco, os dados mostram uma oportunidade para o etanol brasileiro e seria importante retomar o perfil de crescimento da produtividade da cana e viabilizar o aumento da produção por hectare. A meta seria “colocar em operação a primeira unidade de produção comercial de segunda geração da companhia já em 2015” (AGÊNCIA PETROBRAS, 2012)¹²¹.

Identifica-se, nesse sentido, uma ação de controle e exploração favoráveis a parcelas dos capitais brasileiros ao longo do Corredor. Com o objetivo de analisar as oportunidades de negócios que surgirão nos setores da agricultura, mineração e logística decorrentes do desenvolvimento dos projetos de implementação de infraestruturas, assim como pela execução das estratégias de desenvolvimento preconizadas pelo PEDEC-Nacala, por solicitação do governo de Moçambique, a JICA elaborou o Relatório de Análise para o Plano Diretor Estratégico de Fortalecimento da Rede Ampla de Logística para Agricultura e Recursos Naturais do Corredor de Nacala (JICA, 2015).

O relatório de 2015 revela as estratégias de desenvolvimento do PEDEC-Nacala voltadas à implementação de uma rede ampla de logística para fortalecer a “Função de transporte multi-modal”, capaz de interligar de forma funcional os transportes ferroviário, rodoviário e marítimo. De acordo com a JICA (2015), a conclusão desta rede reduzirá o custo de transporte das regiões e países interiores a abranger a Região do Corredor de Nacala (no Malaui e a região leste de Zâmbia). Conforme preconizado nas estratégias de desenvolvimento do PEDEC-Nacala, também possibilitará oportunidades de participação do setor privado no

situação é decorrente do excesso de chuva nas lavouras do Mato Grosso e Piauí e variação de preço das *commodities* no mercado internacional e aumento da taxa de juros bancários (CAMPO GRANDE NEWS, 2015).

¹¹⁹ Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/noticias/africa-se-torna-nova-aposta_150892.html>. Acesso em: nov. 2019.

¹²⁰ À medida em que passou a priorizar investimentos nos campos do pré-sal para otimizar a geração de caixa e reduzir sua dívida, em 2016, a Petrobras divulgou sua saída do mercado de produção de etanol e biodiesel, com prazo de sair totalmente do setor até 2021. Em dezembro de 2016 foi assinado o contrato de venda da totalidade da participação da Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO) na Guarani S.A. (Guarani), com o pagamento de US\$ 202,75 milhões pela francesa Tereos Participations SAS. Disponível em: <<https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/concluida-a-venda-da-participacao-da-petrobras-biocombustivel-na-guarani.htm>> Acesso em: nov. 2019.

¹²¹ Disponível em: <https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=974613>. Acesso em: nov. 2019.

estabelecimento da cadeia de valor tanto para o setor agrícola como para o setor de recursos minerais.

Conforme a JICA (2015), essa rede ampla fortalecida favorecerá a atuação do setor privado em uma série de negócios nas seguintes áreas:

- Fornecimento de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes, pesticidas);
- Financiamento e manutenção de máquinas agrícolas;
- Produção agrícola;
- Distribuição intermediária de produtos agrícolas: recolha de produtos agrícolas, distribuição intermediária, administração de terminais;
- Processamento de produtos agrícolas (o relatório indica, em termos de cultura de rendimento promissoras: soja, algodão, tabaco, batatas, verduras, cana-de-açúcar e castanha de caju).

Já com relação aos empreendimentos voltados ao estabelecimento da cadeia de valor no setor de recursos minerais, destacam-se:

- Fornecimento de bens para a exploração de recursos minerais (equipamentos de construção e peças de reposição);
- Exploração de recursos minerais;
- Transporte ligado à mineração;
- Geração de energia aproveitando os recursos minerais;
- Processamento de recursos minerais.

Para aproveitar a oportunidade de ampliação da abrangência em termos de logística e comercial em Nacala e da possível instalação de indústrias manufatureiras, as estratégias de desenvolvimento do PEDEC-Nacala incluem os seguintes projetos de alta prioridade: Projeto de Reforço da Capacidade de Transmissão e Distribuição de Energia entre Nampula e Nacala; Projeto de Central Térmica de Nacala; Projeto de Barragem de Sanhute; Estudo de Desenvolvimento de Recursos Hídricos do Rio Lúrio e Planejamento do Abastecimento de Água da Área Metropolitana de Nacala; Projeto de Capacitação do GAZEDA para Implementação e Gestão de Zonas Econômicas Especiais e Parque Industrial; Projeto de Implantação da Área de Cinturão Industrial de Nacala e Projeto de Implantação do Parque Industrial de Nacala (JICA, 2015).

Para além disso, o relatório da JICA (2015) mostra o interesse de mercado nos países do Sul da Ásia e do Oriente Médio. É prevista a instalação de indústrias manufatureiras para o processamento de matérias-primas obtidas na Região do Corredor de Nacala, voltadas para as seguintes atividades: processamento de produtos agrícolas, como soja, girassol, semente de

algodão, óleo de sésamo; produção de alimentos à base de castanha de caju; produção de suco de frutas; produção de fio de algodão e tecido de algodão; produção de aparas de madeira; produção de papel e celulose; refinaria (de petróleo importado); produção de ácido fosfórico (a partir de rocha fosfática de Monapo); produção de metanol e amônia (a partir de gás natural da Bacia de Rovuma); cimento (a partir de calcário local). Espera-se, na fase posterior, a entrada de indústrias manufatureiras dotadas de canais de vendas ao mercado externo.

Observa-se, portanto, que existe um alinhamento entre os planos do governo moçambicano e os interesses dos investidores privados, cooperação internacional e agências internacionais para a exploração integrada do Corredor de Nacala, que inclui o desenvolvimento do agronegócio, indústria extrativa e infraestruturas. Ratificando esta percepção, em entrevista concedida à BBC, em 2011, o então presidente da Vale, Murilo Ferreira, afirma ter “esperança de que os investimentos na região criem um polo de desenvolvimento, atraindo indústria e agricultura de soja e etanol”, acrescentando, ainda, que técnicos da Embrapa estariam em Moçambique “para avaliar a possibilidade de utilização do solo ao longo do polo previsto pela Vale”¹²². Estudos recentes relatam, ainda, as conexões entre a Vale e o ProSAVANA, que começaram em 2010, antes mesmo de o programa ser formalmente apresentado, quando a mineradora brasileira financiou o primeiro zoneamento do potencial agrícola de diferentes regiões em Moçambique no âmbito do planejamento do ProSAVANA (NOGUEIRA et al., 2016).

Cabe explicitar que, além de ter sido patrocinada pela Vale, esta ação foi solicitada pelo Ministério das Relações Exteriores e executada pela equipe da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Projetos. É importante sublinhar que, dentre inúmeras outras questões, foi constatado que a Vale e o ProSAVANA se beneficiariam da linha férrea que liga Moatize ao Porto de Nacala, tanto pela grande capacidade de transporte de mercadorias como pela proximidade do mercado asiático (NOGUEIRA et al., 2016); (BRUNA, 2019).

Como visto no segundo capítulo, a Embrapa tem conduzido suas equipes técnicas na promoção de pesquisas na cadeia de valor da soja e outras culturas no Corredor de Nacala para o avanço das ações do ProSAVANA. Não por coincidência, na mesma região, a Vale estudou a possibilidade de adquirir uma mina de fosfato, a mina de Evate, a maior jazida de fosfato em Moçambique (matéria-prima necessária para a produção de fertilizantes).

Para o efeito, a empresa adquiriu a concessão da mina e, considerando a construção de um complexo para a produção dos insumos (SCHLESINGER, 2013), injetou cerca de 20

¹²² Ver matéria completa. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/10/111019_maputo_invest_dg_rc>. Acesso em: out. 2019.

milhões de dólares, sem contudo ter chegado a explorá-la. A ideia é que a iniciativa potencialize a demanda de fertilizantes na região, colaborando com o estabelecimento de uma base do agronegócio no Corredor de Nacala. No momento, o governo de Nampula está mobilizando e avaliando os investidores interessados na exploração desse minério¹²³.

A iniciativa mais recente da Vale foi concluída em 2018, referente ao desembolso dos recursos do *Project Finance* para o Corredor Logístico de Nacala (CLN) – uma modalidade de estruturação financeira para a realização de projetos –, contando com o apoio em todos os níveis dos Governos de Moçambique e do Malaui, que possibilitou os enquadramentos regulatórios, financeiros e legais que apoiam o *Project Finance*. De acordo com a empresa brasileira, espera-se que a iniciativa se torne um “cartão de visita” e uma “referência para a atração de outros investimentos de larga escala em ambos os países” (VALE, 2018).

Assim como nas ações da Vale, no caso do ProSAVANA, os investidores brasileiros foram priorizados enquanto principais grupos nas fases iniciais, mas, como visto, não foram beneficiários exclusivos das intervenções. Ainda não foram identificadas fontes que atestem a implementação concreta recente do ProSAVANA que, por ora, encontra-se paralisado (os motivos serão abordados no próximo ponto). No entanto, o Governo insiste na iniciativa e defende que o ProSAVANA é fundamental para que se avance na transformação do setor da agricultura, por facilitar o ambiente tecnológico e institucional necessário para a implementação ostensiva de investimentos do agronegócio (NOGUEIRA et al., 2017).

De acordo com Funada-Classen (2013), já há investimentos voltados para o agronegócio que incluem atores relacionados ao ProSAVANA. Um exemplo disso é a criação da empresa Agromoz a partir da fusão entre o Grupo Pinesso, Inteltec Holdings (empresa moçambicana de propriedade do ex-presidente Armando Guebuza que atua na produção de soja) e Grupos Américo Amorim de Portugal, que controla a Galp Energia, a quem a instituição FGV presta serviços de consultoria voltadas para o agronegócio (DECLARAÇÃO CONJUNTA, 2013); (FUNADA-CLASSEN, 2013). Conforme informa Hanlon e Smart (2012), a empresa Agromoz obteve 10.000 ha de terras para a produção de soja, milho e algodão em larga escala na área de atuação do ProSAVANA.

Como resultado dos investimentos no Corredor de Nacala, há o aprofundamento de tensões referentes ao controle de terras e exploração de recursos naturais nessa região (MARTINS KATO, 2019), tendo em vista que o Corredor corresponde também a uma das áreas

¹²³

Informações

disponíveis

em:

<http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/africa/2017/11/49/Mocambique-Governo-procura-investidora-para-explorar-fosfato-Evate,48b633eb-3906-47ae-8088-752eb60d6c35.html>. Acesso em: ago. 2019.

mais férteis e povoadas de Moçambique, sobretudo, por camponesas e camponeses, que mantêm seus sistemas de produção alimentar de base familiar e comunitária. Nesse sentido, o ProSAVANA executa uma função fundamental de abertura de novos territórios para o avanço acumulação primitiva de capital (KATO, 2019).

Com efeito, Funada-Classen (2013), ao discutir o relatório do ProSAVANA que aborda os resultados da análise SWOT, evidencia a existência de conflitos de terras entre agricultores locais e empresas do agronegócio em vários distritos correspondentes a quatro das seis zonas de atuação do ProSAVANA (processo a ser discutido no ponto 3.3). Cabe resgatar que os interesses estruturantes no Corredor de Nacala tornaram-se ainda mais evidentes com o lançamento oficial em abril de 2013, em Moçambique da (já discutida) NAFSN, de acordo com a ADECRU¹²⁴, a “última e violenta fase de ajustamento estrutural do século XXI”. Estão na linha de frente da operacionalização desta iniciativa em Moçambique: Banco Mundial, Programa Mundial de Alimentação, AGRA, JICA, USAID e corporações transnacionais do agronegócio, interessadas no ProSAVANA e que vêm criando condições para a implementação do modelo agrícola proposto pelo programa (SCHLESINGER, 2013).

3.2 Caracterização do ProSAVANA

Em setembro de 2009, na ocasião de uma missão conjunta a Moçambique, o Memorando de Entendimento que deu início oficial ao ProSAVANA é assinado pelos representantes da JICA (Kenzo Oshima), da ABC (Marco Farani) e do Ministério da Agricultura de Moçambique (Soares Nhaca) (ABC; JICA; MINAG, 2009). O programa prevê o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala e compreende uma extensão de 107.002 km², abrangendo 19¹²⁵ distritos de três províncias populosas (Nampula, Niassa, Zambézia), onde habitam aproximadamente 4.287.415 pessoas (BRUNA, 2019), conforme indica a figura abaixo.

¹²⁴ Ver posicionamento da ADECRU completo. Disponível em: <<https://adecru.wordpress.com/2013/04/08/posicao-da-adecru-sobre-a-nova-alianca-para-a-seguranca-alimentar-e-nutricional-em-mocambique-2/>>. Acesso em: dez. 2019.

¹²⁵ Os distritos-alvo são os seguintes: Monapo, Meconta, Muecate, Mogovolas, Nampula, Murrupula, Mecuburi, Ribáuê, Lalaua and Malema, Lichinga, N'Gauma, Mandimba, Cuamba, Sanga, Majune, Mecanhelas, Gurue e Alto Molocue (MINAG et al., 2013).

Figura 4 – Mapa do ProSAVANA



Fonte: Plataforma do ProSAVANA.

Previsto para um prazo de aproximadamente 20 anos, o ProSAVANA é dividido em duas fases: a primeira, chamada de “Preparação do Programa”, é constituída de quatro componentes: estudo preliminar; melhora das capacidades físicas e institucionais em pesquisa e difusão do conhecimento agrícola; desenvolvimento de um Plano Diretor; e criação de novos modelos de desenvolvimento (MINAG et al., 2013). Tais componentes deram origem às três etapas da primeira fase, denominadas: ProSAVANA-PI, ProSAVANA-PD e ProSAVANA-PEM. Já a segunda fase corresponde à “Execução”, na qual os modelos criados na fase anterior serão expandidos (ABC, JICA, MINAG, 2009; SCHLESINGER, 2013; EKMAN, MACAMO, 2014; KUSS, 2017).

Tabela 3 – Fases do ProSAVANA

Fase	Componentes	Período	Recursos
Fase 1 – Preparação do Programa	Estudo Preliminar	2009-2010	Não informado
	ProSAVANA – PI	2011-2016	US\$13,5 milhões
	ProSAVANA – PD	2012-2013	US\$7,7 milhões
	ProSAVANA – PEM	2013-2019	US\$15 milhões
Fase 2 – Execução do Programa	Expansão dos modelos de desenvolvimento	Até 2030	Não informado

Fonte: Elaboração com base em Kuss (2017); ABC, JICA, MINAG (2009) e Nogueira e Ollinaho (2013).

3.2.1 ProSAVANA-PI: Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e Transferência de Tecnologia

Estava previsto para ser realizado no período de 5 anos (2011 a 2016), com o valor de US\$13,5 milhões, coordenado pelos governos do Brasil, Japão e Moçambique, representados pela ABC, JICA e MINAG, respectivamente. Além disso, apoiado tecnicamente pela Japan International Research Center for Agricultural Sciences (JICARS), Embrapa e Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM).

O objetivo central apresentado é a melhoria da capacidade de pesquisa do IIAM e a transferência de tecnologia agrária adequada na Região do Corredor de Nacala, por meio de cinco atividades:

- (i) fortalecimento da capacidade operacional dos centros zonais de pesquisa Nordeste e Noroeste do IIAM, por meio da capacitação de pessoal, desenvolvimento das infraestruturas para fomentar a capacidade de investigação de dois laboratórios em Lichinga e Nampula;
- (ii) avaliação dos recursos naturais e das condições socioeconômicas na área de implementação do projeto;
- (iii) desenvolvimento de tecnologias de melhoramento do solo, incluindo tecnologias de conservação, para a agricultura no Corredor de Nacala;
- (iv) desenvolvimento de tecnologias compatíveis com o local de cultivo e pecuária no Corredor de Nacala, através da avaliação e análise de materiais disponíveis no país, além das possibilidades de introdução de variedades melhoradas e de micro-organismos pelas instituições articuladas ao financiamento de projetos de investigação;
- (v) desenvolvimento, validação e implementação de nova tecnologia agrícola nas duas unidades demonstrativas próximas às estações de Lichinga e Nampula, bem como o desenvolvimento de modelos de apoio aos agricultores, para que estes possam decidir sobre o sistema de cultivo mais adequado.

Em termos de resultados desde 2011, verifica-se o aumento do número de produtores de soja na região; o fortalecimento da capacidade de investigação do IIAM, entre outros, pela ampliação das infraestruturas e modernização dos laboratórios, contínua capacitação das equipes e aumento da capacidade de recepção de amostras de solos; Ademais, a realização de atividades voltadas ao desenvolvimento de tecnologias agrícolas no Norte e Centro (MOSCA, BRUNA, 2015).

3.2.2 ProSAVANA-PD

Inicialmente previsto para ser realizado no período de dois anos (de 2012 até 2014), com valor de US\$7,7 milhões e coordenado pelos governos do Brasil, Japão e Moçambique, representados pela ABC, JICA e MINAG, respectivamente. Conta com a execução da *Oriental Consultants Co., Ltd.*, *NTC International Co. Ltd.*, *Task Co. Ltd.* (contraparte japonesa); FGV Projetos (contraparte brasileira); e MINAG (contraparte moçambicana).

De acordo com os promotores da iniciativa, esta etapa objetiva a elaboração de um Plano Diretor que fomente o Desenvolvimento Agrícola e colabore com o desenvolvimento social e econômico, com o intuito de criar um sistema de produção sustentável e reduzir a pobreza no Corredor de Nacala, contemplando especialmente os pequenos produtores. Assim, prevê-se uma transformação estrutural do setor agrícola, bem como da economia do Corredor de Nacala, após a implementação do Plano Diretor e dos projetos.

A princípio, a FGV Projetos e o consórcio de empresas japonesas foram responsáveis pela elaboração do Plano Diretor de forma não integrada, com apresentação prevista para maio de 2013. Entretanto, após diversas manifestações e críticas por parte da sociedade civil, a coordenação do ProSAVANA passou a incorporar setores participativos, por meio de reuniões com as diferentes partes interessadas e os documentos iniciais foram alterados. O atraso fez com que o documento apenas fosse apresentado em março de 2015, ao invés de maio de 2013¹²⁶ (MOSCA, BRUNA, 2016).

Destaca-se que o Plano é dividido em duas partes. A primeira, desenhada pela FGV Projetos, consiste no zoneamento da região que busca indicar características comuns de cada zona para definir uma estratégia agrícola para cada área de acordo com as condições socioambientais do local. Nesse sentido, propõe-se, a princípio, o Fundo Nacala¹²⁷, como uma alternativa de financiamento aos pequenos agricultores locais e os grandes investidores internos e externos (PROSAVANA-PD, 2013).

¹²⁶ Para acessar as Reuniões do ProSAVANA com a Sociedade Civil, ver o documento do ProSAVANA NOTA CONCEITUAL-PD. Disponível em: <<http://www.prosavana.gov.mz/prosavana-pd-debate-proposta-de-nota-conceitual/?lang=pt-pt>>. Acesso em: dez. 2019.

¹²⁷ Refere-se a uma iniciativa lançada em julho de 2012, com o apoio da coordenação do ProSAVANA. A gestão da iniciativa é da FGV Projetos em conjunto com a empresa I.Green, no intuito de atrair investimentos para o desenvolvimento agrário da região (FGV, 2012).

Figura 5 – Mapa de zoneamento da área do ProSAVANA



Fonte: ProSAVANA- PD

A versão do PD de 2013 afirma que conglomerados para o desenvolvimento agrícola são abordagens para acelerar o desenvolvimento na área de um determinado território. É fundamental para o desenvolvimento dessas estratégias o estabelecimento de uma ou mais cadeias de valor, com potencial de convergências de ações, a fim de unir esforços para a sua realização em período inferior ao que poderia ser obtido na ausência de ações integradas e específicas (PROSAVANA, 2013).

Conforme Schlesinger (2013), os conglomerados de produção, definidos a partir do zoneamento, configuram-se como a base para o desenvolvimento político, social e econômico do Corredor de Nacala. Cada um dos conglomerados deve abranger inúmeros fornecedores agrícolas, industriais e empresas de serviços, com envolvimento de produtores nacionais, estrangeiros e pequenos produtores moçambicanos.

Figura 6 – Mapa dos conglomerados no Corredor de Nacala



Fonte: ProSAVANA-PD

Cada um dos sete conglomerados, quais sejam: i) integrado de grãos, ii) produção familiar de alimentos, iii) produção de grãos e algodão, iv) produção de caju, v) combinado de produção de grãos e alimentos, vi) produção de chá, vii) infraestrutura agrícola de Cuamba, comportam as seguintes características:

Tabela 4 – Conglomerados agrícolas do ProSAVANA - PD

Conglomerado	Principal categoria de produção	Localização inicial sugerida	Componentes possíveis
Integrado de Grãos	Empresarial	Zona VI: Majune, expansível para a Zona V: N'gauma	Soja, Milho, Girassol, Capim elefante e Avicultura
Familiar de Alimentos	Familiar	Zona III: Malema	Milho, Mandioca, Algodão, Hortícolas e Amendoim
Grãos	Empresarial de Média e Grande Escalas	Zona V: Planície de Lioma (Posto Administrativo de Lioma, Gurué)	Soja, Milho, Algodão e Avicultura
Caju	Empresarial Média e Familiar	Zonas I e II: Monapo, Mogovolas, Meconta, Muecate	Castanhas de Caju, Milho, Feijões, Mandioca, Amendoim, Gergelim, Hortícolas e Eucalipto
Integrado de Alimentos e Grãos	Todas as categorias	Zona III: Ribáuè	Soja, Milho, Algodão, Sementes, Hortícolas e Avicultura
Chá	Empresarial Média	Zona IV: Gurué e Familiar	Chá
Infraestrutura Agrícola	Atividades não agrícolas	Zona V: Cuamba	Infraestrutura, logística, insumos e serviços

Fonte: ProSAVANA-PD

Já a segunda parte, elaborada pelo consórcio de empresas japonesas, abarca uma avaliação dos Projetos de Rápido Impacto (PRI), que foi uma iniciativa de incentivo de crédito a empresas privadas locais pelo *ProSAVANA Development Initiative Fund* (PDIF), no valor inicial de US\$750 mil, com a articulação da empresa público-privada moçambicana GAPI e a Direção Provincial da Agricultura (DPA) (FINGERMAN, 2014). De acordo com Mosca e Bruna (2015), a alocação dos fundos do ProSAVANA foi iniciada em 2012 e cinco empresas privadas locais foram selecionadas e financiadas. Como detalhado na tabela a seguir, estas empresas atuaram no cultivo de soja, milho, feijão e girassol, amendoim, tomate, cebola, hortigranjeiros, alho, repolho, cenoura, assim como a multiplicação de sementes, envolvendo agricultores familiares por meio de contratos de integração.

Tabela 5 - Empresas selecionadas no PDIF

Empresa	Distrito	Produtos	Valor (MT 1.000)
Lozane Farms	Alto Molocue	Sementes (soja e milho), soja, hortigranjeiros	2.500
Ikuru	MonapoMogovolas	Girassol em Monapo e amendoins em Mogovolas	2.860
Oruwera	Murrupula Mogovolas	Sementes de milho, amendoim e girassol	2.800
Matharia	Ribaue	Soja e tomate	1.640
Santos Agrícola	Meconta	Tomate, cebola, alho, repolho e cenoura	1.680

Fonte: ProSAVANA- PD

O objetivo dos Projetos de Rápido Impacto (PRI) é a atração de doadores, tendo em vista o financiamento dos projetos propostos no Plano Diretor do Corredor de Nacala. Cabe ressaltar que os PIR a serem desenvolvidos pelo setor privado detêm autonomia no processo de formulação e implementação. Para acessar o financiamento do ProSAVANA, no entanto, a formulação das atividades serão coordenadas pelo órgão executivo do ProSAVANA, junto a empresas do agronegócio e órgãos do governo.

Tabela 6 – Projetos de Rápido Impacto no setor privado

	Projetos do Setor Privado	Localização	Zona
1	Expansão do setor avícola	- Lichinga	VI
2	Produção de soja sob contrato	- Lichinga	VI
3	Indústria de processamento de mandioca e produção de mandioca e outras culturas sob contrato com agricultores familiares	- Lioma (ou nos distritos de Malema, Cuamba ou Gurué)	III/V
4	Produção de soja sob contrato	- Lioma, distrito de Gurué	V
5	Produção de sementes sob contrato	- Distrito de Ribaue - Distrito de Mecubri	III I
6	Projeto de revitalização da indústria de chá: promoção da produção de chá sob contrato	- Distrito de Gurué	IV
7	Promoção da produção sob contrato com agricultores familiares de diversas culturas	- Distrito de Meconta (Namialo) - Distrito de Ribaue (Iapala)	I III
8	Construção de indústria para a produção de ração para aves e de farinha	- Distrito de Cuamba	V

Fonte: ProSAVANA-PD

Em março de 2015, é publicado o PD-Versão Zero, elaborado pelo MASA, com as Direções Provinciais de Agricultura (DPA) e com a assistência técnica de consultores do Japão e Brasil. O PD apresenta três fases: 1) de 2015 a 2020 - consolidação da base do desenvolvimento; 2) de 2021 a 2025 - etapa do crescimento; e, 3) 2025 a 2030 - período de amadurecimento do desenvolvimento (MOSCA; BRUNA, 2015).

Esta versão do PD foi financiada, sobretudo, por fundos japoneses a consultores brasileiros. De acordo com Mosca e Bruna (2015), com base num documento do Ministério de Negócios Estrangeiros do Japão, estima-se que, no total, foram investidos cerca de 4 milhões de dólares desde o início (com o Projeto de Preparação do Plano Diretor até março de 2013). A realização de sete renovações do orçamento custaram o aumento do orçamento do PD para 6,5 milhões.

Em resposta às manifestações críticas da sociedade civil, os princípios orientadores iniciais do Plano Diretor sofreram modificações. Mosca e Bruna (2015) desenvolvem um estudo detalhado dessas transformações, destacando quatro pontos: 1) Inicialmente, o discurso do programa era direcionado ao agronegócio (com amplo incentivo à entrada de investidores

estrangeiros), já o PD – Versão Zero apresenta como grupo alvo os pequenos produtores e estabelece como princípio orientador o desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades e melhoria de suas condições de vida; 2) A produção de culturas de rendimento para exportação (principalmente a soja) foi somada à produção diversificada de culturas alimentares (como milho, mandioca, feijões e amendoim), mantendo-se, contudo, a prioridade da produção da soja; 3) No novo documento, menciona-se a promoção da proteção e respeito aos direitos de uso e aproveitamento da terra das comunidades e a melhoria da gestão de terras; 4) Transparência, planificação inclusiva e participativa no novo discurso apresentado.

De acordo com as organizações da sociedade civil críticas ao ProSAVANA, o discurso não foi acompanhado pela atuação dos responsáveis pelo programa, considerando, entre outras questões, evidências da forma obscura como este tem sido conduzido, a ausência de publicação de todos os documentos e o fraudulento processo de redesenho e de auscultações públicas do Plano Diretor do ProSAVANA (COMUNICADO URGENTE, 2016)¹²⁸. Assim, as organizações da sociedade civil integrantes da Campanha Não ao ProSAVANA continuaram a contestar o PD, apontando

ser um plano muito ambicioso e inadequado à realidade agrícola nacional para além de que denunciam não conhecimento, claro, dos elementos que evidenciam a garantia da sustentabilidade e salvaguarda dos direitos sobre a terra, o direito do ambiente, e salvaguarda da prática da agricultura familiar pelas comunidades com a aprovação e implementação do ProSAVANA. O Plano Diretor não evidencia esta garantia, se não de forma obscura, leviana, como se declaração não séria se tratasse, o que equivale a não pôr em prática os mecanismos necessários para o efeito, daí a marginalização e não participação efectiva da sociedade civil.¹²⁹

3.2.3 ProSAVANA-PEM: Projeto de Criação de Modelos de Desenvolvimento Agrícola Comunitários com Melhoria do Serviço de Extensão Agrária com vista ao Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala, em Moçambique

Previsto para ser realizado no período de maio de 2013¹³⁰ a maio de 2019, coordenado pelos governos do Brasil, Japão e Moçambique, representados pela ABC, JICA e MINAG, respectivamente. Ademais, contando com a execução da NTC Internacional Co., Lda., Oriental

¹²⁸ Comunicado Urgente Campanha “Não ao ProSAVANA” considera fraudulento o processo de Redesenho e de auscultações públicas do Plano Diretor do ProSAVANA. Disponível em: <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Comunicado-de-Imprensa-Campanha-N%C3%A3o-ao-Prosavana-Final.pdf>>. Acesso em: dez. 2019.

¹²⁹ Comentários ao Plano Diretor Versão Draft Zero. Disponível em: <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/25717-comentarios-ao-plano-diretor-versao-draft-zero-marco-de-2015-no-contexto-da-campanha-nao-ao-prosavana>>. Acesso em: dez. 2019.

¹³⁰ Houve atraso no início das atividades do PEM que estavam previstas para iniciar no último trimestre de 2012 (PROSAVANA, 2014).

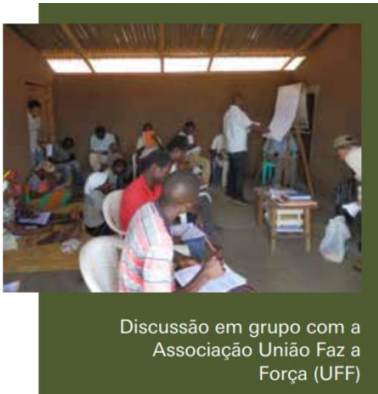
Consultants Co. Ltd. e IC-Net Ltd. (contraparte japonesa); Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil (MDA) (contraparte brasileira); Direção Nacional de Extensão Agrária (DNEA) (contraparte moçambicana).

O objetivo do terceiro componente é aumentar a produção agrária em diversas áreas de cultivo através dos modelos de desenvolvimento agrário nas áreas-alvo do ProSAVANA. Visando prestar assistência técnica aos pequenos agricultores, é promovido pela ABC como forma de equilibrar as necessidades da agricultura familiar com os interesses empresariais. Estão previstas as seguintes atividades:

- (i) Estudo dos aspectos socioeconômicos, o tipo de cultivo e os serviços de extensão agrária desenvolvidos pelos setores público, privado e organizações da sociedade civil nas áreas-alvo do ProSAVANA;
- (ii) Preparação do plano anual de atividades para o projeto;
- (iii) Realização de estudos periódicos;
- (iv) Definição de exemplos de desenvolvimento e formulação de projetos de referência;
- (v) Seleção de grupos-alvo, áreas e parceiros para os projetos de referência;
- (vi) Implementação, acompanhamento e avaliação de projetos de referência;
- (vii) Inclusão dos setores público, privado e organizações da sociedade civil nos projetos de referência;
- (viii) Recomendar possíveis modelos de desenvolvimento agrário com base em projetos de referência;
- (ix) Apoiar a implementação de modelos de desenvolvimento agrário nas áreas-alvo do ProSAVANA;
- (x) Reunir recomendações de políticas, tendo em vista a ascensão de potenciais modelos de desenvolvimento agrário sustentável;
- (xi) Identificar e selecionar possíveis intervenientes nas áreas-alvo do ProSAVANA no sentido de um maior envolvimento na promoção de modelos de desenvolvimento agrário;
- (xii) Estabelecer metodologias de extensão nas áreas-alvo do ProSAVANA;
- (xiii) Preparar materiais de orientação para promover os serviços de extensão e modelos de desenvolvimento agrário nas áreas-alvo do ProSAVANA;
- (xiv) Desenvolver ações de formação no terreno para técnicos extensionistas agrários públicos, privados, organizações da sociedade civil e produtores rurais;
- (xv) Apoiar e promover os serviços de extensão por meio de técnicos extensionistas agrários

- públicos, privados e organizações da sociedade civil;
- (xvi) Reunir recomendações de políticas para melhorar os serviços de extensão agrária para um desenvolvimento rural sustentável.

Tabela 7 – Principais Modelos de Desenvolvimento Agrícola propostos pelo ProSAVANA – PEM

Modelos	Atores	Província	Abordagem
1. Grupos de pequenos produtores de base comunitária.  Equipa de técnicos do Distrito de Rapale a mostrar aos produtores as vantagens do uso do secador melhorado de amendoim	Namitatar, Muassiwa, Nacuia, Muassiquissa.	Nampula	Abordagem 1: Alargar a cobertura dos serviços de Extensão Agrária às comunidades. Abordagem 2: Diversificar os serviços de Extensão Agrária prestados às comunidades abrangidas pelo Programa.
2. Apoio às Associações  Formação em contabilidade para os membros das associações em Ribaue	Associações	Niassa	Reforçar o papel das Associações como o núcleo de produção e de ligação com os mercados locais; Reforçar a coordenação entre associações.
3. Apoio à organização de Cooperativas  Discussão em grupo com a Associação União Faz a Força (UFF)	Cooperativas	A definir	Assistência aos agricultores organizados na comercialização dos seus produtos e na formação de cooperativas.

4. Contrato agrícola de apoio (regime de cultivadores subcontratados).  Época de colheita dos Agricultores de pequena escala que participam no esquema de produção sob contracto	Lozane Farm IKURU Oruweru Matharia Santos Agricola Morais Commercial Iapaca Forum.	Zambezia e Nampula.	Aumento da renda dos agricultores e crescimento da produção e produtividade agrícola através do modelo de agricultura sob contrato.
5. Desenvolvimento de Cadeias de Valor  Secção de planeamento activo nos negócios com a União Distrital dos Camponeses de Monapo (UCDM)	Plano: apoiar a cooperativa agrícola produtora de ração para aves, seleccionada entre o Modelo 3.		Apoiar as áreas de atuação do ProSAVANA-PEM a tornarem-se locais ativos de negócios, especialmente a parte final da cadeia de valor.

Fonte: Folhetos dos Projetos do ProSAVANA.

A implementação do PEM é estabelecida, sobretudo, pela identificação das necessidades e pela implementação das ações de extensão agrícola. Sobre as deficiências da extensão agrícola, Mosca e Bruna (2015) apontam as seguintes questões: número reduzido de extensionistas tendo em vista as áreas cultivadas e o potencial da zona do programa; baixa qualificação e necessidade de rejuvenescimento dos extensionistas; baixo nível de adoção de inovações; baixo orçamento para fornecer material de trabalho aos extensionistas; ineficiente alocação de extensionistas e ausência de consideração da importância e potencial produtivo de cada distrito¹³¹. Com relação ao melhoramento dos serviços de extensão agrícola para o desenvolvimento da produção agrícola no Corredor de Nacala, de acordo com Mosca e Bruna (2015), foram implementados campos de demonstração e sistemas de produção.

¹³¹ No caso do modelo 2 - apoio às associações (tabela 7), por exemplo, foi aplicado às associações Maria da Luz Guebuza e Namuáli, que obtiveram uma motobomba e outros itens como forma de empréstimo, a serem utilizados pelos membros de ambas associações de camponeses. No decorrer das ações, verifica-se o estabelecimento de acordos entre as associações e a equipe do projeto, visto que, apesar de não constar no contrato, segundo o Presidente do Fórum, cada associação contribuiria com 15 mil meticais por ano, por dois anos. O valor final, (60 mil meticais) seria utilizado para a compra de uma segunda motobomba. Observa-se também, dificuldades referentes ao transporte da motobomba de uma associação para a outra. Em decorrência disto, apesar também ter assinado o contrato com a equipe do ProSAVANA – PEM, a associação Namuáli não se beneficiou do recurso (MOSCA; BRUNA, 2015).

3.3 “Desenvolvimento para quem?”

Oficialmente lançado em 2011, o ProSAVANA é “concebido como um Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural para o Corredor de Nacala”, visando o aumento da “competitividade do setor agrícola, “[...] tanto em matéria de segurança alimentar a partir da organização e do aumento da produtividade no âmbito da agricultura familiar, como na geração de excedentes exportáveis a partir do apoio técnico à agricultura orientada para o agronegócio” (ABC; EMBRAPA, 2011, p. 3).

As primeiras discussões em torno do ProSAVANA, no período entre 2009 e 2012, foram limitadas à participação dos representantes dos governos, agências internacionais, bancos, investidores, empresários brasileiros e japoneses. Foram realizadas ações de promoção e apresentação do programa, como o seminário internacional “Agronegócio em Moçambique: Cooperação Brasil-Japão e Oportunidades de Investimento” – promovido pela ABC, com apoio da Embrapa e JICA, realizado em São Paulo (Brasil), em abril de 2011. Destaca-se também o Seminário “*Fourth Opinion Sharing Meeting on Agriculture Development of Northern Mozambique: reporting from the triangular joint mission to promote agriculture investment in the Nacala Corridor*”¹³² promovido pela JICA na capital japonesa, em junho de 2012. No mês seguinte, em Brasília, a FGV, com o apoio da ABC, Ministério de Agricultura de Moçambique (MINAG), JICA, Embrapa, FAO e I.Green¹³³ realizou o Seminário de lançamento do Fundo de Investimentos em Agricultura para o Corredor de Nacala “Fundo Nacala”, “destinado a financiar empreendimentos que estimulem o desenvolvimento agrícola e o progresso social da região”, em alinhamento às estratégias apontadas pelo Plano Diretor (ProSAVANA-PD) (FGV PROJETOS, 2012)¹³⁴.

Além de seminários, foram promovidas visitas de delegações de empresários brasileiros e japoneses ao norte de Moçambique. Em setembro de 2011 foi anunciada a visita do primeiro grupo de agricultores brasileiros ao país, organizada pela Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão (Ampa). Em Abril de 2012 foi promovida (pela JICA e ABC) uma “Missão Conjunta para a Promoção do Investimento Agrícola no Corredor de Nacala”, no norte

¹³² Durante o Seminário, a FGV realizou uma exposição intitulada “*Tropical Belt Nacala Corridor ProSAVANA Program*” (“Programa do ProSAVANA para o Cinturão Tropical no Corredor de Nacala”), com a apresentação do Plano Diretor do ProSAVANA e o Fundo de Nacala. Disponível em: <https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/FGV2012JuneJICA_Tokyo.pdf>. Acesso em: dez. 2019.

¹³³ I.Green é uma empresa brasileira subsidiária do grupo Vigna Brasil, voltado para projetos e estratégias para o agronegócio no Brasil e internacionalmente.

¹³⁴ Ver documento de Lançamento do Fundo de Nacala. Disponível em: <https://www.farmlandgrab.org/uploads/images/photos/9703/original_Screen_Shot_2015-11-26_at_3.45.42_PM.png?1448570811>. Acesso em: dez. 2019.

de Moçambique. Participaram representantes dos governos e empresários ligados ao setor agrícola, sobretudo, os que trabalham com produção e/ou processamento de soja (FUNADA-CLASSEN, 2019). Além de palestras e mesas redondas com o Ministério da Agricultura e instituições relacionadas, os participantes visitaram empresas associadas ao setor agrícola, fazendas, institutos de pesquisa (incluindo campos), principalmente nas províncias de Nampula e Niassa, bem como o porto e aeroporto de Nacala. Para a agência japonesa, essa pesquisa deu “o primeiro passo importante no compartilhamento das informações relacionadas às vantagens e aos problemas no investimento conjunto entre os setores público-privado no Corredor de Nacala” e, especialmente, no que se refere ao ProSAVANA (JICA, 2012)¹³⁵.

Enquanto isso, as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e camponeses apenas passaram a tomar conhecimento dos planos de implementação do ProSAVANA, tardiamente, através de publicações na imprensa internacional (ARAGÃO, 2017), como atesta Anabela Lemos, diretora da Justiça Ambiental, em entrevista:

Nós ouvimos falar de forma muito vaga. Na altura, nem tinha nome. Um jornalista, em fins de 2011 nos informou sobre um projeto internacional que vinha do Brasil sobre a locação de milhares, naquela altura, falava-se de 14 milhões de hectares de terra para o agronegócio brasileiro. Nós não sabíamos absolutamente nada. Isso é 2011, fins de 2011 e não tínhamos a mínima noção (LE MOS, 2018)¹³⁶.

Inicialmente, a estratégia da sociedade civil foi buscar informações sobre a iniciativa. Conforme Anabela Lemos (2018), “era fim de 2011 e começamos a investigar, começamos a ver que várias entrevistas já tinham acontecido no Brasil, que nossos ministros já haviam convidado o agronegócio brasileiro para virem a Moçambique”. Se comentava, no momento, que a iniciativa seria inspirada na experiência de programas brasileiros de desenvolvimento agropecuário realizados em parceria com a JICA, como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer). Informação que procede, conforme descrito no próprio resumo executivo do programa (ABC; EMBRAPA, 2011, p. 3).

Em 2012, as organizações e movimentos sociais iniciaram um diálogo mais articulado - a nível nacional e internacional - a respeito do programa. As organizações moçambicanas já mantinham uma articulação prévia com organizações e movimentos sociais brasileiros. A UNAC, particularmente, desde finais da década de 90, a partir da aproximação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, através deste, com a Via Campesina,

¹³⁵ Envio da missão conjunta público-privada para a promoção de investimento no Corredor de Nacala, República de Moçambique. Disponível em: <<https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/news/2012/14062012.html>>. Acesso em: dez. 2019.

¹³⁶ LEMOS, Anabela. Entrevista com Anabela Lemos, representante da Justiça Ambiental. 2018.

segundo o Coordenador Luís Muchanga. Tendo em vista a realização de uma visita ao Cerrado, a UNAC contou com o apoio da FASE e também de organizações internacionais, como Oxfam e *Rosa-Luxemburg-Stiftung*¹³⁷. Conforme o Coordenador da UNAC, em entrevista:

[...] fizemos questão de criar uma equipe para que fosse ao Brasil estudar o modelo que se dizia que iria inspirar o modelo de desenvolvimento que ia ser implementado no Corredor de Nacala que, nesse caso, é o Prodecer. Então, alguns companheiros foram pra lá e fizemos isso em parceria com uma organização também moçambicana, que é a ORAM. Eles estiveram no Brasil a tentar perceber que modelo é esse do Prodecer que vai ser um modelo a ser replicado em Moçambique. E fomos estudar o modelo e percebemos que é uma modelo que trouxe impactos negativos severos. O diálogo que houve com as comunidades que estavam ali em volta, desde a perda das terras que tiveram, a questão do modelo de desenvolvimento, de ter um modelo excludente, a forma como o modelo da monocultura estava a crescer na região. Era um modelo que trazia consigo consequências do ponto de vista da saúde, do ponto de vista econômico, do ponto de vista social. Então, tinha impactos muito negativos, muito severos (MUCHANGA, 2018).¹³⁸

A visita resultou, entre outras coisas, na produção de um documentário intitulado “ProSAVANA e face oculta do Prodecer”¹³⁹. A partir da observação do cerrado brasileiro e da experiência de agricultores brasileiros, as organizações moçambicanas se deram conta dos impactos socioambientais negativos do Prodecer na região, um modelo de sistema de produção de monoculturas de larga escala voltada para exportação, com o uso intensivo de agrotóxicos, redução da biodiversidade, contaminação das águas, com perigos à saúde das populações vizinhas, geração de insegurança alimentar, geração de conflitos sociais e expulsão de populações tradicionais das terras ocupadas. Sobre o documentário, Luís Muchanga(2018) afirma que, por um lado, foi importante “[...] partilhar em nível da comunidade, mesmo para os que não têm capacidade de fazer a leitura do documento escrito, pudessem visualizar em termos de imagens o que é que aconteceu lá, e o que se pretende que aconteça no corredor de Nacala”. Por outro lado, foi “[...] um ponto de partida para um grande debate com o governo sobre os impactos que esse modelo poderia trazer para Moçambique. Então, começamos a abrir uma onda de debates em volta disso para concentrarmos sobre o que é que se ia implementar”.

Segundo o relatório intitulado “Estratégia da comunicação do ProSAVANA e seu impacto: análise dos documentos da JICA divulgados e escapados”¹⁴⁰, realizado por membros

¹³⁷ Fundação Rosa Luxemburgo.

¹³⁸ MUCHANGA, Luís. Entrevista com Luís Muchanga, representante da UNAC. 2018.

¹³⁹ Documentário ProSAVANA e face oculta do Prodecer. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jUKmyKf5E0k>>. Acesso em: jan. 2020.

¹⁴⁰ Estratégia da comunicação do ProSAVANA e seu impacto: análise dos documentos da JICA divulgados e escapados. Disponível em: <[https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/ProSAVANA_Ana%CC%81lise_No.2_\(Estrate%CC%81gi_a_de_Comunicac%CC%A7a%CC%83o\)_Aug_2016.pdf](https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/ProSAVANA_Ana%CC%81lise_No.2_(Estrate%CC%81gi_a_de_Comunicac%CC%A7a%CC%83o)_Aug_2016.pdf)>. Acesso em: jan. 2020.

da sociedade civil¹⁴¹, mesmo após três anos desde o acordo sobre o ProSAVANA, firmado em setembro de 2009 pelos governos do Japão, Brasil e Moçambique, as organizações da sociedade civil moçambicanas continuaram sem informações detalhadas a respeito do projeto (NO! TO LAND GRAB, JAPAN, 2016).

Ademais, pesquisas (FUNADA-CLASSEN, 2013), (NOGUEIRA; OLLINAHU, 2013), (NO! TO LAND GRAB, JAPAN, 2016) evidenciam que o processo de planejamento e tomada de decisões do programa foi marcado pela falta de transparência, falta de participação da população e falta de consideração às necessidades locais. Esta situação gerou desconfiança e preocupação por parte das organizações da sociedade civil que desenvolveram missões conjuntas e investigações nos 14 distritos-alvo¹⁴² de implementação do programa, nas três províncias (Nampula, Niassa e Zambézia). Estas resultaram na primeira declaração pública¹⁴³ contra o ProSAVANA, realizada pelos integrantes da UNAC, por meio dos respectivos núcleos provinciais, numa reunião realizada em outubro de 2012, onde repudiaram as relações *top-down* do projeto. Em conclusão, afirmaram:

O ProSAVANA é resultado de uma política que vem do topo para a base, sem no entanto levar em consideração as demandas, sonhos e anseios da base, particularmente dos camponeses do Corredor de Nacala; Condenamos veementemente qualquer iniciativa que preconize o reassentamento de comunidades e expropriação de terra dos camponeses, para dar lugar à megaprojectos agrícolas de produção de monoculturas (soja, cana-de-açúcar, algodão etc.); Condenamos a vinda em massa de agricultores brasileiros que se dedicam ao agronegócio, transformando camponesas e camponeses moçambicanos em seus empregados e em trabalhadores rurais. Notamos com enorme preocupação que o ProSAVANA demanda milhões de hectares de terra ao longo do Corredor de Nacala, porém a realidade local mostra a falta de disponibilidade dessas extensões de terra, visto que a mesma é usada por camponeses com recurso à técnica de pousio (UNAC, 2012).

Esta declaração e sua ampla divulgação para vários países foi essencial na construção da resistência ao programa, com impacto mais forte no engajamento da sociedade civil brasileira e japonesa (FUNADA-CLASSEN, 2019). Após muitos diálogos, as organizações da sociedade civil moçambicanas elaboraram um posicionamento conjunto, publicado em maio de

¹⁴¹ Publicações sobre a compra e aluguel de terras a nível mundial, principalmente com fins lucrativos. Este site contém principalmente notícias sobre a pressa mundial para comprar ou alugar terras no exterior como uma estratégia para garantir suprimentos alimentares básicos ou simplesmente com fins lucrativos. Disponível em: <<https://www.farmlandgrab.org>>. Acesso em: dez. 2019.

¹⁴² Posteriormente, outros cinco distritos fora do Corredor de Nacala foram incluídos pela Embrapa, fundamentada na justificativa que tais distritos possuem "solo semelhante ao do Cerrado brasileiro" (JICA/ORIENTAL CONSULTANTS, 2010, S-24).

¹⁴³ Pronunciamento da UNAC sobre o Programa ProSAVANA. Nampula, 2012. Disponível em: <[farmlandgrab.org/post/view/21205](https://www.farmlandgrab.org/post/view/21205)>. Acesso em: nov. 2019.

2013: a “Carta Aberta para Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana”¹⁴⁴ direcionada aos Chefes de Estado dos três países.

Em suma, trata-se de um requerimento de cinco questões fundamentais: 1) da suspensão imediata de todas as ações em desenvolvimento nas savanas do Corredor de Nacala com relação à implementação do ProSAVANA; 2) da instauração de um mecanismo inclusivo e democrático de construção de um diálogo oficial amplo com a sociedade moçambicana; 3) da realocação dos recursos tendo em vista priorizar “a soberania alimentar, agricultura de conservação e agroecologia como as únicas soluções sustentáveis para a redução da fome e promoção da alimentação adequada”; 4) nomeadamente, a implementação de um Plano Nacional de Apoio à Agricultura Familiar Sustentável¹⁴⁵, visando a construção de um desenvolvimento “soberano”, “sustentado” e “inclusivo”; 5) da adoção de políticas de apoio à agricultura camponesa, voltadas ao acesso ao crédito rural, serviços de extensão agrária, sistemas de irrigação, valorização das sementes nativas, infraestruturas rurais ligadas a criação de capacidade produtiva e políticas de apoio à comercialização rural (CARTA ABERTA, 2013, p. 5-6).

A carta foi assinada por mais de vinte entidades moçambicanas, como, ADECRU, UNAC, ORAM - Delegação de Nampula, ORAM- Delegação de Lichinga-Niassa, Livaningo, Fórum Mulher, Justiça Ambiental/ *Friends of The Earth Mozambique*, Plataforma Provincial das Organizações da Sociedade Civil de Nampula (PPOSC-N), Fórum das Organizações Não Governamentais do Niassa (FONAGNI), Associação Nacional de Extensão Rural (AENA), entre outras, representando mais de 2.825 camponeses, organizações comunitárias, de autoajuda, religiosas, ambientais e de mulheres, gerando ampla unidade. Conforme o porta-voz da PPOSC-N, Augusto Basílio,

[...] nesse momento, havia concordância entre as organizações da sociedade civil moçambicanas. A sociedade civil em geral, tanto de Nampula, de Niassa, Zambézia e Maputo, uniu-se para dizer não ao ProSAVANA no início do processo. Na altura, dizíamos não ao ProSavana porque não houve consultas, não houve movimento nem da sociedade civil e muito menos das comunidades. Entramos num processo de discussão com o governo por causa disto. Discutimos sobre vários encontros em Maputo e em Nampula (BASÍLIO, 2018)¹⁴⁶.

¹⁴⁴ Ver documento na íntegra: <<http://contag.org.br/arquivos/porta/file/Carta%20Aberta%20Programa%20ProSavana.pdf>>. Acesso em: nov. 2019.

¹⁴⁵ De acordo com Clemente, durante entrevista realizada em fevereiro de 2017, o Plano Nacional de Apoio a Agricultura Familiar seria implementado com o objetivo de apoiar a soberania alimentar de mais de 16 milhões de moçambicanos que vivem da agricultura e já é defendido pelas famílias camponesas há mais de 25 anos.

¹⁴⁶ BASÍLIO, Augusto. Entrevista com Augusto Basílio, representante da PPOSC-N. 2018.

A nível internacional, a carta foi subscrita por mais de 40 organizações e movimentos sociais, também sendo geradas outras formas de resistência, por exemplo, por parte das ONGs japonesas que passaram a questionar o ProSAVANA na plataforma de diálogo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MOFA), órgão responsável por autorizar os programas e projetos de ajuda, no final de 2012.

Em novembro de 2012, foi realizado um evento para a primeira apresentação pública do ProSAVANA em Tóquio, pela JICA. De acordo com Funada-Classen (2019), a apresentação teve como foco o suposto “sucesso da JICA no cerrado brasileiro” e não mencionou os impactos negativos gerados na região, nem a “missão conjunta” realizada no cerrado em abril, nem os polémicos Fundo de Nacala¹⁴⁷ e Fundo para a Iniciativa de Desenvolvimento ProSAVANA¹⁴⁸. Ainda de acordo com a autora (2019) um documento vazado revela que, após o evento público em Tóquio, houve uma reunião de coordenação em Nampula, entre os três países e a JICA, na qual a agência foi autorizada a contratar agências de consultorias locais para a elaboração e implementação de uma “Estratégia de Comunicação”.

É importante destacar que, a divulgação da 1ª Conferência Triangular dos Povos em Maputo, pelas organizações da sociedade civil moçambicanas gerou preocupação por parte da JICA e MOFA, que requeriram à empresa Cunha Vaz e Associados Sociedade Unipessoal (CV&A) - uma das empresas contratadas -, a mudança dos “rumos” da estratégia do ProSAVANA (FUNADA-CLASSEN, 2019). Nesse momento, a JICA começou a insistir em seus depoimentos que o objetivo do ProSAVANA era apoiar os pequenos agricultores locais. Buscou, ainda, criar novos documentos e esconder os documentos iniciais, numa tentativa clara de manipulação das informações (NO! TO LAND GRAB, JAPAN, 2016). Além disso, os promotores-chave do ProSAVANA do Brasil (ABC, Embrapa e FGV), Moçambique (MINAG e governadores provinciais) e Japão (JICA) reuniram-se no *International High-level Seminar on ProSAVANA* (Seminário de Alto Nível Internacional sobre o ProSAVANA), em Tóquio, no início de abril de 2013, na tentativa de “dar uma nova cara” ao ProSAVANA (NO! TO LAND GRAB, JAPAN, 2016).

Ainda no mês de abril, houve o vazamento pela imprensa do segundo relatório¹⁴⁹ escrito

¹⁴⁷ Segundo o Relatório da FASE, “embora a estratégia de investimentos privados do Fundo Nacala tenha sido explicitamente criada para estar em alinhamento às diretrizes estabelecidas pelo ProSAVANA PD, o Fundo era para ter sido um instrumento privado e não uma iniciativa governamental” (FASE, 2014).

¹⁴⁸ O Fundo para a Iniciativa de Desenvolvimento ProSAVANA seria destinado ao financiamento de pequenas e médias empresas e foi associado a conflitos de terras na região. Disponível em: <<http://www.gapi.co.mz/content/o-nosso-trabalho/fomento-empresarial/prosavana.php>>. Acesso em: jan. 2019.

¹⁴⁹ Ver relatório na íntegra: <<https://www.grain.org/article/entries/4703-leaked-prosavana-master-plan-confirms-worst-fears>>. Acesso em: nov. 2018.

pela FGV Projetos, intitulado “*Report nº. 2: Support agriculture development master plan in the Nacala corridor in Mozambique*” (PROSAVANA-PD), referente ao Plano Diretor do ProSAVANA. A análise do plano vazado é realizada por vários pesquisadores¹⁵⁰, bem como organizações da sociedade civil moçambicanas e internacionais – que exerceram o importante papel de divulgar, posteriormente, o conteúdo do relatório vazado e publicaram, em abril de 2013, uma declaração conjunta intitulada “Cópia Vazada do Plano Diretor para o Programa do ProSAVANA no Norte de Moçambique Confirma o Pior”¹⁵¹ na qual denunciaram:

[...] Os defensores do programa ProSAVANA disseram repetidamente que este é um programa para apoiar os pequenos agricultores, mas o Plano Diretor só considera como pequenos agricultores aqueles que podem apoiar o agronegócio. Isto se resume a dois pontos principais: 1) empurrar os agricultores para fora do cultivo tradicional e práticas de gestão de terras para direcioná-los a práticas de cultivo intensivo baseadas em sementes comerciais, insumos químicos e títulos de terras privadas. [...] O Plano Diretor diz que "a transição da mudança de cultivo para a agricultura assentada é uma necessidade urgente" e diz que esta é "a principal estratégia proposta no Plano Diretor". [...]. O plano reconhece que é provável que os agricultores resistam a abandonar suas formas tradicionais de agricultura, por isso propõe vários meios de incentivá-los a fazê-lo, como a formação de "agricultores líderes" que podem demonstrar as vantagens da agricultura intensiva, "um sistema de subsídios para fertilizantes químicos" e, mais importante, títulos de terras privadas (DUATs) para os agricultores que fazem a troca. 2) empurrar os agricultores para acordos de agricultura contratual com fazendas corporativas e processadores. O Plano Diretor divide o Corredor de Nacala em zonas e define quais culturas devem ser cultivadas nessas zonas, onde e como devem ser cultivadas e por quem devem ser cultivadas (pequenos agricultores, médios ou empresas). Nessas zonas, o plano apresenta vários projetos para a produção de *commodities*, alguns deles baseados exclusivamente em grandes fazendas corporativas, outros baseados em uma mistura de fazendas grandes ou médias e acordos de produção contratados com pequenos agricultores. A agricultura contratada não melhorará a vida dos pequenos agricultores da região. Em vez disso, os tornará dependentes de uma única corporação para tudo, desde suas sementes até a venda de suas culturas (JUSTIÇA AMBIENTAL et al., 2013).

Na análise das organizações, o Plano Diretor previa a expansão em larga escala da agricultura industrial em Moçambique, voltando-se para os interesses das corporações - que teriam o controle sobre a terra, a produção e o comércio dos alimentos produzidos - assim como para os interesses das empresas estrangeiras de sementes, pesticidas e fertilizantes e das elites políticas de Moçambique, e não para as reais necessidades e capacidades dos camponeses do Corredor de Nacala. Uma vez que a intenção do Plano Diretor seria atrair ainda mais

¹⁵⁰ Ver análises mais detalhadas realizadas por acadêmicos sobre o relatório vazado da FGV. Disponível em: <<http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/observador-rural-06>>. Acesso em: nov. 2019. Disponível em: <<http://farmlandgrab.org/23962>>. Acesso em: nov. 2019. Disponível em: <http://www.iucn.org/backup_iucn/cmsdata.iucn.org/downloads/temti_ep_01_2014_1.pdf>. Acesso em: nov. 2019. Disponível em: <<http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/observador-rural-12/>>. Acesso em: nov. 2019.

¹⁵¹ Ver declaração na íntegra, disponível em: <<http://www.grain.org/article/entries/4703-leaked-prosavana-master-plan-confirms-worst-fears>>. Acesso em: nov. 2019.

investidores para a região, este apresentava oportunidades de negócios nos quais as empresas podem investir e obter grandes lucros, dentre outras vantagens propostas no plano, como as várias Zonas Econômicas Especiais (ZEE), na qual poderiam se isentar do pagamento de impostos, taxas alfandegárias e se beneficiar de acordos financeiros no exterior.

O Plano apresentava como um dos projetos-piloto os *Quick Impact Projects (QIPs)*, traduzidos como Projetos de Rápido Impacto (PRI), voltados para o financiamento agrícola a empresas locais por meio da empresa público-privada GAPI - Sociedade de Investimentos. Na análise do Plano vazado, evidencia-se que a implementação destes previa a alocação de terras para médios e grandes investimentos por meio do projeto “6 - *Planning of land reserves for medium and large scale investment*” (6-Planejamento de reservas de terras para investimentos de médio e grande porte). Como o próprio relatório indica, “existem 6 QIPs que podem eventualmente implicar a necessidade de reassentamento involuntário, embora seja necessário ainda é difícil avaliar devido à falta de informações precisas” (PROSAVANA, 2013, p. 4-60).

De acordo com as organizações da sociedade civil, desde o início do planejamento do ProSAVANA, grandes parcelas de terras na área do programa foram adquiridas por investidores estrangeiros e seus parceiros locais, o que gerou numerosos conflitos por terras com as comunidades que habitam o Corredor de Nacala, situação que poderia ser agravada com a implementação do ProSAVANA – PD (JUSTIÇA AMBIENTAL et al., 2013). Como posteriormente denunciam a CaJuPaNa e a ADECRU:

Famílias camponesas das comunidades rurais do Corredor de Nacala vivem sob permanente ameaça de invasão e expulsão de suas áreas. A usurpação de terras dos camponeses neste corredor logístico de escoamento de carvão mineral de Moatize, cuja linha férrea é operada e controlada pela empresa brasileira Vale e japonesa Mitsui, agravou-se depois do lançamento do ProSavana, em Abril de 2011, da Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional em África, em 2013, e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio Lúrio, em 2014 (CAJUPANA; ADECRU, 2016, p. 1).

No âmbito das primeiras ações realizadas ao longo do Corredor de Nacala como parte das atividades do Plano Diretor do ProSAVANA, Funada-Classen (2013) evidencia a existência de conflitos por terras e problemas de acesso às terras. Por exemplo, com a atuação de uma das empresas selecionadas pelo PDIF, a Matharia Empreendimentos, que provocou a expropriação de terras e expulsão de agregados familiares que habitavam as áreas por um período superior a 10 anos. A autora destaca, ainda, que o referido período deveria garantir os direitos de uso e aproveitamento da terra a estes agregados, de acordo com os direitos consuetudinários em Moçambique.

Após a realização de entrevistas e visitas às áreas impactadas, verificou-se que não houve qualquer ação corretiva por parte do governo a respeito das expropriações sofridas pela comunidade. A autora ressalta o aumento do risco de insegurança alimentar e a intensificação do nível de pobreza em decorrência da perda das terras que eram utilizadas à prática da agricultura como principais implicações do processo de expropriação de terras e deslocamentos forçados (FUNADA-CLASSEN, 2013).

O conhecimento sobre o Plano Diretor vazado representou mais um argumento concreto para o fortalecimento da luta das organizações da sociedade civil contra o ProSAVANA e pela soberania alimentar. Posteriormente, em agosto de 2013, houve a Conferência Triangular dos Povos (Moçambique, Japão e Brasil), coorganizada pela UNAC e ORAM, com a contribuição de outros diversos atores, como os representantes dos camponeses moçambicanos, as várias organizações da sociedade civil moçambicanas, brasileiras e japonesas. Apesar da ausência da imprensa e dos embaixadores convidados (Japão e Brasil), as organizações da sociedade civil reiteraram a sua posição contrária ao ProSAVANA (JUSTIÇA AMBIENTAL et al., 2013)¹⁵².

Não obstante a pressão exercida pelas organizações, a Carta Aberta (2013) não foi respondida pelos governantes dos três países. Em contrapartida, as manipulações, intimidações e perseguições aos que questionaram o programa aumentaram, e as organizações da sociedade civil passaram a se preocupar ainda mais, denunciando tais atos por meio da Declaração de Nampula¹⁵³, em maio de 2014:

Nós, camponeses e camponesas, denunciemos e repudiamos os actos de perseguições, intimidações, aliciamentos e manipulações contra os camponeses e camponesas individuais, lideranças de camponeses nos distritos abrangidos pelo Prosavana e lideranças nacionais, actos estes, protagonizados pela equipa de implementação do Prosavana, administradores distritais e altos dirigentes nacionais. A Assembleia de Nampula decidiu comunicar que a União Nacional de Camponeses não vai tolerar mais estes actos e promete processar judicialmente os promotores e protagonistas de tais acções, sejam cidadãos moçambicanos ao serviço do Governo ou cidadãos de nacionalidade estrangeira (UNAC, 2014).

Nesse período, é perceptível a ênfase dada às violações aos direitos humanos e atos de intimidações e manipulações, se comparada a Declaração de Nampula ao primeiro comunicado da UNAC. Assim, embora ainda esteja fortemente presente a preocupação com as transformações negativas trazidas pela criação de monopólios para a exploração e usurpação das terras dos camponeses, a preocupação e as denúncias contra as intimidações, manipulações

¹⁵² Ver notícia completa sobre a Conferência Triangular dos Povos: <https://justicaambiental.wordpress.com/2013/08/>. Acesso em: out. 2019.

¹⁵³ Ver Declaração de Nampula: <<http://www.ngo-jvc.net/jp/projects/advocacy/data/prosavana-ikenkoukan-9-8.pdf>>. Acesso em: out. 2019.

e as violações aos direitos humanos estão mais evidentes no último comunicado. Além disso, por causa da falta de informações a respeito do programa, da mudança de orientação no discurso do ProSAVANA a partir da Estratégia de Comunicação e o silêncio dos governos de Moçambique, Japão e Brasil, as organizações da sociedade civil moçambicanas lançaram, em de junho de 2014, a Campanha Não Ao ProSAVANA¹⁵⁴, que fortaleceu a realização de diversas mobilizações desde então.

Entre essas, destaca-se a realização da II Conferência Triangular dos Povos¹⁵⁵ — Moçambique, Brasil e Japão —, no dia 24 de julho de 2014, promovida pela UNAC, ADECRU, Livaningo, Justiça Ambiental, Fórum Mulher, entre outras organizações, movimentos sociais e organizações da sociedade civil de Moçambique, Brasil e Japão para apresentar as demandas relacionadas ao ProSAVANA, expostas na “Carta Aberta para Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana”, enviada no ano anterior.

Apenas em março de 2015, após quase dois anos sem informações e sem as prometidas prévias consultas, novas informações sobre o andamento do Plano Diretor foram divulgadas. Nesse período, o “Comunicado de imprensa sobre a Auscultação Pública à volta da versão inicial do Plano Director do ProSAVANA” é publicado pelo MASA. Neste, comunica-se que a versão zero (documento inicial) do Plano Diretor do ProSAVANA estava sendo publicada. Cabe lembrar que a publicação desta, que havia sido prevista para maio de 2013, finalmente ocorreu um mês após a assinatura de um polêmico acordo para a facilitação e proteção do investimento brasileiro em Moçambique. O comunicado de imprensa convida, ainda, “as partes interessadas”, a participarem das “reuniões de auscultação pública” sobre a versão inicial do Plano Diretor (MASA, 2015, p. 1), realizadas nos distritos de implementação do programa, entre abril e junho de 2015.

Diversas irregularidades foram apresentadas pelas organizações da sociedade civil – que observaram e participaram das auscultações, denunciadas no documento intitulado “Chamada dos Povos para Invalidação Imediata da Auscultação Pública do Plano Diretor do ProSAVANA”, assinado por cerca de oitenta organizações da sociedade civil de Moçambique, Brasil, Japão, África do Sul, Japão, Canadá, Costa Rica, Bósnia e Herzegovina e Itália. O documento de denúncia, publicado em junho de 2015, relata que as auscultações foram marcadas pela omissão da base jurídico-legal das “reuniões de auscultação pública”, ignorando

¹⁵⁴ Ver documento na íntegra: <<https://adecru.wordpress.com/2017/02/17/campanha-nao-ao-prosavana/>>. Acesso em: out. 2019.

¹⁵⁵ Ver convite à imprensa da II Conferência Triangular dos Povos: <<https://adecru.wordpress.com/2014/07/>>. Acesso em: out. 2019.

os instrumentos legais que definem as diretrizes que orientam as consultas públicas; divulgação insuficiente e tardia; violação dos princípios constitucionais de participação pública pela exigência de registo prévio como requisito para participação; obstrução da participação de organizações dos camponeses e da sociedade civil pelos graves atrasos, limitações e seleção de participantes e alterações das datas, horário e locais sem avisar com antecedência; sessões com maior participação de funcionários públicos e representantes do partido no poder, previamente selecionados e com baixa presença de camponeses e de associações de pequenos produtores; prévia realização de encontros fechados organizados por governos locais para a mobilização e instrumentalização dos participantes locais a favor do ProSAVANA; difícil entendimento do conteúdo do “Draft Zero do Plano Director” pela falta de disponibilidade e acesso do texto, curto tempo e explicação inapropriada e desviada, com natureza de mobilização e propaganda do programa; ambiente de opressão aos camponeses pela presença de elementos de seguranças fardados e armados; ausência de democraticidade nas sessões, além de práticas de ameaça, intimidações e perseguições aos camponeses que manifestaram objeção ao programa.

Apontam, assim, que houve violação dos artigos 6, 7 e 8 referentes ao princípio da máxima divulgação, da transparência e da participação democrática, definidos pela Lei do Direito à informação. Foram violados, ainda, no contexto de sessões de auscultações públicas, os sete princípios fundamentais contidos na “Directiva Geral para o Processo de Participação Pública no processo de Avaliação de Impacto Ambiental”: o Princípio de disponibilização e acessibilidade de informação adequada e possibilidade de aprendizagem durante o processo, incluindo suporte técnico; o Princípio de ampla participação; o Princípio de representatividade; o Princípio da independência; o Princípio da funcionalidade; o Princípio de negociação; e Princípio da responsabilidade.

A ADECRU e a CaJuPaNA denunciaram as ameaças e perseguições sofridas pelos camponeses e comunidades de Mutuali, que demonstraram rejeição à implementação do ProSAVANA durante a auscultação pública em Mutuali, em abril de 2015. Os fatos e denúncias também foram confirmados pela União Província de Camponeses de Nampula (UPC – Nampula). Coerções teriam sido protagonizadas pelo Governo do Distrito de Malema, através do Chefe do Posto Administrativo de Mutuali em conivência com o líder Muchona e representantes dos Serviços Distritais de Atividades Econômicas. Durante o trabalho de acompanhamento e fiscalização das reuniões de auscultação do ProSAVANA - realizado por Jeremias Vunjanhe (Coordenador da ADECRU) - os representantes do Fórum das Associações de camponeses de Iapaca, no Posto Administrativo de Mutual, afirmam o seguinte:

Na sexta-feira última, dia 8 de Maio fomos solicitados pelo Chefe do Posto Administrativo de Mutuali. Eu e o companheiro do Fórum das Associações de Camponeses de Mulicana fomos ao Posto Administrativo. Quando chegamos o Chefe do Posto nos perguntou a respeito de quem é que terá instigado o Povo e os camponeses a rejeitarem o ProSavana. Também o Chefe do Posto Administrativo de Mutuali quis saber quem havia convocado tantas pessoas para participarem da reunião de auscultação pública do ProSavana, alegadamente porque o Governo apenas havia convidado 25 pessoas para aquela reunião. [...] Ele [o Chefe do Posto Administrativo de Mutuali acompanhado pelo líder Muchona e pelo representante dos Serviços das Actividades Económicas de Malema] nos obrigou para irmos as comunidades para sensibilizar os camponeses a mudarem da sua posição e aceitarem o proSavana. [...] Estamos a ser ameaçados e perseguidos pelo Governo e responsáveis do SIDAIE (ADECRU, 2015)¹⁵⁶.

Nesse sentido, as organizações da sociedade civil têm reivindicado incessantemente às autoridades o respeito pelos direitos humanos, a maior transparência e prestação de contas e um “diálogo significativo”, baseando-se no Direito a Consultas Livres, Prévias e Informadas (CPLI). Apesar dos compromissos verbalmente assumidos, estes não foram concretizados, conforme o “Comunicado Conjunto e Questionamentos da Sociedade Civil de Moçambique, Brasil e Japão sobre o ProSAVANA com Relação aos Documentos do Governo Recentemente Vazados” (2016).

De acordo com Chichava (2016), as mobilizações das organizações da sociedade civil moçambicanas repercutiram positivamente para o reforço da necessidade de os responsáveis pela elaboração do ProSAVANA desenvolverem debates mais transparentes e com a participação da sociedade civil. Por exemplo, o MINAG mostrou-se mais disposto, ao menos, aparentemente, a dialogar após a realização da II Conferência Triangular dos Povos e da publicação da Campanha Não ao ProSAVANA, que geraram grande repercussão mundial. Ademais, a atuação das organizações forçou transformações nas diretrizes do programa. Nas palavras do Coordenador da UNAC:

Houve alguma mudança. É verdade que existe alguma persistência nisso, mas sente-se que houve alguma mudança. Pelo menos, o governo soube, ou conseguiu perceber que o povo pode ter palavra. O povo pode se expressar. O povo pode concordar ou discordar com alguma coisa que ache que não vai lhe beneficiar. Fez com que o governo pudesse parar e reflectir. [...] a partir do primeiro plano diretor até o atual plano diretor, nota-se que houve uma percepção do governo, pelo menos, de que a sociedade civil é importante, o povo é importante. É preciso que este seja escutado (MUCHANGA, 2018)¹⁵⁷.

Ademais, foram criados mecanismos de inclusão da sociedade civil, como o Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala (MCSC-

¹⁵⁶ Disponível em: <<https://adecru.wordpress.com/2015/05/11/governo-do-distrito-de-malema-persegue-e-ameaca-camponeses-que-rejeitaram-o-prosavana/>>. Acesso em: dez. 2019.

¹⁵⁷ MUCHANGA, Luís. Entrevista com Luís Muchanga, representante da UNAC. 2018.

CN), que passou a contar com o apoio de organizações da sociedade civil, como PPOSC-N, FONAGNI, FONGZA, RADEZA e Solidariedade Moçambique, que antes, como se pode observar nos primeiros documentos publicados, posicionavam-se contra a implementação do ProSAVANA. Estas concebem o MCSC-CN como um espaço que possibilita o diálogo de forma eficiente entre as organizações da sociedade civil, o governo e a coordenação do ProSAVANA, através da planificação, implementação e monitorias. Nesse sentido, afirma o coordenador da Solidariedade Moçambique, António Mutoua:

Eles [os coordenadores do ProSAVANA] contrataram uma empresa de consultoria. Aquela empresa de consultoria veio para aqui e trouxe um recado do governo de Moçambique, de que reconhecem a nossa discussão. Neste momento, nós nos reunimos entre as organizações da sociedade civil e a empresa MAJOL. [...] Entendemos que se é que querem desenvolvimento mesmo, temos que refazer o documento juntos. Entre nós organizações, criamos um mecanismo. Não foi feita escolha, o que aconteceu foi uma reunião já regional. Nós temos o FONGZA, que é o Fórum das Organizações da Zambézia, temos o FONAGNI, que é das organizações do Niassa, por exemplo, que são os representantes de tantas outras organizações, dizemos que é a partir deles que o mecanismo deveria ser criado e outras organizações podiam integrar”. [...] Quando eles criaram o Movimento Não ao ProSAVANA, [nós, por outro lado], dizíamos ao governo que não é que não queremos que haja um programa de desenvolvimento agrícola aqui no Corredor de Nacala, mas o que nós estamos a discutir com o governo, é a participação dos próprios camponeses, das organizações que estão aqui ao longo do Corredor de Nacala. Porque o manifesto do Não ao ProSAVANA era muito forte, era “não, não, não, não”, e nós queríamos trazer a alternativa, dialogar. Uma das coisas que nós defendíamos era de que se nós víssemos na comunidade, aquelas questões que já havíamos levantado já cauteladas e nós envolvidos nos processos, não tínhamos mais nada a não ser dizer sim. E as organizações de lá [de Maputo] diziam não (MUTOUA, 2018)¹⁵⁸.

Contrariamente, as organizações como ADECRU, UNAC, Justiça Ambiental, Livaningo e CaJuPaNa, desconfiaram da iniciativa e da forma de criação do MCSC-CN. A opinião dessas organizações da sociedade civil se resume no depoimento da Justiça Ambiental segundo o qual, “não se pode criar um mecanismo de coordenação e comunicação de um programa que é amplamente contestado por existência de vícios de concepção inaceitáveis, cujo conteúdo tem sido severamente criticado por não responder às necessidades do povo” (JUSTIÇA AMBIENTAL, 2018). Houve denúncias por parte dessas organizações de que, na verdade, essa estratégia tem o objetivo de

[...] aliciar certas organizações e lideranças para que essas organizações pudessem viabilizar o ProSAVANA em troca de financiamento. E esse foi o caso do Mecanismo da Sociedade Civil do Corredor de Nacala, representado neste caso pela Solidariedade de Moçambique, que, mais tarde, veio a rubricar contratos com a própria JICA.

¹⁵⁸ MUTOUA, António. Entrevista com António Mutoua, representante da Solidariedade Moçambique. 2018.

[Assim, corresponde à intenção de criar] um conjunto de ações intimidatórias e até certa forma manipuladoras que acabaram por afetar as próprias organizações. As próprias organizações [da sociedade civil] foram divididas: umas em mecanismos da sociedade civil e outras foram consideradas as mais radicais. [Acréscita ainda que] houve uma clara intenção e por isso mesmo é que se investiu bastante, primeiro, numa estratégia de comunicação para ridicularizar e marginalizar todas as organizações de camponeses que defendiam o Não ao ProSavana por causa dos seus graves problemas¹⁵⁹ (VUNJANHE, 2018).

Notavelmente, dentre as organizações consideradas como tendo sido “aliciadas”, estão as que fazem parte do MCSC-CN. De acordo com o Relatório (2016) e a ata vazada da reunião¹⁶⁰, realizada entre JICA, ABC, MASA e organizações da sociedade civil, em abril de 2016, verifica-se que a ata menciona a existência de “missões de sensibilização em relação a outras ONGs”, especificamente as que apoiam a Campanha Não ao ProSAVANA, para a promoção do “alinhamento com a visão do mecanismo em Maputo e ao nível provincial”. Pretende, assim, discutir, por exemplo, formas de financiar mecanismos para a realização da revisão do Plano Diretor.

Cabe aqui esclarecer que a estratégia de comunicação do ProSAVANA a qual Jeremias Vunjanhe se refere, corresponde ao documento vazado já mencionado anteriormente. Este documento foi analisado e denunciado em relatório das organizações da sociedade civil em 2016, a partir do vazamento de uma série de documentos, especialmente os relatórios da MAJOL “Projecto de Engajamento das Partes Interessadas”. De acordo com o próprio documento de “Estratégia de Comunicação”¹⁶¹, as organizações da sociedade civil são a causa fundamental dos problemas que os promotores do ProSAVANA enfrentam, sendo identificadas enquanto ameaças. Dessa forma, dentre as ameaças ao programa, várias fazem referência à sociedade civil, a saber: falta de adesão das comunidades locais ao ProSAVANA; convulsões sociais orquestradas pela sociedade civil; efeitos políticos da luta da sociedade civil internacional; mudanças políticas em qualquer um dos países coordenadores que perturbem o programa. Assim, era fundamental que houvesse “um acompanhamento dos *media* e da sociedade civil organizada”, tendo em vista o ajuste da estratégia de comunicação (PROSAVANA, 2013, p. 8-13). As mesmas organizações da sociedade civil confirmaram que, como já visto anteriormente, tal documento foi elaborado pela empresa CV&A, diretamente

¹⁵⁹ VUNJANHE, Jeremias. Entrevista ao DW Notícias. 2017.

¹⁶⁰ A ata vazada da reunião entre organizações da sociedade civil moçambicanas, JICA e MASA sobre o financiamento das atividades de revisão e finalização do Plano Diretor do ProSAVANA foi assinada por António Mutoua (enquanto coordenador do Mecanismo), Daniel Maula (FONGZA), Agostinho Chiporo (FONAGNI), Jeronimo Napido (Aliança das Plataformas), Katsuyoshi Sudo (JICA), Antonio Limbau (MASA). Disponível em: <<http://www.ngo-jvc.net/jp/projects/advocacy/data/prosavanva-opinion17-5.pdf>>. Acesso em: out. 2019.

¹⁶¹ Disponível em: <http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/104.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

contratada pela JICA.

Com relação ao surgimento de conflitos e rupturas no seio da sociedade civil, o diretor da Solidariedade Moçambique aponta:

No início, viemos juntos, mas quando eles criaram o Movimento Não ao ProSAVANA, é onde nós começamos a nos desencontrar, porque eles eram radicais mesmo. Parecia que o ProSAVANA é uma coisa suja, mas nós dizíamos, não, o que nós estamos a advogar é que deve ser acautelado o setor familiar, nós temos que ter a segurança da terra para as comunidades. O documento não pode a nenhum momento trazer elementos a dizer que alguma comunidade vai perder as suas áreas, isso não. Tem que vir alguma coisa a dizer que vão fortalecer o sector familiar e este com o crescimento, vai ter os ganhos, não é? E vão criar as infraestruturas agrárias na região. E isso a concorrer para também fortalecer o sector familiar, então, se for isto, não temos problemas porque é isto que nós queremos (MUTOUA, 2018)¹⁶².

Já o Coordenador da ADECRU afirma que é importante levar em consideração que “há uma interferência do governo no sentido de aliciar¹⁶³ e cooptar determinadas organizações que inicialmente faziam parte desse movimento contrário ao programa, que tem sido ameaçado de forma permanente” (VUNJANHE, 2018)¹⁶⁴. Conforme Funada-Classen (2019), com relação às audiências públicas no âmbito do ProSAVANA, em várias ocasiões, membros da FRELIMO e os “regulos” “foram convocados para uma reunião secreta antes da audiência oficial, a fim de coordenar o que eles iriam dizer durante a reunião oficial. Algumas reuniões até começaram com a canção da Frelimo ‘Viva Frelimo’ ou saudação ao ProSAVANA por ‘régulos’” (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 32).

À respeito dos desafios enfrentados pela sociedade civil moçambicana, a diretora da Justiça Ambiental afirma que “na sociedade civil moçambicana, encontram-se muitas organizações da sociedade civil que têm membros que foram ou são parte do partido. Torna-se muito difícil acreditar que representam a sociedade civil, quando os interesses são diferentes” (LE MOS, 2018). Ainda de acordo com a diretora:

[...] Neste momento, a questão da sociedade civil é o que mais nos choca porque, para nós, como sociedade civil, começamos uma campanha, entramos num processo que é tão importante para o país contra algo que vai destruir parte da classe camponesa no Corredor de Nacala. Nós não temos dúvida nenhuma, vai destruir o ambiente com os pesticidas, fertilizantes, trazidos por todas aquelas companhias do agronegócio, como Monsanto, tudo aquilo que é negativo no mundo e que tá provado. [...] não termos um

¹⁶² MUTOUA, António. Entrevista com António Mutoua, representante da Solidariedade Moçambique. 2018.

¹⁶³ Dentre as organizações consideradas como tendo sido “aliciadas”, estão as que fazem parte da MCSC-CN, ou seja, a PPOSC-N, o FONAGNI, o FONGZA e a RADEZA

¹⁶⁴ VUNJANHE, Jeremias. Entrevista com Jeremias Vunjanhe, representante da ADECRU. 2018.

grupo coeso que lute até o fim do processo, para nós, foi a nossa maior tristeza (LEMOS, 2018)¹⁶⁵.

Nesse sentido, é fundamental levar em consideração, no caso particular de Moçambique, os desafios à formação da sociedade civil moçambicana, a qual seja capaz de se afirmar como espaço de construção de novas estratégias para o processo de democratização. Como visto no primeiro capítulo, a FRELIMO se mantém no poder desde 1975 e durante o período pós-independência, Moçambique viveu uma intensa polarização de natureza político-militar entre FRELIMO e RENAMO.

Pode-se demarcar, para fins de análise, o início do processo de democratização nos documentos das negociações de paz entre FRELIMO e RENAMO, intermediadas pela Igreja Católica: os Acordos Gerais de Paz (AGP), assinados em Roma, em 1992, pelo presidente da república Joaquim Chissano, representante da FRELIMO e pelo líder da guerrilha de oposição Afonso Dhlakama, representante da RENAMO, tendo assim, por objetivo central, “o estabelecimento de uma paz duradoura e duma sólida democracia em Moçambique” (BOLETIM DA REPÚBLICA, 1992, p. 2), pondo fim aos dezesseis anos de conflito armado. Nessas circunstâncias, Moçambique recebeu um apoio internacional grandioso para o estabelecimento do processo de paz, sendo parte dos recursos destinados ao desenvolvimento de princípios democráticos, como a promoção da participação cidadã e o estabelecimento do processo eleitoral (TOLLENAERE, 2006).

Na mesma década, a nova Constituição de 1990 institui as eleições multipartidárias – em oposição ao sistema vigente, de partido único, implementado desde a independência, em 1975. De acordo com Luca Bussotti a nova Constituição deu aos cidadãos moçambicanos e à mídia oportunidade de expressar suas opiniões (BUSSOTTI, 2015), a partir da garantia do direito às liberdades individuais e de associação sem o vínculo com o Estado, a liberdade de imprensa e direito à greve, instituindo o Estado Moçambicano como um Estado Democrático de Direito. Tais circunstâncias¹⁶⁶ geraram condições não apenas para as Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGIs) no campo da assistência humanitária, mas também para uma sociedade civil local em crescimento na participação de campanhas de educação cívica e eleitoral durante as várias eleições gerais e municipais em Moçambique (KLEIBL, 2017).

¹⁶⁵ LEMOS, Anabela. Entrevista com Anabela Lemos, representante da ADECRU. 2018.

¹⁶⁶ É válido ressaltar também a adoção de uma economia de mercado, resultante em grande parte das medidas impostas pelo Banco Mundial e o FMI. Neste quadro, Kleibl (2017) afirma que, com o objetivo de reduzir a ação do Estado sua função de prestação de serviços e aumentar a participação dos doadores na tomada de decisões locais, a agenda de boa governança desses doadores apoiou ONGIs e a criação de ONGs locais.

Até recentemente, o país era visto (internacionalmente) de forma otimista como um caso exemplar de construção de um modelo pluralista e inclusivo de democracia, “demonstrando a eficácia de modelos de reconciliação pós-conflito que ajuda a produzir um crescimento econômico sustentável” (DARCH, 2017. p. 5). Compreende-se que na formação de tal visão otimista, não foram levados em consideração elementos que demonstram a insuficiência dos Acordos Gerais de Paz de outubro de 1992 para a pavimentação de caminhos para o que Darch chama de “paz positiva no seu sentido absoluto”, isto é, “não apenas um fim ao conflito armado, mas uma democratização do Estado, responsabilidade e transparência política, descentralização tanto no sentido administrativo como político, e uma vida melhor para a maioria dos cidadãos moçambicanos” (DARCH, 2017, p. 10).

Luca Bussotti analisa a impossibilidade de uma real transição democrática devido à formação de um modelo de “democracia bloqueada” – que até 1999 respondeu às expectativas dos doadores internacionais.

A democracia bloqueada tinha riscos políticos, mas ainda continuavam implícitos, embora um pequeno sinal tinha sido mandado. Considerada a situação da qual o país tinha saído há pouco tempo, não era de descartar a ideia de uma partilha de poder entre as duas forças maiores, ou a nomeação de alguns governadores provinciais, por parte de Chissano, próximos às posições da Renamo. Ao contrário, isso não aconteceu, à mesma maneira que, em campo militar, os dois exércitos nunca se fundiram, para formar uma força armada realmente nacional. Esta opção fez com que a Renamo continuasse a ter a sua tropa, deixando constantemente a esta formação a alternativa de se tornar definitivamente um partido a todos os efeitos, ou um movimento resistente ao quadro institucional e legal (2014, p. 4).

O autor realiza uma divisão periódica: I) Após o Acordo Geral de Paz em 1992 até 1999 (momento em que Moçambique estabeleceu um “modelo de democracia implicitamente bloqueado”, mas que avançava, ainda que dentro de barreiras invisíveis); II) Após as segundas eleições gerais de 1999 (período em que a essência da democracia moçambicana é exposta enquanto um sistema “bloqueado”).

Isto se dá porque apesar de mais uma vitória da FRELIMO nas eleições de 1999, desta vez, a manutenção do partido no poder é ameaçada pelos inesperados 47,71% votos atribuídos a Afonso Dhlakama (contra 52,29% a Joaquim Chissano). Isto posto, a distância tênue entre os dois candidatos representou uma chance real de vitória da RENAMO, que contestou fortemente tais resultados alegando a existência de fraudes e irregularidades eleitorais. Nesse sentido, o autor destaca que a FRELIMO geriu tal “risco político” lidando com os processos eleitorais de forma não transparente e até violenta, diminuindo os espaços de pluralismo, tolerância, de

participação política, de livre debate e exercendo um controle rigoroso da mídia e de outras organizações sociais¹⁶⁷.

Na sequência, após as terceiras eleições gerais em 2004, o ambiente político no país desgastou-se ainda mais em decorrência do monopólio do cenário político pelos dois mesmos partidos políticos, além da manutenção do sistema presidencialista instituído em 1990, no qual, os poderes e funções são concentrados no Presidente da República e “abrange todos os âmbitos da vida política do país, o que o torna, de fato, dono incontestável do país” (MACUANE, 2009 apud BUSSOTTI, 2004). Com efeito, desde que a FRELIMO começou a governar o país houve uma confusão entre as esferas do partido e do Estado, do público e do privado.

Diante deste cenário de entrada de Guebuza à presidência da república, houve forte controle e dominação da comunicação social e da sociedade civil moçambicana. Na concepção da comunidade internacional e de muitos doadores, o papel e a agenda da sociedade civil têm sido prevalentemente definidos pelo governo, que, por sua vez, utilizou estratégias como a instrumentalização e a cooptação de lideranças da sociedade civil em estruturas do governo e do partido no poder (KLEIBL, 2017).

Destaca-se que o já limitado espaço de ação da sociedade civil tem sido reduzido na última década (KLEIBL, 2017). Algumas das dificuldades da sociedade civil Moçambicana estão relacionadas à desarticulação e, em muitos casos, dependência de ajuda financeira de doadores estrangeiros (MONJANE, 2016), além da carência de recursos humanos (principalmente de mão de obra qualificada) e a baixa atuação e concentração delas em certas províncias, particularmente as localizadas em regiões rurais (FRANCISCO, 2010). De outra parte, a própria legislação que deveria assegurar liberdades e direitos à participação democrática, possibilita a ação repressora do Estado e impõe “limitações ao exercício de cidadania e legitima o exercício de práticas de controle social que põem em causa a democratização do espaço público [...]” (MONJANE, 2016, p. 145). Com relação ao controle e limitação impostos pelo governo às comunidades, relata o coordenador da ADECRU:

Tivemos muitas dificuldades para trabalhar com as comunidades, com as populações. Há muito controle, muitas restrições. [...] também conversando com outras organizações, elas também não conseguiram manter reuniões com as comunidades porque o governo entende que a única entidade que pode realizar reuniões ou trabalhos

¹⁶⁷ É pertinente relembrar os violentos episódios de repressão em 2000, em que pessoas foram mortas durante uma manifestação, convocada pela RENAMO, contra as fraudes do processo eleitoral. Em seguida, mais de oitenta detidos nas manifestações morrem alegadamente por asfixia, encarcerados numa mesma cela. Além disso, muitos jornalistas são ameaçados e Carlos Cardoso, um jornalista crítico ao governo que havia denunciado uma fraude chega a ser assassinado.

com as comunidades, é o próprio governo. A partir daí, é que as comunidades estão proibidas de receber quaisquer outros grupos. Isso é apenas um dos dados indicadores de que não só a liberdade de expressão, mas a liberdade de associação de populações em determinadas regiões, sobretudo, naquelas em que há um maior fluxo de investimentos de projetos, como Tete, como Cabo Delgado, ou também, em determinados distritos, onde há muita influência de partidos de oposição, essas liberdades são bastante violadas. (VUNJANHE, 2018).

Ainda, segundo Kleibl, a Constituição de 2004 estabelece “[...] *a legal-constitutional framework for the freedom of expression and association, as well as the official commitment of the government for democracy and good governance*”¹⁶⁸ (2017, p. 112). Destarte, Mazula chama a atenção para a distância entre a letra da lei e a realidade, pois não obstante a garantia legal de maior participação da sociedade civil nos processos de democratização e desenvolvimento, não está garantido “o conjunto dos mecanismos para essa participação” (MAZULA, 2006, p. 41).

É possível que a “democracia bloqueada” tenha custado ao governo moçambicano o “retorno” da crise política desde o final de 2012: o velho conflito entre RENAMO e FRELIMO. A instabilidade política acompanhou o decorrer dos anos seguintes e o conflito é acirrado em 2014, quando a FRELIMO ganha mais uma vez a eleição presidencial com o candidato Filipe Nyusi, uma vez que além da pressão da RENAMO, ele sofre com um processo de falta de legitimidade, pela desconfiança generalizada a respeito da possível corrupção do processo eleitoral e desonestidade da FRELIMO, sendo esta uma das principais responsáveis pelo reinício da guerra civil. Assim, perpetua-se o conflito político que acreditava-se já haver superado.

Neste sentido, a FRELIMO é acusada de partidarização do Estado, falta de abertura política para a RENAMO e falta de transparência no processo eleitoral. De fato, “implicitamente, a FRELIMO identificava-se com o povo moçambicano, portanto nenhuma outra força podia substituí-lo nessa tarefa histórica. [...] Esta é a base da democracia bloqueada e da sua ambiguidade” (BUSSOTTI, 2014, p. 5). Em contrapartida, a FRELIMO acusa a RENAMO de ter quebrado os acordos e paz, voltando a utilizar a força armada.

Mondaini e Neves (2018) observam que, desde a independência, até o momento presente, as duas principais forças políticas do país (FRELIMO e RENAMO) nunca superaram uma “visão militarizada da política”. Essa disputa parece ter sido aumentada pelo contexto de

¹⁶⁸ “[...] um quadro jurídico-constitucional para a liberdade de expressão e associação, bem como o compromisso oficial do governo com a democracia e a boa governança” (KLEIBL, 2017, p. 112, tradução nossa).

exploração dos recursos naturais do rico Corredor de Nacala pelas empresas e governo e pela expectativa de vultosos lucros e vantagens (GALLO, 2017).

Em entrevista concedida à *Agence France Press* (AFP) em novembro de 2012, após ter regressado à antiga base militar da RENAMO em Gorongosa (onde começou a treinar antigos veteranos), Afonso Dhlakama afirma estar disposto a retornar à guerra¹⁶⁹. Nas palavras do líder da RENAMO, “eu preparo homens e, se for preciso, sairemos daqui e destruiremos Moçambique”. [...] “Nós queremos dizer a Guebuza que você come bem. Nós também queremos comer bem”, referindo-se, como destaca a notícia, à partilha das riquezas do país, apropriadas pela FRELIMO. Cabe mencionar outro episódio posterior, em agosto de 2015, quando a RENAMO demandou a nomeação dos gestores das empresas públicas pelos partidos, argumentando que “não pode continuar o princípio segundo o qual só aquele que tem o cartão do actual partido no poder, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), pode ter acesso aos recursos” (DW, 2015)¹⁷⁰.

O Corredor de Nacala é também um território de intensas disputas e confrontos pelo grande potencial econômico (como visto no capítulo 2). À vista disso, são estabelecidas alianças entre os investidores (estrangeiros e nacionais), os representantes de governos e líderes comunitários. Estas alianças, conforme Bruna (2019), são desfavoráveis às comunidades, já que viabilizam o burlamento de legislações - como nos casos de cálculos de indenizações e compensação às famílias realocadas -, além de contribuírem com o aumento das taxas de estratificação rural e da já difícil situação das desfavorecidas comunidades que habitam a região (BRUNA, 2019).

Apesar dos investimentos na região, Moçambique vive sob a sombra da fome e do desenvolvimento desigual. Mais de 80% da população moçambicana tem na agricultura familiar o seu meio de vivência, respondendo pela produção de mais de 90% da alimentação do país, contudo, a maior parte do orçamento do Estado e dos subsídios no setor agrícola são direcionados aos médios e grandes agricultores, e à região sul do país, que corresponde à menor população e menor produção (MOSCA; ABBAS, 2016a).

Dados do SETSAN indicam que a insegurança alimentar afeta mais os agregados familiares que dependem do trabalho informal ocasional, assistência alimentar e da esmola;

¹⁶⁹ Após um ano, em outubro de 2013, as forças do governo atacaram a base da RENAMO, que respondeu ao ataque, anunciando o fim do Acordo de Paz de 1992. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/doze-momentos-chave-do-conflito-entre-a-renamo-e-o-governo-de-mo%C3%A7ambique/a-17822725>>. Acesso em: jan. 2019.

¹⁷⁰ RENAMO quer gestores nomeados pelos partidos nas empresas públicas. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/renamo-quer-gestores-nomeados-pelos-partidos-nas-empresas-p%C3%BAblicas/a-18656468>>. Acesso em: jan. 2019.

além dos agregados familiares que trabalham com a produção agrícola e pecuária e venda, pela obtenção de baixos rendimentos e menor acesso aos mercados. Existe uma elevada taxa de desnutrição crônica em Moçambique, principalmente nas crianças, maior nas zonas rurais que nas urbanas. Estima-se que no país, cerca de 43% das crianças até aos cinco anos enfrente desnutrição crônica. Localizada no Corredor de Nacala, a província de Nampula tem um dos maiores índices de má nutrição do país, que atinge cerca de 50% das crianças menores de cinco anos, de acordo com um estudo da Fundação para Desenvolvimento da Comunidade (FDC), realizado em 2018.

A difícil situação de insegurança alimentar do país e a necessidade de se voltar os esforços para o desenvolvimento, parece ser um consenso entre as organizações da sociedade civil, tanto as favoráveis, como as contrárias à implementação do ProSAVANA. De acordo com António Mutoua, coordenador da Solidariedade Moçambique,

[...] se correrem ao longo do Corredor de Nacala, vão ver uma pobreza extrema, vão ver áreas, zonas, que até produzem, mas que não conseguem comercializar porque a estrada não está boa, agora, o tempo também mudou ciclicamente, não é? [...] Esse programa agora vai estar a discutir com as pessoas e a criar um documento com essas pessoas, não um documento do Mutoua, mas o programa vai catapultar o desenvolvimento. No Corredor de Nacala até há sobreposição de investimentos porque a área é muito rica e, politicamente, é uma área densa. Nós como ativistas sociais temos que colocar a balança no meio. Nós queremos o desenvolvimento daquelas comunidades. O nível de pobreza é extrema e se nós estamos a defender o desenvolvimento, o desenvolvimento que queremos não é um desenvolvimento desestruturado, mas estruturado. Entendemos que as comunidades estão sendo marginalizadas no processo de desenvolvimento. O problema é que essas empresas em vez de trazer o desenvolvimento, trazem o conflito. “[...] Temos muito a ganhar com a experiência do Brasil. Para nós, na área agrária, eu acho no Brasil, há muita experiência, apesar dos problemas que tem, como no acesso à terra, como a agricultura desenvolvida no Brasil, mas a tecnologia avançou muito. O que precisamos fazer aqui é forçar o governo a cumprir as leis de terras. Se o governo cumprir as leis de terras, nós não vamos ter problemas”. Afinal de contas, o que nós queremos é que as nossas comunidades se desenvolvam, de maneira melhor (MUTOUA, 2018)¹⁷¹.

De forma semelhante à Solidariedade Moçambique, as demais organizações que compuseram o mecanismo de Coordenação, compreendem que a partir do momento em que a sociedade civil passou a ser envolvida no processo, por meio do Mecanismo de Coordenação, com uma abertura de diálogo com o governo e com a coordenação do programa, do atendimento à determinadas demandas da sociedade civil, e a partir das mudanças nos termos do programa, apontam que são favoráveis à atual configuração do PD - Versão Zero e que o ProSAVANA pode melhorar a realidade agrícola do país. Conforme o coordenador do PPOSC-N, “o

¹⁷¹ MUTOUA, António. Entrevista com António Mutoua, representante da Solidariedade Moçambique. 2018.

ProSAVANA vem capacitar tecnicamente os camponeses para trabalharem nas suas próprias terras. [...] vem empoderar o produto dos camponeses” (BASÍLIO, 2018)¹⁷². Para isto, como indicaram os representantes da FONGZA, é necessária “a concretização da agenda agrária com a mecanização da agricultura” (MUCHANGA, 2017)¹⁷³. No mesmo sentido, em entrevista, o Secretário Executivo da FONAGNI, Suizane Rafael, afirma:

O ProSAVANA é inovador porque vai trabalhar diretamente com os camponeses dos Distritos de Cuamba, Mecanhelas, Mandimba, Ngaúma, Majune, Lichinga, Chimbunila e Sanga para o Niassa; Distritos de Guruê e Alto-Molócue na Zambézia; Distritos de Monapo, Muecate, Meconta, Nampula, Mogovolas, Murrupula, Rapale, Mecuburi, Lalaua, Ribaue e Malema em Nacala. É importante dizer que nos últimos 15 anos o Governo fez muito pouco para revolucionar a agricultura nestas 3 províncias Niassa, Nampula e Zambézia. O ProSAVANA é uma saída para combater a fome e aumentar a renda dos camponeses. Nos últimos anos, há cada vez mais necessidades de alimentos nos países vizinhos, em contrapartida, no Norte de Moçambique há bons índices de produção. Com o apoio de países como Brasil e Japão, pensamos que muita coisa irá mudar para melhor (RAFAEL, 2017)¹⁷⁴.

Apesar de as organizações que compõem a Campanha não ao ProSAVANA concordarem com as organizações que constituem o Mecanismo sobre a necessidade de desenvolvimento e reconhecerem o problema de insegurança alimentar que atinge o país, por outro lado, compreende-se que uma das questões centrais é a discordância quanto às concepções de desenvolvimento e às proposições de soluções para superar a atual situação. Ao se referir aos megaprojetos de desenvolvimento agrícola alocados no Corredor de Nacala, o representante da Livaningo, Clemente Ntauazi (2018) questiona:

Mas que tipo de desenvolvimento estamos a referir? Que despova os camponeses? Que arranca a terra de 80% da população que depende da agricultura? Que altera a dieta alimentar? Será que é esse o desenvolvimento que nós [moçambicanos] pretendemos? Desenvolvimento para quem?¹⁷⁵

De acordo com o Coordenador da ADECRU “o desenvolvimento não pode ser simplesmente uma proposta dos centros urbanos ou das elites políticas, que apresentam suas soluções e entendem que há pessoas que têm que se beneficiar disto”. Isto posto, entende que o desenvolvimento em Moçambique “tem que ser um processo de participação e protagonismo das próprias comunidades”, onde estas possam participar e apresentar “propostas de políticas e demandas de suas aspirações junto às autoridades e que essas propostas e demandas sejam

¹⁷² BASÍLIO, Augusto. Entrevista com Augusto Basílio, representante da PPOSC-N. 2018.

¹⁷³ MUCHANGA, Joaquim. Entrevista com Joaquim Muchanga, representante da FONGZA. 2017.

¹⁷⁴ RAFAEL, Suizane. Entrevista com Suizane Rafael, representante da FONAGNI. 2017.

¹⁷⁵ NTAUZI, Clemente. Entrevista com Clemente Ntauazi, representante da LIVANINGO. 2018.

incorporadas e, aliás, que sejam a base das políticas e das propostas de desenvolvimento em Moçambique” (VUNJANHE, 2018).

O modelo de desenvolvimento defendido pelas organizações da sociedade civil que se opõem à implementação do programa (UNAC, ADECRU, CAJuPaNa, Justiça Ambiental, Livaningo, Amigos da Terra Moçambique, Liga Moçambicana dos Direitos Humanos – LDH, entre outras), membros da Campanha Não ao ProSAVANA, resume-se no comunicado de imprensa, publicado em junho de 2018:

Nós membros da “Campanha Não ao ProSAVANA”, camponeses e camponesas, mantemos o nosso posicionamento sobre este programa e a forma como nos vem sendo imposto. Reafirmamos que investimentos como o ProSAVANA, programa de desenvolvimento do corredor logístico de Nacala e o programa Sustenta não são e jamais serão alternativas de desenvolvimento agrário que se ajustam às necessidades dos moçambicanos e moçambicanas, que estes jamais responderão às nossas necessidades alimentares. A campanha continua a defender a agricultura camponesa e familiar, que a agroecologia é a única forma do país alcançar a soberania alimentar e evitar que os produtores familiares caiam na armadilha das corporações que pretendem controlar o nosso sistema alimentar. Assim sendo, a campanha continuará a resistir contra o modelo desenvolvimento excludente e discriminatório baseado no agronegócio que nos é imposto, pois entendemos que este modelo proposto tem como base a expansão e acumulação de capital por parte dos grandes investidores e assenta-se na produção de lucro e não no bem-estar dos povos como devia ser (CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA, 2018)¹⁷⁶.

De acordo com essas organizações, o conflito em torno do ProSAVANA, contraditoriamente, fomentou o fortalecimento das alianças e da solidariedade entre as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais moçambicanos em torno da causa, e em articulação com as brasileiras e japonesas.

[...] uma das lutas que ganhou uma magnitude internacional. Foi uma das lutas que ganhou uma solidariedade ampla internacional. Foi uma das lutas que sentiu-se um comprometimento do ponto de vista da solidariedade nos três países que estão dentro do circuito do programa, mas não só esses mesmos países, pois conseguiu abrir mais alianças extra país. Então, o ProSAVANA veio, de certa forma, a fundamentar um pouco mais porque é que nós tínhamos que estar unidos na defesa do modelo que achamos que pode ser sustentável, em detrimento de um outro modelo que estamos sendo impostos. [...] o ProSAVANA foi uma das questões que provou que, de facto, era preciso que os povos estejam unidos, que os povos parem as diferenças, que os povos partilhem as consequências dos danos que são criados por modelos, digamos, com uma visão de capitalismo selvagem. Então, de certa forma, o ProSAVANA veio fundamentar essa união (MUNANGA, 2018).

¹⁷⁶ Comunicado de Imprensa: Campanha reitera sua posição contra o Prosavana em Moçambique. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Comunicado%20da%20campanha.%20NAO%20ao%20ProSAVANA%20FINAL.pdf>. Acesso em: dez. 2019.

Por outro lado, percebe-se o avanço da articulação na perspectiva de que os promotores não têm conseguido, pelo menos, de forma aberta e oficial, concretizar o programa nos termos que pretendiam. Desde a independência de Moçambique, não se conhece uma experiência igual, em termos de uma política ou de um programa nesta dimensão que tenha sido protelada e cujas mudanças foram influenciadas pela contestação local-transnacional de um movimento da sociedade civil tão amplo quanto a Campanha Não ao ProSAVANA.

No estudo das contradições que permeiam o controverso programa ProSAVANA, compreende-se que, embora sob diferentes realidades sociais, políticas e econômicas, existe uma lógica similar no que se refere à implementação deste e às principais características identificadas na literatura que analisa criticamente os megaprojetos, já abordada nos primeiros capítulos. São elas: o caráter transformacional dos megaprojetos (LYNCH; GELLERT, 2003), (FLYVBJERG, 2014); falta de transparência; falta de participação pública; falta de informação (e desinformação); violação de práticas estabelecidas de boa governança; manipulações; relações *top-down*; sociedade civil cética ou negativa, posicionando-se e mobilizando-se contra sua implementação (PRIEMUS, 2010); (FLYVBJERG et al., 2003; 2014); (BUDZIER; FLYVBJERG, 2013); e processo de espoliação da terra e expulsão das comunidades locais (LYNCH; GELLERT, 2003); (MATOS; MEDEIROS, 2013), que ganham um caráter mais violento nos países periféricos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o fim do regime socialista de partido único, Moçambique começou a caminhar em direção à adoção de uma economia de mercado e à promoção da entrada do capital internacional, passando por um processo de adequação do seu cenário jurídico-legal aos interesses dos investidores e assumindo um modelo de desenvolvimento compatível com a reestruturação do processo produtivo internacional. Com isso, Moçambique integrou a geopolítica mundial tendo como base uma economia de natureza extrativista, voltada para exportação de bens primários e extremamente dependente do investimento e do comércio dos países centrais.

No caminho para a construção do novo futuro projetado na independência, os moçambicanos, assim como os outros povos do continente africano, nas palavras de Munanga, “continuaram a carregar o legado da colonização em sua estrutura política e econômica [...] controlada do exterior”. Assim, “a velha ordem econômica internacional se mantém apesar dos discursos e das declarações feitas nos foros mundiais para transformá-la numa nova ordem, que repartiria equitativamente as riquezas da humanidade” (MUNANGA, 2016, p. 3).

Nesse sentido, o país permitiu a entrada do Investimento Direto Estrangeiro - IDE e depositou as esperanças nos megaprojetos para a exploração das riquezas naturais, na tentativa de promover o crescimento econômico, aumentar a produção de alimentos, combater a fome e reduzir as mazelas sociais que assolam o país. Leva-se em consideração que a crise mundial de alimentos de 2008 fomentou o aumento de investimentos em terras estrangeiras pelo agronegócio em países periféricos, como Moçambique. Também passaram a fazer parte da corrida pelas terras de Moçambique os países emergentes. No caso do Brasil, num momento em que o país deslocava o eixo da política internacional para o hemisfério Sul, a política externa de Cooperação Sul-Sul representou a principal base de sustentação da presença inicial brasileira em Moçambique.

Nesse processo, uma das áreas mais cobiçadas pelo capital estrangeiro, o Corredor de Nacala, se configura enquanto uma área prioritária de desenvolvimento. Após a análise das dinâmicas do Corredor de Nacala, destacam-se as seguintes questões a respeito do modelo de desenvolvimento em vias de implementação: i) aprofundamento das características de uma economia marcada pela dependência e subalternidade, na medida em que o país continua voltado para o extrativismo e exportação, basicamente, de produtos primários e se insere no contexto do capital transnacional, cujo padrão de acumulação centra-se no exterior; ii) grande presença de iniciativas brasileiras no país - tanto no eixo da cooperação quanto no eixo dos

investimentos -, que não devem ser consideradas “desinteressadas”, “solidárias” ou “horizontais”, pois são cada vez mais perceptíveis as assimetrias dentro das próprias relações Sul-Sul; iii) ações brasileiras inseridas no âmbito e em convergência com a atuação das instituições financeiras de potências capitalistas internacionais, do norte global, apesar do discurso de promoção de alternativas de desenvolvimento; iv) existência de estratégias baseadas na criação de corredores logísticos para a exploração integrada do Corredor de Nacala, que inclui o desenvolvimento de iniciativas do agronegócio, indústria extrativa e infraestruturas, por meio da convergência de esforços entre o governo Moçambicano, governos do Sul e do Norte global - muitas vezes, por meio da cooperação internacional -, investidores privados, agências internacionais e elites locais associadas ao sistema do poder; v) aprofundamento de conflitos referentes ao controle e expropriação de terras e exploração de recursos naturais e deslocamentos compulsórios das comunidades locais, que têm seus modos de vida constantemente ameaçados.

Com efeito, tal modelo de desenvolvimento em curso, cujo centro de estratégia parece ser a mobilização de grandes investimentos estrangeiros voltados para a extração e exploração de recursos e riquezas naturais para atender prioritariamente os interesses do mercado externo, integra também o ProSAVANA.

Observa-se que o programa mobiliza múltiplos interesses e seu espaço de atuação coincide com territórios de interesse de agências multilaterais provenientes das grandes potências econômicas mundiais, como JICA, USAID e FAO; algumas das principais instituições financeiras multilaterais, como Banco Mundial; corporações multinacionais; além de iniciativas transnacionais, como NAFSN, AGRA, *Grow Africa*, FTF, SAFRA e SSTP. Estas, como o ProSAVANA, apresentam um caráter exploratório, marcado pela submissão da agricultura familiar à agricultura comercial de larga escala que prioriza a exportação de *commodities*.

Compreende-se que o ProSAVANA já apresenta uma lógica similar de contradições identificadas em estudos críticos a respeito dos megaprojetos, das quais, destaca-se: o caráter transformacional dos megaprojetos; falta de transparência; falta de participação pública; falta de informação (e desinformação); violação de práticas estabelecidas de boa governança; manipulações; relações *top-down*; sociedade civil cética ou negativa, posicionando-se e mobilizando-se contra sua implementação; e processo de espoliação da terra e expulsão das comunidades locais, que gera o aprofundamento da vulnerabilidade das comunidades locais, desigualdades socioeconômicas e de conflitos.

Ao mesmo tempo, no caso do ProSAVANA em Moçambique, observa-se que também foram geradas (re)ações de objeção e resistência sem precedentes, o aumento do debate político crítico nos meios de comunicação social, de manifestações espontâneas, protestos e denúncias, bem como o incentivo à participação democrática das populações na construção de mudanças sociais e transformações de longo prazo. Isto, em virtude da atuação de organizações da sociedade civil moçambicanas (articulando-se a nível internacional com outras organizações e movimentos sociais). Compreende-se que vislumbraram, nos posicionamentos assumidos, diversos princípios ético-políticos capazes (caso potencializados) de se transformarem em direções ético-políticas em disputa, para além da polarização dominante entre FRELIMO e RENAMO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABC. **Cooperação Sul-Sul**. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>>. Acesso em: out. 2019.

_____. **Cooperação Sul-Sul Moçambique**. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Mocambique>>. Acesso em out. 2019.

ABC; EMBRAPA. **Resumo Executivo. ProSAVANA- TEC**. Projeto de melhoria da capacidade de pesquisa e de transferência de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura no corredor de nacala em Moçambique. 2011. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/37233239/prosavana-tec-resumo-executivo-texto-pnud>>. Acesso em: dez. 2019.

ABC; JICA; MINAG. **Memorandum de Entendimento sobre a Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique**. Maputo, 2009.

ABC; JICA. **Programa de Parceria Japão-Brasil 10 anos**, Programa de Treinamento para Terceiros Países, 25 anos. Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores e JICA, 2010. Disponível em: <http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/pdf/jbpp10anos.pdf>>. Acesso em: out. 2019.

ACB. **Actividades de investimento agrícola no Corredor da Beira, Moçambique: ameaças e oportunidades para os camponeses**. ACB: Joanesburgo, 2015.

ADECRU. **Posição da Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunicados Rurais (ADECRU) sobre a “Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional” em Moçambique**. Nampula, 2013. Disponível em: <https://alice.ces.uc.pt/news-old/?p=2373>>. Acesso em: out. 2019.

_____. **Governo do Distrito de Malema persegue e ameaça camponeses que rejeitaram o ProSavana**. Nampula, 2015. Disponível em: <https://adecru.wordpress.com/2015/05/11/governo-do-distrito-de-malema-persegue-e-ameaca-camponeses-que-rejeitaram-o-prosavana/>>. Acesso em: dez. 2019.

AFRICAN UNION. **Organization of African Unity Charter**. Addis Ababa, 1963. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/treaties/7759-file-oau_charter_1963.pdf>. Acesso em: ago. 2019.

AGÊNCIA PETROBRAS. **Concluída a venda da participação da Petrobras Biocombustível na Guarani**. 2017. Disponível em: <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/concluida-a-venda-da-participacao-da-petrobras-biocombustivel-na-guarani.htm>> Acesso em: nov. 2019.

_____. **Petrobras Biocombustível estuda projeto de produção de etanol em Moçambique.** 2012. Disponível em: <https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=974613>. Acesso em: nov. 2019.

AGRA. **Africa Agriculture Status Report: Youth in Agriculture in Sub-Saharan Africa.** Nairobi, 2015. Disponível em: <<https://agra.org/AGRAOld/wp-content/uploads/2016/04/africa-agriculture-status-report-2015.pdf>>. Acesso em: ago. 2019.

_____. **Partnership for Inclusive Agricultural Transformation in Africa (PIATA).** 2017. Disponível em: <<https://agra.org/piata/>>. Acesso em: ago. 2019.

ALMEIDA, P. A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 44, n. 1, p. 112-136, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292001000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jul. 2019.

AMANOR, K. S.; CHICHAVA, S. South-South Cooperation, Agribusiness, and African Agricultural Development: Brazil and China in Ghana and Mozambique, **World Development, Elsevier**, vol. 81(C), p.13-23, 2016.

AMIN, S. L'économie politique de l'Afrique et la mondialisation. In: **Et si l'Afrique refusait le marché?** Paris: L'harmattan, 2001.

_____. **O desenvolvimento desigual:** ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

AMORIM, C. **A África tem sede de Brasil.** 2011. Disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/celso-amorim-a-africa-tem-sede-de-brasil.html>>. Acesso em: dez. 2019.

ARAGÃO, F. **Vozes de Nacala:** uma análise sobre as potencialidades e limites da articulação contra o ProSAVANA. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24477>>. Acesso em: jun. 2019.

AVELHAN, B. **Análise de incentivos para o cumprimento de leis em sistemas agroindustriais.** Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BANCO MUNDIAL. **Perspectivas para os Polos de Crescimento em Moçambique:** sumário do relatório. Banco Mundial, 2010.

BATA, E. J.; BARREIRA, C. M. A.; ALMEIDA, M. G. Impactos sócio-espaciais e político-econômicos dos megaprojetos de mineração em Moçambique: o caso da exploração do carvão mineral de Moatize. **CAMPO - TERRITÓRIO: REVISTA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, v. 11, n. 22, p. 93-122, 2016.

BBC. **BNDES: o que está em jogo nos dois pontos polêmicos que levaram à saída de Levy do banco.** 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48684760>>. Acesso em: jul. 2019.

_____. **O aeroporto fantasma feito pela Odebrecht em Moçambique, que o BNDES financiou e tomou calote.** 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42074053>>. Acesso em: nov. 2019.

BEAUD, M. **História do capitalismo de 1500 até nossos dias.** Tradução Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BILA, J. **Direitos Humanos em África: questões moçambicanas.** Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013.

BNDES. **BNDES inaugura escritório de representação na África.** 2013. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20131206_africa>. Acesso em: jul. 2018.

_____. **Transparência.** Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia>>. Acesso em: abr. 2018.

BORRAS, S.; FRANCO, J.; KAY, C.; SPOOR, M. **Land grabbing in Latin America and the Caribbean viewed from broader international perspectives.** Santiago: Escritório regional da FAO, 2011. Disponível em: <https://www.tni.org/sites/www.tni.org/files/download/borras_franco_kay_spoor_land_grabs_in_latam_caribbean_nov_2011.pdf>. Acesso em: dez. 2019.

BORÓN, A. Teoría(s) de la dependencia. In: **Realidad económica** n. 238 – 16 ago./ 30 set., 2008. Disponível em: <<http://www.iade.org.ar/uploads/c87bbfe5-15d6-9281.pdf>>. Acesso em: dez. 2019.

BRUNA, N. Reflexões sobre o Modelo de Desenvolvimento Rural e Cooperação no Corredor de Nacala. **Cadernos de Estudos Africanos**, v. 37, p.185-211, 2019.

BUCUANE, A.; MULDER, P. **Exploring natural resources in Mozambique: Will it be a blessing or a curse** Paper presented at the Instituto de Estudos Sociais e Económicos Conference, Maputo, 2007.

BUDZIER, A.; FLYVBERG, B. Making-Sense of the Impact and Importance of Outliers. In: **Project Management through the Use of Power Laws.** Conference: IRNOP (International Research Network on Organizing by Projects), v. 11, 2013.

BUSSOTTI, L. A GESTÃO DO “RISCO POLÍTICO” NA DEMOCRACIA MOÇAMBICANA: Análise e perspectivas. **Revista Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2. n. 20, 2014.

CABAÇO, J. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAJUPANA; ADECRU. **Comunicado de Imprensa Conjunto**. Nampula, 2015. Disponível em: <https://adecru.wordpress.com/2015/05/11/exigimos-a-suspensao-e-invalidacao-imediata-da-auscultacao-publica-do-plano-director-do-prosavana/>>. Acesso em: out. 2019.

_____. **Corredor de Nacala**: Comunidades se mobilizam em defesa da terra e combate ao tráfico humano. 2016. Disponível em: https://adecru.wordpress.com/2016/08/29/%EF%BB%BFcorredor-de-nacala_comunidades-se-mobilizam-em-defesa-da-terra-e-combate-ao-trafico-humano/>. Acesso em junho 2019.

CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA. **Comunicado de Imprensa**: Campanha reitera sua posição contra o ProSAVANA em Moçambique. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Comunicado%20da%20campanha.%20NAO%20ao%20ProSAVANA%20FINAL.pdf>>. Acesso em: dez. 2019.

CAMPO GRANDE NEWS. **Com dívida de R\$ 571 mi, Grupo Pinesso pede recuperação judicial**. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/economia/com-divida-de-rs-571-mi-grupo-pinesso-pede-recuperacao-judicial>>. Acesso em: Nov. 2019.

CAMPOLINA, B.; DINIZ, C. Crise global, mudanças geopolíticas e inserção do Brasil. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 638-655, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131572014000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: out. 2019.

CARGILL. **Cargill é a maior empresa do agronegócio no Brasil**. 2018. Disponível em: https://www.cargill.com.br/pt_BR/2018/melhores-e-maiores>. Acesso em: jun. 2019.

CARMODY, P. **The Rise of BRICs in Africa**: The Geopolitics of South-South Relations. Londres; New York: Zed Books, 2013.

CARTA ABERTA para deter e refletir de forma urgente o Programa Prosavana. Maputo, 2013. Disponível em: <http://contag.org.br/arquivos/porta1/file/Carta%20Aberta%20Programa%20ProSavana.pdf>>. Acesso em: nov. 2019.

CASTEL-BRANCO, C. **Desafios da Mobilização de Recursos Domésticos**: revisão crítica do debate. Maputo: IESE, 2011, p. 1-32.

_____. Desafios da sustentabilidade do crescimento económico: uma “bolha econômica” em Moçambique? In: BRITO, L. et al. (Orgs.). **Desafios para Moçambique 2015**. Maputo: IESE, 2015. p. 157-199.

_____. Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. In: CASTEL-BRANCO, C. et al. **Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique**. Maputo: IESE, 2010. p. 1-100.

_____. **Megaprojetos e Estratégia de Desenvolvimento**: notas para um debate. Maputo: IESE, 2002. p. 1-12.

_____. Opções Económicas de Moçambique 1975-95: Problemas, Lições e Ideias Alternativas. In: MAZULA, B. (ed.). **Moçambique**: Eleições, Democracia e Desenvolvimento. Maputo: DINAME, 1994. p. 581-636.

_____. Os Mega-Projectos em Moçambique: Que contributo para a Economia Nacional? In: **Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extractiva**, Museu de História Natural, Maputo: IESE, 2008. p. 1-18.

_____. Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário. In: CASTEL-BRANCO, C. (ed.). **Moçambique: perspectivas económicas**. Maputo: UEM/Friedrich-Ebert-Stiftung, 1994. p. 87-157.

CASTEL-BRANCO, C.; MANDLATE, O. Da Economia Extractiva à Diversidade da Base Produtiva: O Que Pode o PARP Utilizar da Análise do Modo de Acumulação em Moçambique. In: BRITO et al. (Orgs.). **Desafios para Moçambique 2012**. Maputo: IESE, 2012. p. 117-144.

CASTEL-BRANCO, C.; OSSEMANE, R. Crises cíclicas e desafios da transformação do padrão de crescimento económico em Moçambique. In: BRITO et al. (Orgs.). **Desafios para Moçambique 2010**. Maputo: IESE, 2010. p. 142-183.

CATSOSSA, L. ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 239-264, 2014.

CHAMADA dos Povos para invalidação imediata da “auscultação pública do Plano Director do ProSAVANA”. Maputo, 2015. Disponível em: <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2015/06/CHAMADA-DOS-POVOS-PARA-INVALIDA%C3%87%C3%83O-IMEDIATA-DA-AUSCULTA%C3%87%C3%83O-P%C3%9ABLICA-DO-PLANO-DIRECTOR-DO-PROSAVANA-.pdf>>. Acesso em: mai. 2019.

CHANAIWA, D. A África Austral. In: MAZRUI A.; WONDJI. C. (Orgs.). **História Geral da África – VIII: África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 295-334.

CHANAIWA, D.; ASANTE, S.K.B. O Pan-africanismo e a integração Regional. In MAZRUI. A.; WONDJI. C. (Orgs.). **História Geral da África – VIII: África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 873-896.

CHANAIWA, D.; KODJO. E. Pan-africanismo e libertação. In: MAZRUI. A.; WONDJI. C. (Orgs.). **História Geral da África – VIII: África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 927-963.

CHARTER of The United Nations and Statute of The International Court of Justice, 1945, CPI (Centro de Promoção ao Investimento). 2017. Investimento aprovado [Data Base]. Maputo: CPI, Junho, 2017.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHICHAVA, F. Reestruturação económica e do desenvolvimento de Moçambique. In: SANTOS, B. S.; TRINDADE, J. (Orgs.). **Conflito e transformação social**: uma paisagem das justiças em Moçambique. Porto: Afrontamento, 2003. p. 141-178.

CHICHAVA, S. A sociedade civil e o ProSAVANA em Moçambique. In: BRITO, L. et al. (Orgs.). **Desafios para Moçambique 2016**. Maputo: IESE, 2016. p.375-384.

CHICHAVA, S. et al. **Chinese and Brazilian Cooperation with African agriculture**: the case of Mozambique. Working Paper 49, Future Agricultures, 2009. Disponível em: <<http://www.future-agricultures.org/publications/research-and-analysis/workingpapers/1637-chinese-and-brazilian-cooperation-with-african-agriculture-the-case-ofmozambique/file>>. Acesso em: out. 2019.

CHINWEIZU, A. África e os países capitalistas. In: MAZRUI, A.; WONDJI, C. (Orgs.). **História Geral da África – VIII**: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 927-963.

CLEMENTS, E. **Brazilian policies and strategies for rural territorial development in Mozambique**: South-South cooperation and the case of ProSAVANA and PAA. 2015. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015.

CLEMENTS, E.; FERNANDES, B. M. Estrangeirização, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique. **Observado Rural**, Maputo: Observatório do Meio Rural (OMR), n. 6, mai. 2013. Disponível em: <http://www.omrmz.org/images/publicacoes/Observador_6.pdf>. Acesso em: jul. 2018.

CLINTON, H. **Keynote at the Opening Session of the Fourth High-Level Forum on Aid Effectiveness**. 2011. Disponível em: <<https://20092017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2011/11/177892.htm>> Acesso em: jun. 2019.

DARCH, C. **Uma história de sucesso que correu mal?** O conflito moçambicano e o processo de paz numa perspectiva histórica. Maputo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2018.

_____. **The Mozambican conflict and the peace process in historical perspective**. FES: Maputo, 2018.

DARWIN, C. **On the origin of species by means of natural selection**. London: John Murray, 1859.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: teoria e abordagens. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DE SCHUTTER, O. **Report submitted by the Special Rapporteur on the right to food**. UN General Assembly. Human Rights Council Sixteenth Session, Agenda item 3 A/HRC/16/49. 2010.

_____. **The New Alliance for Food Security and Nutrition in Africa**. European Parliament, 2015.

DIAS DE ANDRADE, I. **“Tem um espírito que vive dentro dessa pele”**: feitiçaria e desenvolvimento em Tete, Moçambique. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

DIAZ, J. **Jogo dos Espelhos**: Rejeição e Engajamento nas Relações entre Brasil e Moçambique (1975-2015). Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacional, Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

DN. **Brasileira Andrade Gutierrez vai retomar construção da barragem moçambicana de Moamba-Major**. 2018. Disponível em: <<https://www.dn.pt/lusa/brasileira-andrade-gutierrez-vai-retomar-construcao-da-barragem-mocambicana-de-moamba---major-9730305.html>>. Acesso em: ago. 2019.

DOUZINAS, C. The paradoxes of human rights. **Constellations**, v. 20, n. 1, p. 51-67, 2013.

DÚRAN, J.; CHICHAVA, S. O Brasil na Agricultura Moçambicana: Parceiro de Desenvolvimento ou Usurpador de Terra. In: BRITO, L. et al. (Orgs.). **Desafios para Moçambique 2013**. Maputo: IESE, 2013. p. 397-415.

DW. **RENAMO quer gestores nomeados pelos partidos nas empresas públicas**. Maputo, 2015. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/renamo-quer-gestores-nomeados-pelos-partidos-nas-empresas-p%C3%BAblicas/a-18656468>>. Acesso em: jan. 2019.

EBC. **Brasil formaliza saída da Unasul para integrar Prosul**. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-04/brasil-formaliza-saida-da-unasul-para-integrar-prosul>>. Acesso em: out. 2019.

_____. **Programa brasileiro estimula produção rural familiar em países africanos**. 2015. Disponível em: <<https://www.ebc.com.br/noticias/2015/05/programa-brasileiro-estimula-producao-rural-familiar-em-paises-africanos>>. Acesso em: out. 2019.

EKMAN S-MS.; MACAMO, C.S. **Brazilian development cooperation in agriculture: A scoping study on ProSavana in Mozambique, with implications for forests**. Bogor: CIFOR, 2014.

ESCOBAR, A. **The making and unmaking of the third World**. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

ESCRIVÃO FILHO, A.; SOUSA JÚNIOR, J. **Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos**. Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2016.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (ed.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

FDC. **Ranking FDC das Multinacionais Brasileiras**. 2017. Disponível em: <<http://acervo.ci.fdc.org.br/AcervoDigital/Relat%C3%B3rios%20de%20Pesquisa/Relat%C3>

[%B3rios%20de%20Pesquisa%202017/Ranking%20FDC%20Multinacionais%202017.pdf>.](#)
Acesso em: dez. 2018.

FERNANDES, L.; BOUKOUNGA, J.; JÚNIOR, J. Integração Econômica Regional da África Ocidental: Uma visão Crítica. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 2, nº. 8., 2011.

FERNANDEZ, P. **Além do Cordão de Prata, Labirinto dos Sonhos**. Travassos Publicações: Rio de Janeiro, 2015.

FGV PROJETOS. **Programa ProSAVANA – JBM**: Lançamento do Fundo Nacala. 2012.

_____. **Tropical Belt**: Nacala Corridor ProSavana Program. Tóquio, 2012.

FONSECA, J. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FIAN International. **FIAN International Annual Report 2014**. Disponível em: <<https://www.fian.org/files/fian-ar-2014-enpdf.pdf>>. Acesso em: ago. 2019.

FINGERMANN, N. **A Cooperação Sul-Sul no Governo Dilma**. Núcleo de estudos e Análises Internacionais – IPPRI/UNESP, São Paulo, 2015.

_____. **A Cooperação Trilateral brasileira em Moçambique – Um estudo de caso comparado**: o ProALIMENTOS e o ProSAVANA. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

_____. Os mitos por trás do ProSAVANA. **Boletim Ideias**, n. 49, Maputo, 2013.

FIORI, J. Introdução. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FLYVBJERG, B. et al. **Megaprojects and risk: an anatomy of ambition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

FLYVBJERG, B. Over Budget, Over Time, Over and Over Again: Managing major projects, In: P.W.G. Morris, J. K. Pinto, and J. Soderlund (eds.). **The Oxford Handbook of Project Management**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 321-44.

_____. The Megaprojects Paradox. **INSIGHT**, Issue n. 4, 2013. p. 12-15.

_____. **The Oxford Handbook of Megaproject Management**. New York: OXFORD University Press, 2017.

_____. What you should know about megaprojects and why: An overview. **Project Management Journal**, v. 45, n. 2, p. 6-19, 2014.

FORBES. **Cargill-MacMillan Family**. 2015. Disponível em: <<https://www.forbes.com/profile/cargill-macmillan-1/#6c272b9623b6>>. Acesso: nov. 2019.

FUNADA-CLASSEN, S. **Análise do Discurso e dos Antecedentes do Programa**

ProSAVANA em Moçambique: enfoque no papel do Japão. Tóquio, 2013a. Disponível em: <[https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk/technology/mozambique/files/files/An%C3%A1lise%20do%20Discurso%20do%20ProSAVANA%20\(Funada\).pdf](https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk/technology/mozambique/files/files/An%C3%A1lise%20do%20Discurso%20do%20ProSAVANA%20(Funada).pdf)>. Acesso em: Abr. 2019.

_____. Ascensão e Queda do Prosavana: da Cooperação Triangular à Cooperação Bilateral Contra-Resistência. **Observador Rural**, n. 82, dezembro, 2019. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/OR82-ProSAVANA-Portugues%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/OR82-ProSAVANA-Portugues%20(3).pdf)>. Acesso em: dez. 2019.

_____. Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermañ. **Boletim Ideias**, n. 52, 2013b. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_52.pdf>. Acesso em: Abr. 2019.

FURTADO, C. Desenvolvimento. In: SANSONE, L.; FURTADO, C. (Orgs.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: Edufba, 2014, p. 91-103.

GALLARDO, H. **Teoria crítica:** matriz e possibilidade de direitos humanos. Tradução Patrícia Fernandes. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

GALLO, F. **Andando à procura dessa vida:** Dinâmicas de deslocamento na província de Tete-Moçambique, do colonialismo tardio à mineradora Vale. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

GARCIA, A.; KATO, K. Políticas Públicas e interesses privados: uma análise a partir do Corredor de Nacala em Moçambique. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 29, n. 76, 2016.

GATES, B. **Development with impact: innovation and partnerships**. 2011. Disponível em: <<https://www.gatesnotes.com/Development/Development-with-Impact-Innovation-and-Partnerships>>. Acesso em: dez. 2019.

GATES FOUNDATION. **Alliance for a Green Revolution in Africa (AGRA)**. Disponível em: <<https://www.gatesfoundation.org/How-We-Work/Resources/Grantee-Profiles/Grantee-Profile-Alliance-for-a-Green-Revolution-in-Africa-AGRA>>. Acesso em: dez. 2019.

GAZETA DIGITAL. **África se torna nova aposta**. 2012. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/noticias/africa-se-torna-nova-aposta_150892.html>. Acesso em: nov. 2019.

GONCALVES, R. **No horizonte, a exaustão:** disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. (Maquiavel - notas sobre o Estado e a Política). 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GROW AFRICA. **Investing in the future of African agriculture: 1st Annual Report on private-sector investment in support of country-led transformations in African agriculture.** 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Grow%20Africa%20%20Annual%20Report%202013%20-%20Low-Res%20v1.1_1.pdf>. Acesso em: ago. 2019.

_____. **Summary of Outcomes of Grow Africa Sessions during World Economic Forum on Africa.** 2017. Disponível em: <<https://www.growafrica.com/groups/summary-outcomes-grow-africa-sessions-during-world-economic-forum-africa-2017>>. Acesso em: ago. 2019.

G8. **Quadro de Cooperação do G8 para Apoiar a “Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional” em Moçambique.** Moçambique: G8 New Alliance for Food Security and Nutritional, s. d.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOBBSBAWM, E. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914 –1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOLT-GIMÉNEZ. Out of AGRA: the green revolution returns to Africa. **Development** v. 4, n. 51, p. 464-471, 2008.

HOUSE OF REPRESENTATIVES. **Concurrent Resolution on the Budget – Fiscal Year 1998.** Report of the Committee on the Budget. Report 105-100. Washington: US Government Printing Office, 1997.

INE. **CENSO 2017.** IV Recenseamento Geral da População e Habitação. Maputo, 2019. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Resultados%20do%20%20Censo%202017%20Apresentacao%20Final1%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Resultados%20do%20%20Censo%202017%20Apresentacao%20Final1%20(4).pdf)>. Acesso em: jun. 2019.

INWOOD, Michael: **Dicionário Heidegger.** Tradução Luísa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

IPC. **Situação de insegurança alimentar aguda em Moçambique.** SETSAN: Maputo, 2018.

IPEA. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2014-2016.** Brasília: IPEA, 2018.

ITAMARATY. **Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Brasil e o Chile.** 2015. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/12526-acordo-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-entre-o-brasil-e-o-chile-santiago-23-de-novembro-de-2015>>. Acesso em: ago. 2019.

_____. **Comunicado Conjunto por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff a Moçambique.** Maputo, 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2821-comunicado-conjunto-por-ocasio-da-visita-da-presidenta-dilmarousseff-a-mocambique-maputo-19-de-outubro-de-2011>>. Acesso em: ago. 2019.

_____. **Cooperação Técnica.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3686-cooperacao-tecnica>>. Acesso em: nov. 2019.

ITAMARATY MAPUTO. **Cooperação em Agricultura e Segurança Alimentar.** 2019. Disponível em: <http://maputo.itamaraty.gov.br/pt-br/cooperacao_em_agricultura_e_seguranca_alimentar.xml>. Acesso em: Out. 2019.

JAMART, C.; JORAND, M.; PASCAL, P. **La faim un business comme un autre. Comment la Nouvelle Alliance du G8 menace la sécurité alimentaire en Afrique.** Action contre la faim-France. CCFD-Terre solidaire, Oxfam-France, 2014. Disponível em: <<https://www.oxfamfrance.org/files/faim-business-comme-autre-comment-nouvelle-alliance-g8-menace-securite-alimentaire-en-afrique>>. Acesso em: jun. 2019.

JICA. **Envio da missão conjunta público-privada para a promoção de investimento no Corredor de Nacala.** República de Moçambique, 2012. Disponível em: <<https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/news/2012/14062012.html>>. Acesso em: dez. 2019.

_____. **O Projecto das Estratégias de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala na República de Moçambique.** PEDEC – Nacala. Relatório Final de Estudo, 2015.

_____. **Uso e cobertura da Terra de Moçambique.** Escala 1.1.000.000. 1998.

JUSTIÇA AMBIENTAL et al. **Leaked copy of the Master Plan for the ProSAVANA programme in Northern Mozambique confirms the worst.** Maputo, 2013. Disponível em: <<http://www.grain.org/article/entries/4703-leaked-prosavana-master-plan-confirms-worst-fears>>. Acesso em: nov. 2019.

KATO, K. Traçando a saída para o desenvolvimento: o caso do Corredor de Nacala em Moçambique. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 2, p. 229-254, 2019.

KI-ZERBO, J. **Para quando a África?** Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

KLEIBL, T. **Sociedade civil?** Somos todos nós!: Civil Society, Development and Social Transformation in Mozambique. Tese (Doutorado em filosofia). School of Law and Government, Dublin City University, Dublin, 2017.

KOBASHIKAWA, T. Brazilian agribusiness in Mozambique: the ProSAVANA Programme case study. **Rev. NERA**, Presidente prudente, v. 23, n. 51, p. 345-365, 2020.

KUSS, L. **A inclusão do ProSAVANA na Agenda da cooperação triangular Brasil-Japão-Moçambique:** Contexto externo, Relações Bilaterais e contexto doméstico brasileiro. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

LANGA, E. Dependência de Megaprojectos e Desindustrialização Prematura em Moçambique. In: BRITO, L. et al. (Orgs.). **Desafios para Moçambique 2017**. Maputo: IESE, 2017. p.165-183.

LATOUCHE, S. A África pode contribuir para resolver a crise do ocidente? Trad. SANTOS, Acácio. **Espaço Plural**. Ano XIV. n. 28. p. 175 – 195, 2013.

LATOUR, B. **Politics of nature**: How to bring the sciences into democracy. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2004.

LEHER, R. Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia. In: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

LENIN, V. I. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEWIS, W. A. Economic Development with Unlimited Supply of Labour. **Manchester School**, v. 2, n. 22, p. 139-191, 1954.

LOPES, M. A cooperação técnica internacional brasileira em agropecuária: a experiência da EMBRAPA. In: ALMINO, J. LIMA, S. (Org.). **30 anos da ABC**: visões da cooperação técnica internacional brasileira. Brasília: FUNAG, 2017. p. 75-98.

LYNCH, B.; GELLERT, P. Mega-projects as displacements. **International Social Science Journal**, n. 55, p. 15-25, 2003.

MACARINGUE, E. **Modernização da agricultura no Distrito de Monapo em Moçambique no contexto da redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial entre 2004 a 2017**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2018.

MACHEL, S. **Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria**. Coleção Estudos e Orientações, nº 2. Maputo: Spanos Gráfica, 1978.

_____. **Mensagem ao povo de Moçambique por ocasião da tomada de posse do governo de transição**. Porto: Afrontamento, 1974.

_____. **Primeiro Discurso de Estado proferido por Samora Moisés Machel, Presidente da FRELIMO, por ocasião da sua tomada de posse como Presidente da República Popular de Moçambique**. 1975. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/machel/1975/06/posse.htm>>. Acesso em: ago. 2019.

MAESTRI, M. **História da África negra pré-colonial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MALTHUS, T. **Ensaio sobre a população**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Victor Civita, 1982.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. São Paulo: Nova Cultura, 1982.

MARX, K. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução Maria Duayer e Nélío Shneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política (Livro I). Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASA. **Comunicado de imprensa sobre a Auscultação Pública à volta da versão Inicial do Plano Director do ProSAVANA**. 2015. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/9655180-Comunicado-de-imprensa-sobre-a-auscultacao-publica-a-volta-da-versao-inicial-do-plano-director-do-prosavana.html>>. Acesso em: out. 2019.

MATOS, E.; MEDEIROS, R. Acumulação por espoliação: Uma reflexão sobre a sua introdução em Moçambique. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 7, n. especial, p. 228-259, 2013.

_____. Moçambique e a Expropriação da Terra dos Nativos: alguns apontamentos referentes a acumulação por espoliação. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 28, Edição Especial, p.106-131, 2015.

MAZULA, B. **Voto e urna de costas voltadas**: Abstenção eleitoral 2004. Maputo: Imprensa Universitária, 2006.

MAZZUCHELLI, F. **A Contradição em processo: o Capitalismo e suas crises**. Campinas: Instituto de economia da UNICAMP, 2004.

MCKEON, N. **The New Alliance for Food Security and Nutrition**: a coup for corporate capital? Amsterdam: Transnational Institute (TNI), 2014.

MDP. **Relatório do Ministerio de Planificação e Desenvolvimento**, 2010.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=OWQE>>. Acesso em: set. 2019.

MILL, J. **Princípios de Economia Política, com algumas de suas aplicações à Filosofia Social**. São Paulo: Abril Cultura, 1989.

MILONE, P. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, A. et al. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MINAG et al. **Plano Director para o Desenvolvimento de Agronegócio**. República de Moçambique, 2013.

MINAYO, M. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. (Org.).

Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTERIO DA DEFESA. **IBAS**. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/foruns-internacionais/ibas-india-brasil-e-africa-do-sul>>. Acesso em: nov. 2019.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. **O Projeto das Estratégias de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala na República de Moçambique (PEDEC NACALA)**. Relatório Final de Estudo, abr. 2015.

MOÇAMBIQUE. **Acordo Geral de Paz de Moçambique - 13/92**, de 14 de Outubro de 1992. Boletim da República (BR), I série, N. 42. Maputo: Imprensa Nacional, 1992.

_____. **Cargill Moçambique, Limitada**, de 1 de julho de 2013. Boletim da República. III Série, n. 52, Maputo: Imprensa Nacional, 2013.

_____. **Constituição da República de Moçambique**, de 22 de dezembro de 2004. Boletim da Republica (BR), I Série, n. 51. Maputo: Imprensa Nacional, 2004.

_____. **Lei de Terras nº 19**, de 1º de outubro de 1997. Boletim da República (BR), I Série, n. 40. Maputo: Imprensa Nacional, 1997.

_____. **Lei nº. 4/ 84**. Boletim da República (BR), I Série, nº. 33, Maputo: Imprensa Nacional, 18 de agosto de 1984.

_____. **Lei n. 19/2013**, de 23 de setembro de 2013. Boletim da Republica (BR), I Serie nº. 76, Maputo: Imprensa Nacional, 2013a.

_____. **Portal do Governo de Moçambique**. Disponível em: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/>>. Acesso em: mai. 2019.

MONDAINI, M. (Org.). **As Antinomias do Desenvolvimento:** Uma Crítica aos Megaprojetos no Brasil, Moçambique e Cabo Verde. Recife: UFPE, 2018.

MONJANE, B.; BRUNA, N. Confronting agrarian authoritarianism: Modynamics of resistance to PROSAVANA in Mozambique. **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, n. 1, 2019.

MONJANE, B. Movimentos sociais, sociedade civil e espaço público em Moçambique: uma análise crítica. **Cadernos CERU**, v. 27, n. 2, p. 144-155, 2016.

MORAES, A. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOSCA, J.; ABBAS, M. Políticas Públicas e Agricultura. **Observador Rural**, Maputo: Observatório do Meio Rural (OMR), n. 36, Jan. 2016a.

MOSCA, J. **A economia de Moçambique século XX**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

_____. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 20, n. 38, p. 68-105, 2017.

MOSCA, J.; BRUNA, N. ProSAVANA. Discursos, práticas e realidades. **Observador Rural**, 31. Maputo: Observatório do Meio Rural, 2015.

MOSCA, J.; SELEMANE, T. **El Dorado Tete**: os megaprojetos de mineração. Centro de Integridade Pública, Maputo, 2011. Disponível em: <http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C106_EL%20DORADO%20TETE_Mosca%20e%20Selemane_CIP_2011.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

_____. **Grandes projetos e segurança alimentar em Moçambique**. Maputo: março, 2013.

_____. Mega-projectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: o caso de Tete. In: BRITO, L. et al. (Orgs.). **Desafios para Moçambique**, 2012. Maputo, IESE, 2012. p. 231-255.

MPD; JICA. **O Projecto das Estratégias de Desenvolvimento Económico do Corredor de Nacala na República de Moçambique** (PEDEC-NACALA): Draft do Relatório das estratégias do PEDEC – Versão3. Volume 1: Texto Principal, 2014.

MUNANGA, K. Desenvolvimento, construção da democracia e da nacionalidade nos países africanos: desafio para o milênio. **Cadernos CERU**, v. 27, n. 2, p. 45-56, 2016.

_____. Pan-africanismo, negritude e teatro experimental do negro. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 109-122, out. 2016. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/21758034.2016v18n1p109/32733>>. Acesso em: jan. 2020.

NEWITT, M. **A Short History of Mozambique**. New York: Oxford University Press, 2017.

NOGUEIRA, I. et al. Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade? **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 20, n. 38, 2017.

_____. **Mozambican economic porosity and the role of Brazilian capital: A political economy analysis**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ), 2016.

NOGUEIRA, I.; OLLINAHU, O. **From Rhetoric to practice in South-south development cooperation**: A case study of Brazilian interventions in the Nacala Corridor development program. Institute of Socioeconomics. Geneva: University of Geneva, 2013.

NO! TO LANDGRAB, JAPAN. **Estratégia da Comunicação do ProSAVANA e Seu Impacto: Análise dos Documentos da JICA Divulgados e Escapados**. 2016. Disponível em: <[https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/ProSAVANA_Ana%CC%81lise_No.2_\(Estrate%CC%81gia_de_Comunicac%CC%A7a%CC%83o\)_Aug_2016.pdf](https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/ProSAVANA_Ana%CC%81lise_No.2_(Estrate%CC%81gia_de_Comunicac%CC%A7a%CC%83o)_Aug_2016.pdf)>. Acesso em: mai. 2019.

NO! TO LANDGRAB, JAPAN. et al. **Análise Preliminar dos Documentos Primários da JICA sobre os Contratos da JICA com os Consultores para “Estratégia de Comunicação” e os Relatórios dos Consultores Japoneses do PD.** 2016. Disponível em: <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/25669-analise-preliminar-dos-documentos-primarios-da-jica-sobre-os-contratos-da-jica-com-os-consultores-para-estrategia-de-comunicacao-e-os-relatorios-dos-consultores-japoneses-do-pd>>. Acesso em: mai. 2019.

NOLTE, K., CHAMBERLAIN, W.; GIGER, M. **International Land Deals for Agriculture:** Fresh insights from the Land Matrix. Analytical Report II. CDE/CIRAD/GIGA/University of Pretoria, 2016.

NURKSE, R. **Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OAU. **Lagos plan of action for the economic development of Africa, 1980-2000.** Disponível em: <[file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Lagos-Plan-of-Action%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Lagos-Plan-of-Action%20(1).pdf)>. Acesso em: dez. 2019.

OLIVEIRA, A. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** XII Colóquio Internacional de Geografia: Las independências y construcción de estados nacionales: poder, territorialização y socialização, Siglos XIX – XX. 2012.

ORAM; UNAC. **PROSAVANA E FACE OCULTA DO PRODECER.** Produção e Filmagem: ORAM e UNAC. (19 min.) Maputo, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jUKmyKf5E0k>> Acesso em: jun. 2019.

ORIENTAL CONSULTANTS. **Preparatory study on triangular cooperation programme for agricultural development of the African tropical savannah among Japan, Brazil and Mozambique (ProSAVANA-JBM) – Final report.** Ministry of Agriculture of Republic of Mozambique; Japan International Cooperation Agency, 2010.

OSMAN, A.M.; SAÚTE, N. Moçambique no mundo: a competição subtil. In: BRITO, L. et al. **Desafios para Moçambique 2010.** Maputo: IESE, 2010, p. 325-335.

PEREIRA, A.; MEDEIROS, K. A Emergência da Periferia no Sistema Mundial: Da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1995-1978). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p 119-138, 2015.

PINO, B. **A Cooperação Triangular e as Transformações da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRIEMUS, H. Decision-making on Mega-projects: Drifting on Political Discontinuity and Market Dynamics. **EJTIR**, v. 1, n. 10, p. 19-29, 2010.

PROSAVANA. **Elaboração do Plano Director do Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala.** Nota Conceitual. Maputo: PROSAVANA, 2013.

_____. **Estratégia de Comunicação.** Disponível em: <http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/104.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

_____. **NOTA CONCEITUAL – PD.** Disponível em: <<https://www.prosavana.gov.mz/pdf/notept.pdf>>. Acesso em: dez. 2019.

_____. **O que é o ProSAVANA.** 2015. Disponível em: <<http://www.prosavana.gov.mz/o-que-e-o-prosavana/?lang=pt-pt>>. Acesso em: abr. 2019.

_____. PROSAVANA-PD REPORT No. 2. Triangular Cooperation for Agricultural Development of the Tropical Savannah in Mozambique. SUPPORT AGRICULTURE DEVELOPMENT MASTER PLAN IN THE NACALA CORRIDOR IN MOZAMBIQUE (PROSAVANA-PD). REPORT No.2 Quick Impact Projects, 2013. Disponível em: <<https://www.grain.org/media/W1siZiIsIjIwMTMvMDQvMjUvMTI1fMDhfMzBfOTk2X1Byb1NBVkJFOQV9QRF9SZXBvcnRfTm9fMlFJUHNfRU5HXzEucGRmIl1d>>. Acesso em: nov. 2019.

RIBEIRO, F. Desenvolvimento como evolução. **Revista de História**, v. 1, n. 148, 157-204, 2003.

_____. Do Esgotamento Revolucionário à Liberalização: o movimento sindical face às privatizações em Moçambique na década de 1990. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 369-381, 2015.

RIBEIRO, G. “Quanto maior melhor? Projetos de grande escala: uma forma de produção vinculada à expansão de sistemas econômicos”. In: OLIVEIRA, J.; COHN, C. (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA, 2014.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RODNEY, W. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Seara Nova, 1975.

RODRIGUES, S.; MONJANE, B. **Terra de Todos, Terra de Alguns**. Maputo: Savana, 2018.

ROOSEVELT, F.; CHURCHILL, W. **The Atlantic Charter. 1941.** Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_16912.htm>. Acesso em: ago. 2019.

ROOSEVELT, F. **State of the Union Address “The Four Freedoms”**. Voices of Democracy. Oratory Project, 1941. Disponível em: <<https://fdrlibrary.org/four-freedoms>>. Acesso em: jun. 2019.

ROSSI, A. **Moçambique: o Brasil é aqui**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

ROSTOW, W. The Stages of Economic Growth. **The Economic History Review**, v. 12, n. 1, p. 1-16, 1959.

SANTARELLI, M. **Daqui a nada: um olhar sobre a cooperação e os investimentos brasileiros no Corredor de Nacala**. ActionAid, 2015. Disponível em:

http://www.actionaid.org.br/sites/files/actionaid/caderno_viagem_ago2015_port1.pdf. Acesso em: mai. 2019.

SANTOS, L. BNDES: internacionalização de empresas e o subimperialismo brasileiro. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 1, p. 115-137, 2018.

SCHLESINGER, S. **Cooperação e investimentos do Brasil na África: O caso do ProSavana em Moçambique**. Maputo: Fase, 2013.

SERRA, C. Penetração mercantil portuguesa e o seu impacto. In: SERRA, C. (Org.). **História de Moçambique**. Maputo - Universidade Eduardo Mondlane: Livraria Universitária, v. 1, 2000.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUSA, N. **Sangue Negro**. Maputo: AEMO, 1988.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E (Org.). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 139-190.

THOMPSON, I. **Landscape, imagination and morality, international society for the philosophy of architecture** [blog] 2012. Disponível em: <http://isparchitecture.wordpress.com>>. Acesso em: jun. 2019.

TJ-MS. **AI: 14092772620158120000 MS 1409277 – 26.2015.8.12.0000**. Relator: Des. Paulo Alberto de Oliveira, Data de Julgamento: 21/06/2016. 2ª Câmara Cível, 2016.

TOLLENAERE, M. **Relatório de trabalho 37**. Apoio a democratização a Moçambique pós-conflito – intenções e resultados. Haia: Clingendael Institute, 2006.

TOUSSAINT, E.; MILLET, D. **50 perguntas 50 respostas sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial**. São Paulo: Boitempo, 2006.

TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. Introdução. In: _____ (Orgs.). **Ruy Mauro Marini – Vida e Obra**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TRICONTINENTAL. **Dossiê 16**: Soberania de recursos: a agenda para que a África saia do estado de saque. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/dossier-16-soberania-de-recursos-a-agenda-para-que-a-africa-saia-do-estado-de-saque/>>. Acesso em jun. 2019.

TRUMAN, H., S. **Inaugural Address**. Harry S Truman Library and Museum. National Archives and Records Administration, 1949. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.org/publicpapers/index.php?pid=1030&st=&st1>>. Acesso em: ago. 2019.

UNAC. **Ativistas da UNAC escapam de tentativa de espancamento protagonizada por um dos consultores da JICA durante a sessão de consulta às organizações sobre ProSavana**.

2016. Disponível em: <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/25661-ativistas-da-unac-escapam-de-tentativa-de-espancamento-protagonizada-por-um-dos-consultores-da-jica-durante-a-sessao-de-consulta-as-organizacoes-sobre-prosavana>>. Acesso em: mar. 2019.

_____. **Declaração de Nampula:** Assembleia-Geral Ordinária da UNAC. Nampula, 2014. Disponível em: <<http://www.ngo-jvc.net/jp/projects/advocacy/data/prosavana-ikenkoukan-9-8.pdf>>. Acesso em: out. 2019.

_____. **Pronunciamento da UNAC sobre o Programa ProSAVANA.** Nampula, 2012. Disponível em: <[farmlandgrab.org/post/view/21205](https://www.farmlandgrab.org/post/view/21205)>. Acesso em: nov. 2019.

UNAC; GRAIN. **Os usurpadores de Terras do Corredor de Nacala:** uma nora era de luta contra plantações coloniais no Norte de Moçambique (relatório). Moçambique: fev. 2015.

USAID. **Feed the Future Mozambique Agricultural Innovations Activity (FTF Inova).** Value Chain Analysis. 2017. Disponível em: <https://beamexchange.org/uploads/filer_public/14/77/14771655-1655-4d04-842c-ded244327ba7/ftf-moz-value-chain-analysis-2017.pdf>. Acesso em: ago. 2019.

_____. **History of USAID Assistance to Mozambique.** 2019. Disponível em: <<https://www.usaid.gov/mozambique/history>>. Acesso em: out. 2019.

_____. **Request for Proposals (RFP) No. SOL-656-14-000004-Strengthening Agribusinesses and Fostering Rural Alimentation (SAFRA) Project in Mozambique.** 2014. Disponível em: <http://soybeaninnovationlab.illinois.edu/sites/soybeaninnovationlab.illinois.edu/files/SOL-656-14-000004_-_SAFRA_Project.pdf>. Acesso em: ago. 2019.

_____. **Revisão da política, legislação e quadro regulatório do Sector de Sementes em Moçambique relacionada a facilitação e promoção da intervenção do Sector Privado.** out. 2014.

_____. **USAID's legacy in agricultural development: 50 years of progress.** Washington, 2016. Disponível em: <<https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1867/USAID-Legacy-in-Agricultural-Development.PDF>>. Acesso em: ago. 2019.

VAINER, C.; ARAUJO, F. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional.** Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

_____. “O que é o ‘Grande Projeto’? Características econômicas, territoriais, políticas e sociais”. In: **Serviço Pastoral dos Migrantes** (Org.). Seminário grandes obras e migrações. São Paulo: SPM, 2011. p. 33-45.

VALE. **Mina de Moatize.** 2017. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/conheca-nossas-operacoes-mocambique.aspx>>. Acesso em: ago. 2019.

_____. **Relatório de produção do 3T11.** Rio de Janeiro. out. 2011.

_____. **Vale conclui Project Finance do Corredor Logístico de Nacala.** 2018. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/vale-conclui-project-finance-do-corredor-logistico-de-nacala.aspx>>. Acesso em: ago. 2019.

VISENTINI, P. **As revoluções africanas:** Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

VUNJANHE, J.; ADRIANO, V. **Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique:** um longo caminho por trilhar. Rio de Janeiro: CERESAN/OXFAM, 2015.

VUNJANHE, J. **Moçambique:** Investigação à JICA no caso ProSavana vista como conquista na luta contra o projeto. Entrevista ao Deutsche Welle (DW). 2017. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-investiga%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-jica-no-caso-prosavana-vista-como-conquista-na-luta-contr-o-projeto/a-39648276>> Acesso em: ago. 2019.

WALLERSTEIN, I. **Geopolitics and Geoculture.** Cambridge University Press: Cambridge, 1992.

_____. **Unthinking social science:** the limits of nineteenth-century paradigms. Cambridge: Polity, 1991.

_____. **World-systems analysis:** An introduction. Durham and London: Duke University Press, 2004.

WATERHOUSE, R.; LAURICIANO, G. Contexto político e institucional da protecção social em Moçambique. In: DE BRITO, L. et al. (Orgs.). **Protecção Social:** abordagens, desafios e experiências para Moçambique. Maputo: IESE. 2010, p. 19-38.

WORLD BANK. **Accelerated development in sub-Saharan Africa:** an agenda for action. Washington: The World Bank, 1981.

WRF. **New Vision for Agriculture.** Disponível em: <<https://www.weforum.org/projects/new-vision-for-agriculture>>. Acesso em: ago. 2019.

WUYTS, M. Economia Política do colonialismo Português em Moçambique. **Estudos moçambicanos.** CEA, 1980, p. 9 – 22.

_____. Inflação e Pobreza: Uma perspectiva Macroeconômica In: BRITO, L. et al. (Orgs.). **Desafios para Moçambique, 2016.** Maputo: IESE, 2016, p. 95-111.

ZAGOPE. **Annual Report 2011.** [S.I.]: Zagope, 2011.